

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS

ICH revista



3

972

Natal v. 1 n. 3 jul. 1972



Capa: Carlos José
Planejamento Gráfico:
Geraldo Batista de Araújo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS



ICH revista

EDIÇÃO COMEMORATIVA DO SESQUICENTENÁRIO

Diretor: Prof. João Batista Ferreira da Silva

Conselho de Redação: Profs.: Hélio Dantas
Tarcísio da Natividade Medeiros

Secretário: Prof. Arnóbio Pinto Fernandes

Chefe de Redação: Prof. Geraldo Batista de Araújo

ICH R.	Natal	v. 1	n. 3	jul.	1972
--------	-------	------	------	------	------



ICH Revista. v.1-

n.1

ago. 1971-

Natal Imprensa Universitária 1971-

v.

20 cm.

Ao alto do título: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Instituto de Ciências Humanas.

1. Ciências sociais — Periódicos. I. Título.

301(05)

RnN-UFsch/3-71



SUMÁRIO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Instituto de Ciências Humanas	5-6
Editorial	7-8
Natal há 100 anos passados -- Veríssimo de Mélo	9-20
A formação da nacionalidade e o sentimento de Independência do Rio Grande do Norte — Tarcísio Medeiros	21-46
A República de Weimar II — Geraldo Batista de Araújo	47-86
Causas sociais da Independência — Amaury Vas- concelos	-87-100
Fatores políticos da Independência do Brasil — Hélio Dantas	101-120
A proclamação da Independência do Brasil — Alberto Pinheiro de Medeiros	121-132
José Bonifácio o primeiro geólogo das Américas — Octávio Santiago	133-138
Tiradentes na Conjuração Mineira — Maria Zé- lia Medeiros Pinheiro	139-144

1998

1998

1998

1998

1998

1998

1998

1998

1998

1998

1998

1998

1998

1998

1998

1998

1998

1998

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. João Batista Ferreira da Silva

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIAChefe: Prof. Geraldo Batista de Araújo.
Subchefe: Profa. Maria Zélia Medeiros Pinheiro**DISCIPLINAS E PROFESSORES**

Introdução aos Estudos Históricos	João Wilson Mendes Melo Cláudio Augusto Pinto Galvão (substituto)
Pré-História	Alberto Pinheiro de Medeiros
História Antiga	Mariza Pinheiro de Moura
História Medieval	Cláudio Augusto Pinto Galvão
História Moderna	Tarcísio da Natividade Medeiros
Introdução à Hist. Contemporânea	Geraldo Batista de Araújo
História Contemporânea	Geraldo Batista de Araújo
História do Brasil I	Hélio Dantas
História do Brasil II	Maria Zélia Medeiros Pinheiro
História do Rio Grande do Norte.	João Batista Ferreira da Silva
Teoria da História	João Batista Ferreira da Silva
História da América I e II	Alberto Pinheiro de Medeiros
História da Arte	Cláudio Augusto Pinto Galvão
Hist. Econ. e Social do Brasil	Artur Marinho de Medeiros
História das Idéias Políticas	Sebastião Fernandes Gurgel Filho

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIAChefe: Profa. Dalva de Oliveira
Subchefe: Prof. José Alfran Galvão**DISCIPLINAS E PROFESSORES**

Geomorfologia e Climatologia	Dalva de Oliveira
Geografia Humana	Dagmar Barbalho Azevedo
Geografia Regional	Arnóbio Pinto Fernandes
Introdução ao Estudo da Geografia	Arnóbio Pinto Fernandes
Biogeografia	José Alfran Galvão
Cartografia	Nadelson José Freire
Hidrografia	Nadelson José Freire
Geografia Econômica	Eider Toscano e Moura
Geografia do Brasil	Rosa Maria Ramalho Massena
	Maria Lêda Lins Guimarães (substituta)

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Chefe: Renira Motta de Lucena
 Subchefe: Elizabeth Mafra Cabral Nasser

DISCIPLINAS E PROFESSORES

Sociologia I e II	Renira Motta de Lucena
Sociologia I e II	Jardelino de Lucena Filho
Sociologia I e II	Pe. Itamar de Souza
Sociologia I e II	Marco Antônio C. da Rocha
Sociologia I e II	Ney Lopes de Souza
Sociologia I e II	Tarcísio Alves da Costa
Antropologia Cultural I	Veríssimo de Mélo
Antropologia Cultural II	Elizabeth Mafra Cabral Nasser
Psicologia	Pe. Agnelo Dantas Barreto
Psicologia	Abigail de Andrade Souza
Psicologia Social	Lourdes Bezerra Varela
Teoria do Desenvolvimento	Fausto Pinheiro Neto

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS FILOSÓFICOS

Chefe: Prof. Pe. Heitor de Araújo Sales
 Subchefe: Prof. Pe. Francisco de Assis Pereira

DISCIPLINAS E PROFESSORES

Filosofia	Pe. Heitor de Araújo Sales
Metodologia	Pe. Francisco de Assis Pereira
Metodologia	Hermano Machado Ferreira Lima
Metodologia	José Eduardo de Almeida Moura

O Instituto de Ciências Humanas com mais um número de sua Revista homenageia o Sesquicentenário da Independência.

Unidade Universitária destinada não só à formação de professores como ao estudo e à pesquisa, sente-se por força de suas próprias características, no dever de valorizar as tradições brasileiras.

Eis o motivo pelo qual entregamos o seu 3.º exemplar aos alunos da área humanística, especialmente, aos dos Cursos de História, Geografia e Ciências Sociais, e ainda aos que estão imbuídos da responsabilidade de transmitir às gerações, a história pátria, na afirmação constante de nossa emancipação política e da própria unidade nacional.

Na divulgação das tradições, da ciência, da evolução sócio-econômica, estamos convictos da nossa coerência com os princípios que regem um sadio civismo. Nele, o reflexo do orgulho de um povo em plena evolução, motivo de júbilo da Nação Brasileira, no afã de vê-la engrandecida pelos memoráveis feitos de seus grandes filhos e, na certeza do reconhecimento, gratidão e culto das gerações vindouras.

João Batista Ferreira da Silva
Diretor

Natal há 100 anos
passados

VERÍSSIMO DE MÉLO

Como seria Natal há cem anos passados? Quais as dimensões da cidade, topônimos, festas, superstições, costumes, condições gerais de vida da Província do Rio Grande do Norte aí pelos idos de 1872?

Temos agora em mãos um depoimento de valor histórico, que nos permite visão e comentário em torno dos aspectos mais interessantes da nossa cidade, naqueles velhos tempos. Documento que não vimos citado pelos nossos historiadores, mas que tem valor não somente histórico, mas igualmente sociológico e antropológico. Trata-se do capítulo "Natal do Meu Tempo", do livro "MEMÓRIAS E DEVANEIOS", de autoria de Lindolpho Câmara, editado em 1938 no Rio de Janeiro. (Devemos ao dr. Marciano Freire a lembrança de nos permitir compulsar o documento).

Esse Lindolpho Câmara, estamos sabendo agora, era homem probo, ligado à tradicional família Câmara, do Estado, tendo exercido postos os mais elevados no funcionalismo provincial e federal.

Comparando-se os dados históricos de Lindolpho Câmara com os do historiador Manoel Ferreira Nobre, ("BREVE NOTÍCIA SOBRE A PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE"-1877), vemos que eles se completam e ampliam as informações sobre a época. Ferreira Nobre foi o nosso primeiro historiador. Seu livro já obedece a uma sistemática, atendo-se, preferentemente, aos aspectos políticos, educacional, administrativo e sócio-econômico da Província. Lindolpho Câmara, embora consigne alguns dados estatísticos sobre a cidade, estende-se mais a respeito de costumes e tradições. Seu depoimento, menos extenso, é mais pitoresco, mais vivo do que o de Ferreira Nobre. Em muitas passagens, escreve com objetividade e graça.

A primeira impressão de Lindolpho Câmara sobre Natal é a respeito da extrema pobreza da população. Em 1870, a cidade contava 12 mil almas. A população total da Província, segundo o censo de 1872, por ele citado, elevava-se a 233.960 habitantes, número quase idêntico ao que nos dá Ferreira Nobre.

Os que aqui nasciam, diz o autor, em face da precariedade do meio, só tinham condições de ser pescadores, roceiros ou soldados de Polícia. O comércio era pobre. Não havia água encanada, nem

esgoto, nem luz. Os poucos lampiões existentes, que queimavam azeite de mamona, antes do que-rosene, não se acendiam nas noites de lua... O 33.º Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena, em 1872, pronunciava-se tristemente sobre Natal: "Vila insignificante e atrasadíssima do interior." Daí o trocadilho da época, sobre Natal: Cidade? *Não-há-tal*.

A respeito da mendicância, Lindolpho Câmara afirma, simplesmente, que não havia em Natal, porque ninguém tinha o que dar... Nesse sentido, evoluímos muito.

Natal constituía-se da Cidade Alta e da Cidade Baixa ou Ribeira. As tradicionais lutas entre xarias e canguleiros são mencionadas pelo autor como fato de um século atrás, embora nada tenha visto a respeito. Além dos prédios públicos principais, a casa dos governadores, a Câmara e Cadeia e o Erário, só existiam quase as mesmas igrejas de hoje: a da Matriz, de Santo Antônio, do Rosário e do Bom Jesus.

Os nomes de logradouros e ruas foram quase todos mudados, o que é lamentável, pois eram muito mais bonitos do que os atuais. O Canto do Mangue, por exemplo, era chamado o Canto das Jangadas. E as ruas principais eram a da Tatajubeira, das Vir-

gens, das Laranjeiras, do Fogo, Rua Grande, Praça da Alegria, Rua da Palha, Rua Nova, Rua dos Tocos, Uruguaiana, Beco Novo. Os logradouros mais famosos eram o Baldo, a grande piscina pública, e o cais do Passo da Pátria, onde ancoravam as embarcações vindas do interior. A única devoção popular conhecida era a da Santa Cruz da Bica, hoje decadente. Há referência a uma lagoa de José ou João Felipe, e que deve ser a atual lagoa de Manoel Felipe.

Os dois mercados existentes eram precários: O da Ribeira funcionava debaixo de uma velha Tatajubeira. O da Cidade Alta, à Rua Nova, sob "frondosas gameleiras". As medidas e pesos usados na época eram a cuia, a vara e a libra. As moedas eram o xexém de 10 réis; dobrões de cobre de 20 e 40 réis; notas de 1\$000 e 2\$000; sendo que unidade era pataca, equivalente a dezesseis vinténs.

Lindolpho Câmara faz uma afirmação importante do ponto de vista financeiro: "Naquele tempo, tudo era barato, menos o dinheiro." É que a desgraçada da inflação ainda não tinha sido inventada pelos economistas...

COMER E BEBER

Parece oportuno verificar o que comia e bebia o natalense há cem anos passados: As frutas, os

peixes, os doces, as bebidas, os pratos típicos.

Nos dois mercados, além da feira no Passo da Pátria, encontravam-se várias frutas apanhadas nos sítios e matas em redor da cidade. Umas abundantes ainda hoje. Outras, já raras. Por exemplo: Eram e continuam abundantes, a mangaba, os cajus, cajaranas. Mas já não é fácil, nos mercados, frutas como a massaranduba, guabiraba, camboins, oitis, ingás de corda, como ele chamava. E outras que até desconhecemos, como as ubais e os gūajerus. Todavia, para colher essas frutas, havia que enfrentar os inimigos traçozeiros dos matos: As formigas de fogo, cobras nas moitas e vespas na galhada. As caças mais abundantes na época eram os jacus, inhambus, cotias e tatus.

Diz Lindolpho Câmara que não havia terra com maior abundância de peixes e crustáceos do que Natal daquela época. Trazidos pelas jangadas dos pescadores, enumeravam-se a cavala, o dentão, a cioba, o pargo, a pescada, a bicuda, o dourado, a corvina, o beijupirá e o cação. Nas praias, através dos currais ou da pesca de arrastão, com tresmalhos ou tarrafas, estavam as tainhas, sardinhas, espadas, palombetas, galos, carapebas, carapicus, bagre, baiacu, agulhas e agulhões. Pes-

cados nos mangues e recifes da Fortaleza, lembra os camarões, lagostas, lagostins, caranguejos, siris e aratus. Outras variedades eram os ouriços, ostras, mariscos, unhas de velho e polvos. De Ponta Negra, apesar da "longitude da travessia", vinham os xaréus. Quanto à carne verde, o autor informa que eram abatidas duas vezes nos dias comuns e três, do sábado para o domingo e dias festivos, para toda população.

A venda dos peixes, nos mercados, era feita tradicionalmente anunciada pelo eco de um grande búzio, "soprado por sujeito de fôlego e que estrondava pela cidade silenciosa até os seus confins".

Os pratos típicos mais famosos parece que eram as "dobradinhas", "cobiça dos gastrônomos", diz o autor, feitas com "livros" ou "folhoso". A propósito desses "livros", conta uma anedota de certo tipo popular, o negro Moisés, servente ou oficial de justiça, que andava sempre de sobrecasaca e cartola. Ao cruzar com o juiz de direito, sobraçando um "livro" (estômago de boi), indagou a autoridade:

— O que levas aí, é a Bíblia?
Resposta rápida do negro:

— Não senhor, é o Código Penal.

O autor faz referências a outros pratos cuja fama chegou até nós: os mocotós, para as *mãos-de-vaca* ou *panelada*; os miolos, para as fritadas; as tripas e linguças.

Das bebidas, só há registro da cachaça de Papari, que ele chama “a deusa dos ébrios”, e a “laranjinha”. Para as pessoas de categoria, havia a “genebra de Holanda”, importada em botijas de barro vidrado.

Já há cem anos certas bebidas se confundiam com remédios poderosos: a genebra era receita também para cólicas intestinais, defluxeiras, espinhela c a í d a, maus-olhados, sarampo e bexiga recolhida... Hoje, a cachaça corta resfriado e o uísque é bom para o coração...

Em matéria de fumo, o melhor cigarro era o de fumo picado em papel de milho. Só o nome depreciativo chegou até nós: Era o *mata-rato*...

SERENATAS E TERTÚLIAS

Há cem anos passados, Natal apresentava alguns costumes e tradições que chegaram até nós. Outros, porém, já se diluíram no tempo. Praticamente desapareceram da cidade em crescimento.

Claro que ainda hoje, por exemplo, temos serenatas e tertú-

lias (estas com outros nomes). Mas os “Cantões”, — de que nos fala Lindolpho Câmara, — já desapareceram. As festas de São João e Natal ainda persistem, embora perdendo sempre o brilho e entusiasmo de antigamente. Sobraram alguns vestígios, mas, estes mesmos, parece que estão fadados a se transformar rapidamente.

Examinemos.

As serenatas, há cem anos atrás, nas noites de lua, eram feitas ao som de violões, flautas, clarinetes e pistões. (Ora, quem sair, nos dias de hoje, com piston e clarinete, pela madrugada, estará muito arriscado a ser levado pela Rádio-Patrolha. A lei do silêncio será logo lembrada, pelo telefone).

Lindolpho Câmara nos fala com tal entusiasmo das serenatas, do seu tempo, que chega a afirmar: “. . . até as pedras das calçadas se levantavam para ouvir” os seresteiros.

Cantavam coisas assim:

“Linda deidade
chega à janela,
vem ver a lua
como está bela.”

(A lua, coitada, depois que os astronautas estão lá dentro, já es-

tá meio desacreditada pelas moças).

Mas frisa o autor que não era só a janela, que se abria, para os seresteiros. Era a porta, para deixar entrar "o bando canoro". E o trago de vinho do Porto era servido a todos, "em um copo único".

A tradição do copo único, que já não existe, lembra a do mate gaúcho, servido de igual maneira. Com a divulgação dos princípios de higiene, ninguém mais se arisca a beber no copo usado até mesmo por uma donzela...

As festinhas familiares de hoje, aniversários, comemorações de qualquer espécie, entre amigos, eram chamadas antigamente de "tertúlias". Lindolpho Câmara refere que a falta de clubes recreativos na cidade determinava as comemorações caseiras. Parece que esse não era o motivo principal. Hoje, a cidade está cheia de clubes e as festinhas familiares continuam. São as mais gostosas.

Naquele tempo, já se recitava ao som de Dalila, um dedilhado ao violão, que chegou até nós. Alguns conservadores ainda fazem questão da Dalila, para recitar besteira.

Numa dessas tertúlias, há cem anos passados, o autor lembrou distinta dama da sociedade, que a todos encantou interpre-

tando uma melodia e acompanhando-se ao violão. Atualmente, de tanto "encher" a cidade as Maysas Matarazzos e outras vedetes do gênero, é mais aplaudida a dama que não canta e nem toca violão.

Os "Cantões" eram reuniões permanentes de pessoas amigas, nas calçadas de certas residências, para bater papo e falar da vida alheia. O mau hábito de falar da vida alheia é universal e eterno. Mas em Natal, já agora, não se fala apenas em locais determinados. Fala-se por toda parte.

Lembra Lindolpho Câmara o "cantão" famoso do capitão José Antônio de Souza Caldas, na calçada da sacristia da Matriz. O capitão, que morava defronte, fornecia as cadeiras e a turma se reunia, toda tarde. Era uma roda de conservadores, diz o autor, o que excluía os liberais da época.

Sabemos hoje, de raros casos de pessoas distintas de Natal, que ainda se reúnem em cadeiras nas calçadas, para papear. Mas, Deus nos livre de citá-los nominalmente e nem lembrar de quem ali se fala e toda a cidade sabe no dia seguinte...

O perigo maior de sentar na calçada, nos dias atuais, para falar da vida alheia, não é tanto devido à possível repercussão dos assuntos tratados. O perigo mes-

mo está na passagem dos chamados "playboys", com suas máquinas voadoras, podendo levar todos nós de roldão, para o beleléu. . .

SÃO JOÃO E NATAL

Duas grandes festas do povo, na cidade, há cem anos passados, eram também o São João e o Natal, afirma o memorialista Lindolpho Câmara.

No São João, acendiam-se as fogueiras diante dos lares pobres ou remediados, para assar o milho verde e as batatas doces. Dentro das casas, armavam-se altares de banquetas, com a efígie de São João ao alto. Entoavam-se cantos alusivos à data e na mesa de jantar estavam os pratos de canjica e bolos os mais variados.

Moças e rapazes tiravam sortes, — como ainda hoje, — para saber com quem casavam. À meia-noite, diante do altar, cumpria-se velha superstição: Todos deveriam olhar um espelho, para verificar se viam a própria cabeça. (É claro que todos a viam). Mas afirmava-se que, aquele que não a visse, deveria logo mandar encomendar o caixão mortuário. . . Variante da mesma abusão, que já registramos no passado, mandava que se olhasse para o fundo de uma jarra com o mesmo fim.

Sobre a festa do Natal, o autor refere que saíam às ruas o

Bumba-meu-boi, o samba, o maracatu e o batuque.

A referência ao *maracatu* é curiosa. Sabíamos da existência do tradicional maracatu no Recife, e, mais recentemente, em Fortaleza. Mas nunca tivemos notícia de *maracatu* em Natal. Pena que o autor não tivesse descrito o folguedo popular.

Nas casas de famílias, armavam-se os "vistosos presépios", a nossa verdadeira tradição latina, hoje praticamente substituída pelas chamadas "árvores de natal", pagãs e sem qualquer vinculação com a tradição brasileira e portuguesa.

À meia-noite, informa Lindolpho Câmara, serviam-se as comidas típicas, algumas "hoje" quase desconhecidas: os pastéis de carne de porco, o chouriço, os doces secos, os sequilhos, as castanhas de caju confeitadas.

Os cordões das Pastorinhas invadiam as casas, entoando os cânticos tradicionais:

"Entrai, entrai Pastorinhas,
entrai, entrai em Belém,
vinde ver nascido
Jesus, nosso Bem".

É preciso considerar o comportamento das moças nessa época, segundo refere o autor. O recato era rigoroso: "Não podiam por o pé fora do sapato, não podiam cruzar as pernas, nem falar

alto, nem comer qualquer iguaria à porta ou à janela, nem olhar para rapazes". O namoro era considerado indecoroso. As moças só casavam com quem os pais determinavam.

Conta, a propósito, o que se verificou na casa do Dr. Loló, senhor de engenho no Ceará-Mirim. Certo dia, apareceu um sujeitinho para pedir a mão de uma das suas filhas em casamento. Dr. Loló reuniu as meninas, avisou-as antecipadamente de que não deveriam aceitar a proposta e mandou-as para a sala. Falou na presença de todos:

— O sr. Manuel veio pedir uma de vocês em casamento. Qual a que quer?

— Eu não quero, disse uma.

— Eu também não, disse outra.

Então o Dr. Loló exclamou diante do fracassado pretendente:

— Está vendo, Manuelzinho, elas não querem. Não posso satisfazer o seu pedido, embora fosse muito do meu agrado...

Mas, apesar disso, é fora de dúvida de que as moças namoravam e casavam, vencendo ou driblando os obstáculos paternos. E havia muitas que fugiam, exatamente como hoje.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Quanto menor a cidade e mais pobre, mais precários são os seus meios de comunicação. Por aí já se tem uma idéia de como seriam os veículos de comunicação na velha cidade do Natal, há cem anos passados.

Das memórias de Lindolpho Câmara, que estamos comentando, destacam-se, nesse sentido, os sinais semafóricos, através do telégrafo ótico da Catedral e o movimento dos carretos à cabeça, em animais e carros de bois.

Esse telégrafo, por meio de bandeiras e cores, montado no alto da torre da Matriz, foi também um dos nossos alumbramentos na meninice. Muitas vezes, ficávamos horas esquecidas sentados no telhado de casa, só prá ver os escoteiros mudar as bandeiras coloridas. Mesmo sem entender o significado dos sinais, estamos convencidos, hoje, de que aquele serviço foi, na verdade, a nossa primeira TV a cores.

Temos agora em mãos o folheto intitulado "CÓDIGO DO TELÉGRAFO ÓPTICO", trazendo o decreto estadual n.º 156, de 18 de novembro de 1921, do Governador Antonio J. de Mello e Souza, que restabeleceu o serviço semafórico, sob a direção da As-

sociação dos Escoteiros do Alecrim.

Segundo as “explicações”, o telégrafo começaria a funcionar a “um quarto antes do nascimento do sol, terminando um quarto de hora depois do ocaso”. São centenas as convenções, de acordo com o Código Marítimo Internacional, mas o nosso, da Catedral, só empregava três bandeiras — azuis e vermelhas, quadradas e em forma de quadriláteros, — e três galhardetes.

Entre outras informações, os sinais indicavam a saída e entrada dos navios; se eram de guerra ou transporte; nacionalidade; se estavam passando noutra direção ou vinham ancorar em Natal; se havia enfermo a bordo; se pediam o práctico; nome da embarcação e da companhia de navegação, etc. Havia até um sinal que indicava se o navio batera na “baixinha”, a pedra famosa onde encailharam várias embarcações.

O telégrafo ótico prestou serviço real à população natalense desde o século passado até, talvez, a década de trinta.

Sobre os outros meios de comunicação, convém registrar a observação de Lindolpho Câmara quanto ao nosso primeiro carro de passeio.

Afirma que, há cem anos passados, Natal não dispunha de *um*

só veículo para tráfego na cidade. Tudo era feito a pé ou em animais. E ninguém cogitava de adquirir nem mesmo “uma caleça ou um tilbury”.

Daí, relata coisas incríveis como estas: O Presidente da Província, com o seu séquito, partia a pé, do Palácio, (na rua do Comércio, na Ribeira), subia a ladeira e vinha abrir a sessão da Assembléia Legislativa na Cidade Alta. Diz ele: “. . .chegavam esbaforidos, suarentos, que quase nem podiam subir as escadas do edifício. . .” Finda a cerimônia, tornavam pela mesma rota ao Palácio.

Os enterros eram penosos, acrescenta. Todos “chegavam deitando a alma pela boca, menos o defunto”. Os casamentos “eram ridículos”: Todo mundo a pé, inclusive os noivos, na frente, subindo e descendo ladeira, dando topadas nas pedras pontudas. . .

Só nas proximidades da proclamação da República, o dr. Celso Caldas, médico, adquiriu um carro usado, no Recife, nele atrelando dois cavalos magros. Fazia as visitas aos doentes nesse carro e também passeava, emprestando, muitas vezes, para cerimônias oficiais.

Em conclusão: Foi esta a imagem que pudemos inferir de Natal há cem anos passados, segundo o depoimento do Dr. Lindolpho Câmara. Era, positivamente, uma cidade pobre, desprovida dos meios mais elementares ao desenvolvimento urbano. De certa

forma, refletia a influência do plano nacional. Todavia, nestes cem anos de existência, Natal cresceu e desenvolveu-se muito mais do que poderiam imaginar os já nascidos nas primeiras décadas deste século XX.

Daqui a cem anos, isto é, no

ano de 2072, o que dirão de nós os nossos pósteros?

Possivelmente, ainda nos considerarão subdesenvolvidos como nós achamos hoje os nossos antepassados do ano de 1872. E assim é a vida. . .

de 1998, a partir de um levantamento bibliográfico realizado em bases de dados eletrônicas e em livros e artigos disponíveis em bibliotecas físicas. Os artigos foram selecionados com base nos critérios de relevância e atualidade.

Os dados foram analisados sob a perspectiva da análise de conteúdo, seguindo os procedimentos estabelecidos por Bardin (1977) e adaptados por Minichielli (2007). A análise de conteúdo é um método de pesquisa que visa identificar e interpretar o significado de palavras e frases em textos.

Os resultados foram organizados em tabelas e gráficos, visando facilitar a interpretação dos dados. Os resultados são apresentados em duas partes: a primeira parte descreve a distribuição dos artigos por ano e a segunda parte descreve a distribuição dos artigos por tema.

Os resultados mostram que o número de artigos publicados sobre o tema tem aumentado ao longo dos anos, especialmente a partir de 2000. Isso indica que o tema tem ganhado importância na comunidade científica.

Os temas mais abordados nos artigos são a importância da educação para a sustentabilidade, a necessidade de políticas públicas para promover a sustentabilidade e a importância da participação da sociedade civil na gestão dos recursos naturais.

Esses resultados indicam que a sustentabilidade tem se tornado um tema central na pesquisa acadêmica e que há uma necessidade urgente de políticas públicas e ações da sociedade civil para promover a sustentabilidade.

Os resultados também indicam que a sustentabilidade é um tema multidisciplinar, envolvendo áreas como a educação, a economia, a política e a sociologia. Isso sugere que a sustentabilidade é um tema complexo e que requer uma abordagem integrada.

Os resultados também indicam que a sustentabilidade é um tema que envolve a participação da sociedade civil. Isso sugere que a sustentabilidade não é apenas um tema acadêmico, mas também um tema que envolve a vida cotidiana das pessoas.

Os resultados também indicam que a sustentabilidade é um tema que envolve a gestão dos recursos naturais. Isso sugere que a sustentabilidade é um tema que envolve a preservação do meio ambiente e a utilização responsável dos recursos naturais.

Os resultados também indicam que a sustentabilidade é um tema que envolve a promoção da equidade social. Isso sugere que a sustentabilidade é um tema que envolve a melhoria da qualidade de vida das pessoas e a redução das desigualdades sociais.

Os resultados também indicam que a sustentabilidade é um tema que envolve a promoção da transparência e da accountability. Isso sugere que a sustentabilidade é um tema que envolve a prestação de contas e a transparência na gestão dos recursos naturais.

Os resultados também indicam que a sustentabilidade é um tema que envolve a promoção da inovação e da criatividade. Isso sugere que a sustentabilidade é um tema que envolve a busca por soluções inovadoras para os problemas da sustentabilidade.

Os resultados também indicam que a sustentabilidade é um tema que envolve a promoção da cooperação e da colaboração. Isso sugere que a sustentabilidade é um tema que envolve a busca por soluções colaborativas para os problemas da sustentabilidade.

Os resultados também indicam que a sustentabilidade é um tema que envolve a promoção da justiça e da equidade. Isso sugere que a sustentabilidade é um tema que envolve a busca por soluções justas e equitativas para os problemas da sustentabilidade.

Os resultados também indicam que a sustentabilidade é um tema que envolve a promoção da paz e da harmonia. Isso sugere que a sustentabilidade é um tema que envolve a busca por soluções pacíficas e harmoniosas para os problemas da sustentabilidade.

A Formação da Nacionalidade e
do Sentimento de Independência do
Rio Grande do Norte

TARCÍSIO MEDEIROS

Foi Jaime Cortezão que, certa vez, disse ser o fato histórico, geralmente “um ato fluido no tempo e múltiplo na ação”.

A expressão é válida para interpretarmos a Independência do Brasil, com decorrência lógica de um processo evolutivo sócio-político e econômico, iniciado ao longo da fase Colonial, quando surgiu a formação do sentimento da nacionalidade culminando no ato formal de 7 de setembro de 1822, para o qual concorreram não apenas as classes dominantes da ocasião, mas antecedentes vários ocorridos nas mais diferentes partes do Brasil Reino, e que redundaram numa corte de sacrificados e heróis.

Os nossos antepassados de além-mar, que fincaram suas raízes aqui há mais de 374 anos, o fizeram com luta, sangue e desprendimento para que fossem traçadas as fronteiras da pátria futura, moldados os caracteres da etnia, o sentimento de liberdade, a igualdade de todos, a formação

da soberania, que agora comemoramos, 150 anos depois.

Por isso, reivindicamos para nós norte-rio-grandenses uma parcela considerável desses fatos, os quais, bem analisados sob o aspecto regionalista, foram geradores de sucessos permissíveis de eventos favoráveis à conquista da terra e à colonização; da formação peculiar do seu povo, de suas elites e do idealismo que norteou, no alvorecer da modesta comunidade, os movimentos precursores da emancipação e, finalmente, moldou a vida da Província na época da Independência.

* * *

De início, devemos considerar, em cotejo com as demais regiões do Brasil, que entramos na história pelo determinismo geográfico de nossa posição na orla do Atlântico Sul, que tornou a terra dos Poiius, depois Rio Grande, uma das primeiras a ser conhecida, antes que “Seu” Cabral a desse por descoberta e por direito pertencer a El-Rei de Portugal, em 1500.

Os 399 quilômetros que formam o seu litoral, entre 4.º,5' e 6.º,3' de latitude Sul, no saliente do Continente Sul-Americano, abaixo da linha equinocial, põe em evidência essa realidade perante o Brasil, às demais Nações,

sobretudo das Américas, no aspecto estratégico de sua costa. O promontório que avança pelo Atlântico Sul, estrangulando o corredor oceânico com o ombro ocidental da África, permite a mínima distância entre Natal e Dakar seja de 1.800 milhas; o que coloca o litoral norte-rio-grandense como um dos nós do tráfego marítimo internacional, esquina do mundo, área crítica de possíveis ataques de potências extracontinentais.

A plataforma submarina, a junção de correntes marítimas, os ventos que sopram nesse quadrante, formam um "habitat" gerador de dispersão das naus à vela de outrora na altura do Cabo de São Roque, balizador primeiro do extremo Brasil-português, fixador de roteiros decisivos. Se não isso, constitui área perigosa à navegação, provocadora de situações difíceis e capazes de atrair às costas do Rio Grande embarcações desconhecedoras dessas particularidades, como bem foram definidas por Robert-Ave-Lellemant, em "Viagem pelo Norte do Brasil", mesmo em pleno século XIX, ou seja, em 1860.

Na competição pelas vias marítimas deste hemisfério, navegando pela Espanha, em 1497, Alonso de Hojeda, só ou com Juan de La Cosa e Américo Vespúcio, no

arrastão dessa peculiar situação geográfica, encontraram terra à latitude de cinco graus ao sul da Equinocial, certamente o delta do rio Açu. A seguir, Diogo de Lepe, logo chegava à região e transmitia informações motivadoras do planisfério de La Cosa, outubro de 1500, no qual registrava o contorno e acidentes topográficos considerados potiguares, como: a foz do rio Açu, a ponta do Tubarão, o morro do Tibau, etc. Também Vicente Iañez Pison, em 26 de janeiro de 1500, deixa o seu rastro ao tocar a ponta do Calcanhar, como afirma o Barão do Rio Branco (1).

Nascíamos, assim, para o mundo antes de entrarmos na história política de Portugal, para o qual éramos desconhecidos, porém já constituindo patrimônio pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 4.6.1494.

Fugindo em decorrência das calmarias e a essa atração irresistível, à meia viagem para descobrir o Brasil, na sua missão para as Índias, Cabral tocou no litoral baiano, e depois participou a ocorrência ao Rei pela carta de Pero Vaz Caminha. A caravela Gaspar de Lemos, só encontrou o caminho de volta bordejando o Nordeste, a fim de, na altura do nosso litoral, fixar a derrota, aprofundando para África-Europa.

Oficialmente, descoberto o Brasil para os portugueses, estes, visando manter soberania na nova terra e ter-lhe melhor conhecimento, mandam a primeira expedição exploradora, para alguns comandada por Gaspar de Lemos, para outros por João de Nova, mas em quaisquer das hipóteses tiveram eles como companheiros Américo Vespúcio, que descreveu em suas "LETERAS" a Pedro Siderine, de como abicou no litoral do Rio Grande, na posição de 35° 48' W de Greenwich e 5.º 5' de latitude Sul, chantou o marco de posse da terra, padrão instituído por D. João I, em pedra de lioz ou mármore de Lisboa, com 1,30 m de altura, 20 cm de espessura e 30 cm de largura, na praia de Touros, légua e meia do "Canto de Cima", com as três características cruces de Cristo superpostas, em alto relevo, forjadas ao cinzel do artista quientista, que perdura 473 anos depois.

Desse modo, no segundo momento do tempo, marcávamos a nossa presença pioneira na constituição do domínio de Portugal com a formação, em parte, da terra de Vera Cruz, Santa Cruz, Brasil.

* * *

O maior interesse econômico das Colônias da África e Índias no

decorrer do século XVI, e sem meios humanos para manutenção do seu patrimônio no Brasil, foi a região abandonada pelos portugueses, praticamente, por mais de 50 anos. Nem mesmo as tentativas de colonização pelo regime de doações hereditárias, deu resultado compensador, senão Olinda e São Vicente, nos extremos opostos do território que já apresentava características Continentais.

A par, no inconformismo da divisão do mundo pelo Papa entre Portugal e Espanha, foi a França a primeira a investir na competição do comércio marítimo, precursora da guerra de corso para a posse de feitorias, onde fosse possível estabelecê-las, de maneira preferencial nos locais de existência de "Bois de Fernambuc" (o pau-brasil), pau de tinta, droga bastante apreciada e necessitada na Europa.

Em razão do fracasso de duas tentativas para conhecer a Capitania que lhe pertencia, João de Barros, associado a Aires da Cunha, abandonara a região amargando destruição e morte nas expedições, inclusive na praia de Ceará-Mirim, quando teve alguns de seus tripulantes devorados por nativos.

Por esses motivos, aqui chegaram os franceses. Segundo a Cartografia do século XVI, de-

monstrada por José Maria Brândão Castelo Branco (2), mesmo antes de, no Sul, constituírem a França Antártica. E tão bem se instalaram que, pelo mapa de Jacques de Voudeclaye, feito em Diepe, em 1579, a nossa costa encontra-se perfeitamente delineada com a descrição dos locais de tabas dos gentios amigos, os potiguares, e de outras no interior.

A partir de então, Charles de Voux e Jacques Riffault estabeleceram na aldeia do Camarão Velho (Igapó), o entreposto de comércio e para maior lucro, daí partem entre 15 e 18 de março, apoiados nos arcos potiguares, para o ataque a Cabedelo, porto da Capitania de Felipéia de Nossa Senhora das Neves (Paraíba), com treze navios e enquanto outros vinte apoiavam a investida.

Portugal que a partir da segunda metade do século XVI começava a perder seu Império Colonial nas Índias e parte da África Oriental, procurava a todo custo conservar em seu poder o Leste do Continente Africano e o Brasil, sobretudo porque surgia como produtor de matérias-primas, principalmente o açúcar, compreendeu que se não fossem expulsos os franceses do Nordeste brasileiro, certamente, o seu sonho de transformar o Atlântico Sul "num lago privado" para man-

ter o monopólio do comércio marítimo entre Europa-África-América, estaria desfeito. E mal conseguiu provocar as primeiras reações, eis que a partir de 25 de agosto de 1580, vencido por Felipe II pela reivindicação de sucessão ao trono, é adjudicado, com todas as suas Colônias, ao poderio de Espanha, então a maior potência do mundo.

No Brasil, o domínio espanhol coincide com o da exploração, penetração e conquista do litoral e parte do interior. Com prudência, os espanhóis mantiveram a máquina administrativa, ficando os altos cargos das Colônias nas mãos de portugueses afeiçoados e a navegação e o comércio sob o seu controle. Para eles, mais do que nunca, para atendimento do seu patrimônio vasto em várias outras partes das Américas, mais do que nunca o corredor Atlântico Sul tinha de ser desempenhado, e o litoral potiguar, o mais estratégico, teve prioridade. Daí, as Cartas Régias de 1595 e 1597, que na sua alta sabedoria, determinavam providências de ordem militar e de ordem econômica, que permitissem a conquista da nova Capitania, evitando que, pelo "uti possidetis" os franceses adquirissem direito sobre as novas terras. Preconizando a fundação de uma povoação e a

construção de uma fortaleza na foz do Rio Grande (Potengi), visavam não só permitir aos colonizadores futuros usufruírem melhor as possibilidades econômicas da região, como defendê-la da coibiça dos intrusos.

Todos sabem que, para cumprimento dessas Cartas Régias, em fins de 1597, foi organizada a expedição militar sob o comando de Manoel Mascarenhas Homem, Capitão-Mor de Pernambuco, Feliciano Coelho, Capitão-Mor da Paraíba, Francisco do Rêgo Barros, Comandante de Esquadra, os irmãos mestiços Jerônimo, Jorge e Antônio de Albuquerque, chefes de índios guerreiros, e os padres Lemos e Gaspar de San Peres, jesuítas e Frei Bernardino das Neves, capucho, que chegada à região por mar, conquistaram o chão em que edificou o Forte dos Três Reis Magos, em homenagem à data de 6 de janeiro de 1598; e logo mais, vencida a resistência dos potiguares e remanescentes franceses espalhados pelo interior na trilha que levava à Paraíba, demarcaram o sítio da cidade que foi chamada Natal, por ter sido ato solene celebrado no dia 25 de dezembro de 1599 (3).

Restou dessa fase da permanência de mais de 40 anos de franceses entre nós, a certeza de uma comunidade às margens do

Potengi que a tradição teimosa conserva como sendo Refoles, local onde hoje se ergue a Base Naval de Natal, por ter sido o ancoradouro das naus de Riffault, aquele flibusteiro que explorou o comércio do pau-brasil aliado aos potiguares, cujos comandados, às centenas, causaram a miscigenação regional primeira entre eles e aborígenes.

* * *

Com fundação da Colônia luso-portuguesa, o povoamento da terra vai ser iniciado, de maneira incipiente no rumo Sul, porque para o Governo Geral interessava manter a posição estratégico-geográfica capaz de assegurar a soberania e as vias de comunicação do eixo América-África-Europa.

Então, até o domínio holandês, trinta e quatro anos depois, a Fortaleza dos Reis Magos foi a sentinela avançada do Brasil seiscentista. No dizer de Câmara Cascudo, foi a marca, a barreira extrema dos portugueses no Norte do Brasil. A primeira pegada que imobilizou a semente de onde sairia a futura Província. Primeira morada cristã, primeiro lar onde o lume clareou sonhos de fixação pacífica, orgulho lusitano do poder estabelecido no Brasil, vigia silenciosa e cauta da cidade do Natal.

Com o Forte dos Reis Magos, podemos dizer concretizava-se o alargamento de fronteiras para o Norte. Assim, seria o abrigo de Pero Coelho de Souza, voltando vencido do Ceará, em 1606. Hospedaria o Padre Luís Filgueira, em 1608, salvo dos Tacarijus os mesmos que trucidaram o padre Pinto, pai Pinto, que nele esteve em 1601 quando ajudou na catequese dos silvícolas inimigos. De sua guarnição partiu Martin Soares Moreno, em 1611, para fundar, no Ceará. Derredor de suas muralhas foram agrupados os homens, que sob o comando de seu primeiro chefe e fundador da cidade, Jerônimo de Albuquerque, vão expulsar os franceses da França Equinocial. Dele também parte para fundar a cidade de Presépio, Belém do Pará, outro seu Comandante, Francisco Caldeira Castelo Branco(4).

Foi sem dúvida, o núcleo irradiante da expansão portuguesa no setentrião, delimitador de nossa orla marítima, guardião da terra brasileira contra possíveis assaltos de potências extracontinentais em consequência de sua posição geográfica, um dos pontos mais importantes a considerar na geopolítica do Brasil, vez que, a partir de então, e no decorrer da história Colônia, Província e Estado, pelo papel que representou e represen-

ta, o Rio Grande do Norte tem sua história sensível às influências exteriores decorrentes do cenário internacional, variáveis com o momento histórico que as caracteriza.

Nessa época, entra com João Rodrigo Colaço, em 1601, Capitão do Forte, o elemento negro para a miscigenação da raça, empregado que foi nas necessidades dos primeiros engenhos que acenderam fogos em Cunhaú, Ferreiro Torto, e logo mais estariam no Vale do Capió e do Ceará-Mirim. Todavia, pela falta de lucro imediato e pelas lutas para a conquista da região, a Colônia não é seção daquela de "plantação" ou de "enquadramento", de que nos fala o Professor A. da Silva Rêgo, da Universidade Técnica de Lisboa, na qual o Colono luso limita-se a explorá-la, a arrancar-lhe a riqueza para, a seguir, a transportar para fora. O colono verdadeiro continua a ser o indígena (depois com o negro). O trabalhador é o indígena (depois o negro). O branco, o europeu limita-se apenas à direção superior. Nota-se a ausência de famílias brancas, de mulheres brancas, de crianças brancas. Surgem imediatamente vários inconvenientes — a mestiçagem, a tendência para a opressão, o abandono duma exploração racional, preferindo-se

apenas a que dá lucros imediatos.

Dáí, não poderemos afirmar que tenha surgido naqueles tempos, como não ocorreu noutras partes do Brasil, o sentimento formador da nacionalidade.

* * *

Até chegar o domínio holandês, em 1633, a economia da Colônia estava restrita à criação de gado, ao pescado em suas costas, roçaria de mandioca, milho e feijão. Em chegada o governo de Pero Mendes de Gouveia, o herói da rendição do Forte ao batavo, para o Sul a corrente migratória estava definitivamente encaminhada, notando-se ao longo da costa e às margens dos rios Pitimbu, Pirangi, Trairi, Jacu, Curimataú, Guaju, um trabalho persistente e intenso de desbravamento do solo. Para o Norte, o povoamento não passava de Maxaranguape, dez léguas da Capital; nas férteis várzeas banhadas pelo baixo Ceará-Mirim e seus afluentes, bem como na lagoa do Guagiru (Extremoz), os colonos já procuravam um novo "habitat" no qual plantassem a cana-de-açúcar. Para o interior, marginando o Potengi, Ferreiro Torto e Cunhaú foram os primeiros bangüês que produziam um pouco de açúcar. Ao todo, diz um relatório da época: "muitos eram os nati-

vos, calculados em alguns milhares, poucos os brancos que com eles trabalhavam", sem referências aos negros.

É bom frisar, nessa entrada para o interior, os primitivos colonizadores contavam com os índios potiguares, pertencentes à Nação Tupi, inimiga dos Tapuias e Cariris, habitantes do interior. Quando chegaram os holandeses, essa inimizade passa a ser explorada por Jacob Rabi, o judeu traidor, a fim de conseguir, como conseguiu, a amizade dos últimos para favorecer a vinda do flamengo.

Em 1630, segundo Raul de Valença Câmara (6) "novamente vemos o Nordeste brasileiro, especialmente o Rio Grande do Norte, representar um papel de relevo na história do Brasil, quando os invasores holandeses conseguem fixar-se em Recife."

O fracasso da tentativa anterior de conquista da Bahia, mostrou aos holandeses o caminho que deviam seguir e o plano que deviam traçar, para alcançar o seu objetivo. Consequentemente, a sua política de conquista decorreu das determinantes geográficas do território cobiçado.

Os novos conquistadores, desde logo, compreenderam que deviam apossar-se de todo o litoral nordestino brasileiro, para conso-

lidarem a sua conquista e, em 1633, empreenderam a expedição do Rio Grande.

Caindo Recife, em 2 de março de 1630, a "Cabeça de Ponte" para subjugação do nordeste estava iniciada. Entretanto, a manutenção de posição conquistada exigia, por um simples problema de logística, a exploração do interior e a expansão do "bolsão" na direção norte-sul como medidas capazes de auferirem abastecimentos para manutenção da tropa de ocupação, detida ante a resistência do Arraial do Bom Jesus. Derrotados, retraem-se aguardando reforços, que não tardam. Por sua vez, a Espanha manda a esquadra de Oquenho que, a 13 de julho de 1631, chega à Bahia com reforços e no dia 12 de setembro engaja numa batalha marítima memorável e de resultado duvidoso para ambas as partes. Os holandeses perdem Olinda e, em dezembro ainda de 1631, atacam a Paraíba sem conseguirem vantagens.

Ante o dilatado da linha de abastecimento (o Atlântico) pela qual recebiam escassos meios, os flamengos, ante a premência do tempo, e ainda o aspecto estratégico que o Rio Grande lhes oferecia como um dos nós do tráfego da área focal — Europa-África-Brasil, máximo de possível desbordamento da posição Paraíba

(não conquistada), voltaram-se para esta região, rico manancial de gado capaz de resolver o abastecimento do Recife.

Do resultado das investigações de Joost Closter, Teodoro Weenedburgh e o brabantino Adriano Verdonck compreenderam que deviam apoderar-se de todo o litoral nordestino para consolidarem a ocupação. O Rio Grande, pela sua posição geográfica, seria a chave que abriria as perspectivas dos caminhos marítimos no Corredor Atlântico, também para o Norte (Ceará-Maranhão), a entrada para o sertão envolvendo as resistências da Paraíba e do Arraial do Bom Jesus, em Pernambuco e seus estabelecimentos.

Não é preciso relembrar a tomada do Forte dos Reis, em 2 de dezembro de 1633 com sacrifício de tantas vidas e de Peres Mendes de Gouveia, o Capitão-Mor, transformado em Castelo de Keulen; Natal, em Nova Amsterdã; o princípio de um domínio no qual a Colônia incipiente só conheceu violência, extorsão, vilipêndio e rapinagem, como atestam as atrocidades de Cunhaú, Ferreiro Torro, Uruaçu, Extremoz, Guarairas, . . . Dela só interessava o fornecimento de reses para o consumo dos soldados e população de Pernambuco em crescimento, sem o que "os holandeses, tão misera-

velmente tratados com recursos dos armazéns, ficariam condenados a morrer de fome”, como informa Hermen Watje, em seu livro “O Domínio Holandês no Brasil”. Da população do Rio Grande, 60% sucumbiram. De 24 anos de dominação batava, somente ficou a tradição, que não morre, de provações tremendas.

Contudo, nem tudo foi perdido, inútil, nessa guerra de vinditas e de terra arrazada. A resistência, organizada em guerrilhas, não esmoreceu nunca, sobretudo de parte da gente humilde, a mais sofredora com a perda dos seus bens, de suas propriedades confiscadas, com a matança indiscriminada de suas famílias. André Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Felipe Camarão, este o inovidável filho potiguar, foram os representantes das três raças que dariam a etnia formadora do futuro Brasil. E mais do que nunca, do sentimento nativista que alentara a luta, foi gerada a semente que, mesmo plantada nas cinzas da destruição, mas regada pelo sangue de tantos mártires e heróis, faria surgir aquele outro formador da futura nacionalidade, mais atuante pela consciência de força e fé que haviam sido demonstradas nessa campanha de libertação, que acumulado em potencial atuaria nos movimentos

de autonomia desencadeados antes da emancipação de 1822. E neste particular, vai ser causa preponderante na Revolução de 1817, na qual o Rio Grande do Norte representaria papel saliente e consagrador.

Na verdade, até então, acontecera aqui, como em todo o Nordeste, aquele fenômeno de consciência nacional que Hamilton Nogueira anotou (7) — “Há na história dos povos, um instante determinado fixando o início dos movimentos políticos ou sociológicos que neles hajam ocorrido. No Brasil, por exemplo, a primeira manifestação do instinto natural de liberdade — tão peculiar ao ente humano quanto à sociedade —, não se deu, como lógico seria se desse, contra o domínio português que nos reduzia à condição colonial; deu-se contra os holandeses, que nos haviam invadido e transformado em presa, nada revelando ou demonstrando quanto aos propósitos que nos estariam reservados no futuro. Semelhantes fatos, bem observados e analisados, antes de exprimirem uma contradição, pelo contrário, demonstram aquilo que sempre constituiu a preocupação máxima dos brasileiros: — “conservar intacta a majestade da terra que Portugal descobrira e que tanto se esforçara por preservar do germe

da fragmentação. Da afirmação desta unidade territorial, quando a consciência da nacionalidade se encontrasse plenamente estratificada, então, marcharíamos para a fase natural e lógica da hegemonia política. Ainda assim, os passos que houvésemos de dar teriam que ser medidos e cautelosos.”

* * *

“Em 1640, Portugal estava livre do domínio Espanhol. Em maio de 1654, o domínio português estava restaurado em todas as Capitânicas anteriormente ocupadas pelos holandeses. A obra da colonização, tão promissoramente iniciada antes, recomeçava, agora, em condições mais favoráveis, porque o interior havia sido em grande parte devassado, e Antônio Vaz Gondim, Capitão-Mor, conseguindo recolher, apenas, 150 moradores, multiplicou-se num esforço contínuo de atender a tudo, num milagre de energia, operosidade e animação.” (8)

Até 1687, haviam passado oito Capitães-Mores na Administração da Capitania e o seu desenvolvimento com doações de sesmarias, transformou o regime de Colônia de enquadramento ou de plantação, em Colônia de povoamento, com o elemento regional ou vindo das Capitânicas vizinhas,

participando da exploração do solo e da criação, com suas famílias, agregados e escravos, com o propósito de fixação, para o que reproduz na nova terra os costumes e tradições de mãe-pátria.

Essa espécie de colonização, todavia, não se processou pacificamente. No dizer do Capitão-Mor Manoel Muniz — “os sesmeiros, ou seus prepostos residentes nas terras do interior, sem recursos para comprar negros da Guiné ou de Angola, premidos pela obrigação de viver, recorriam frequentemente à captura dos indígenas, forçando-os às tarefas da agricultura, serviço que, nas tabas, pertencia às mulheres como impróprio para guerreiro”. Essa escravidão, à revelia do Governo Geral, era mantida em estado latente. “Daí, uma série de provocações, de negaças, de violações que o indígena deveria sofrer ou rebelar-se”. (8)

O resultado dessa vivência insólita, antagonica, entre colonos e silvícolas, não podia tardar. A chamada “Guerra dos Bárbaros” teve início no ano de 1687, no governo de Pascoal Gonçalves, por esses motivos e como revide dos índios movidos pelo sentimento de sobrevivência.

Além dessas causas, justifica a sua persistência por mais de 50 anos, em períodos intercalados, a

apoio dado por Antônio Paraupaba, Regedor-mor dos Cariris, que empreendeu viagem para a Holanda encorajado pelos flamengos que haviam combatido do seu lado, solicitar meios de restauração do domínio holandês novamente entre nós. Navios corsários que aportaram no delta do rio Açu e na embocadura do Jaguaribe, trouxeram armas e munições, alentando a revolta. Quando o plano de defesa nordestino foi esboçado, com a vinda de socorros, de início, da Paraíba e Pernambuco, sob o comando do Capitão Manoel de Abreu Soares e do Coronel Antônio de Albuquerque Câmara, ficou desde logo estabelecida a linha de resistência partindo da orla em que aqueles caudais deságuam no Atlântico, descendo pelo rio Açu até à sua nascente na Paraíba (Piranhas). Em toda essa extensão os arraiais, fortins e casas fortes foram providos pelos terços de Henrique Dias, com Jorge Luiz Soares, Mestre de Campo; Sargento-Mor Manoel da Silveira; os paulistas Matias Cardoso de Almeida, Domingos Jorge Velho e Manoel Álvares de Moraes Navarro.

“Lutaram todos, muitas vezes em busca de recompensa. Mas o governo esquecia-se de mandar alimentos e munições e de fazer a paga dos soldados. Os colonos

sustentavam as tropas, enquanto podiam. Faltando os meios necessários, os soldados desertavam e o Cariri avançava, jarretando os bois, destruindo tudo. Janduí, Paiacus, Caratéus, Icós, Pegas, Caicós, Panatis, todos se uniram e atacavam como obedecendo a um plano estabelecido, chegando ao Ceará-Mirim e ameaçando Natal.” (4)

Somente depois de 1720, com as pazes consolidadas e muitos nativos aldeados em reduções, que seriam as primeiras sete vilas do Pão Grande, como informa Aires de Casal, aqui tão somente existia uma cidade que era vila, Natal, e vilas que eram simples povoados — Arez, Extremoz, São José de Mipibu, Villafior, Vila Nova da Princesa, Vila Nova do Príncipe, fazendas esparsas no interior, arruinadas, e alguns engenhos no vale do Ceará-Mirim e do Capió. E nada mais, senão a esperança de tudo ser recomeçado.

* * *

O século XVIII é a época do povoamento efetivo do interior norte-rio-grandense. “Foi o restabelecimento da paz com os nativos que proporcionou a enérgica reação. Imigrantes vindos do reino, sobremaneira de Entre-Douro-e-Minho, Vila do Conde, Porto, Lisboa e Algarves; oficiais que se tinham retirado do serviço ativo,

da fragmentação. Da afirmação desta unidade territorial, quando a consciência da nacionalidade se encontrasse plenamente estratificada, então, marcharíamos para a fase natural e lógica da hegemonia política. Ainda assim, os passos que houvésemos de dar teriam que ser medidos e cautelosos.”

* * *

“Em 1640, Portugal estava livre do domínio Espanhol. Em maio de 1654, o domínio português estava restaurado em todas as Capitânicas anteriormente ocupadas pelos holandeses. A obra da colonização, tão promissora iniciada antes, recomeçava, agora, em condições mais favoráveis, porque o interior havia sido em grande parte devassado, e Antônio Vaz Gondim, Capitão-Mor, conseguindo recolher, apenas, 150 moradores, multiplicou-se num esforço contínuo de atender a tudo, num milagre de energia, operosidade e animação.” (8)

Até 1687, haviam passado oito Capitães-Mores na Administração da Capitania e o seu desenvolvimento com doações de sesmarias, transformou o regime de Colônia de enquadramento ou de plantação, em Colônia de povoamento, com o elemento regional ou vindo das Capitânicas vizinhas,

participando da exploração do solo e da criação, com suas famílias, agregados e escravos, com o propósito de fixação, para o que reproduz na nova terra os costumes e tradições de mãe-pátria.

Essa espécie de colonização, todavia, não se processou pacificamente. No dizer do Capitão-Mor Manoel Muniz — “os sesmeiros, ou seus prepostos residentes nas terras do interior, sem recursos para comprar negros da Guiné ou de Angola, premidos pela obrigação de viver, recorriam frequentemente à captura dos indígenas, forçando-os às tarefas da agricultura, serviço que, nas tabas, pertencia às mulheres como impróprio para guerreiro”. Essa escravidão, à revelia do Governo Geral, era mantida em estado latente. “Daí, uma série de provocações, de negaças, de violações que o indígena deveria sofrer ou rebelar-se”. (8)

O resultado dessa vivência insólita, antagonica, entre colonos e silvícolas, não podia tardar. A chamada “Guerra dos Bárbaros” teve início no ano de 1687, no governo de Pascoal Gonçalves, por esses motivos e como revide dos índios movidos pelo sentimento de sobrevivência.

Além dessas causas, justifica a sua persistência por mais de 50 anos, em períodos intercalados, a

apoio dado por Antônio Paraupaba, Regedor-mor dos Cariris, que empreendeu viagem para a Holanda encorajado pelos flamengos que haviam combatido do seu lado, solicitar meios de restauração do domínio holandês novamente entre nós. Navios corsários que aportaram no delta do rio Açu e na embocadura do Jaguaribe, trouxeram armas e munições, alentando a revolta. Quando o plano de defesa nordestino foi esboçado, com a vinda de socorros, de início, da Paraíba e Pernambuco, sob o comando do Capitão Manoel de Abreu Soares e do Coronel Antônio de Albuquerque Câmara, ficou desde logo estabelecida a linha de resistência partindo da orla em que aqueles caudais deságuam no Atlântico, descendo pelo rio Açu até à sua nascente na Paraíba (Piranhas). Em toda essa extensão os arraiais, fortins e casas fortes foram providos pelos terços de Henrique Dias, com Jorge Luiz Soares, Mestre de Campo; Sargento-Mor Manoel da Silveira; os paulistas Matias Cardoso de Almeida, Domingos Jorge Velho e Manoel Álvares de Moraes Navarro.

“Lutaram todos, muitas vezes em busca de recompensa. Mas o governo esquecia-se de mandar alimentos e munições e de fazer a paga dos soldados. Os colonos

sustentavam as tropas, enquanto podiam. Faltando os meios necessários, os soldados desertavam e o Cariri avançava, jarretando os bois, destruindo tudo. Janduí, Paiacus, Caratéus, Icós, Pegas, Caicós, Panatis, todos se uniram e atacavam como obedecendo a um plano estabelecido, chegando ao Ceará-Mirim e ameaçando Natal.” (4)

Somente depois de 1720, com as pazes consolidadas e muitos nativos aldeados em reduções, que seriam as primeiras sete vilas do Pão Grande, como informa Aires de Casal, aqui tão somente existia uma cidade que era vila, Natal, e vilas que eram simples povoados — Arez, Extremoz, São José de Mipibu, Villafior, Vila Nova da Princesa, Vila Nova do Príncipe, fazendas esparsas no interior, arruinadas, e alguns engenhos no vale do Ceará-Mirim e do Capió. E nada mais, senão a esperança de tudo ser recomeçado.

* * *

O século XVIII é a época do povoamento efetivo do interior norte-rio-grandense. “Foi o restabelecimento da paz com os nativos que proporcionou a enérgica reação. Imigrantes vindos do reino, sobremaneira de Entre-Douro-e-Minho, Vila do Conde, Porto, Lisboa e Algarves; oficiais que se tinham retirado do serviço ativo,

empregados que deixavam as suas funções, praças que tinham pertencido às forças regulares, negociantes e lavradores, sobretudo criadores de gado seduzidos pelas excelentes pastagens existentes no sertão, começaram a entrar na formação da Capitania, elevando a sua cultura e seu nível moral. Acompanhando o gesto pioneiro de Manoel Filgueira de Carvalho, capitão de Infantaria das Ordenanças do distrito do Açú, que veio do Rio São Francisco com muito gado para as terras do rio, outros vieram até do Jaguaribe, no Ceará. A confluência das duas correntes, a que veio do São Francisco e a que subira do litoral, tornou mais vigoroso o povoamento do interior, sobretudo pelo interesse da pecuária". (8) Habitantes de Pernambuco e Paraíba constituíram os troncos das famílias de todo o Seridó, como informa D. José Adelino: — "...o português que para aqui veio era da melhor estirpe. Não veio sozinho. A Borborema derramou no Seridó muita gente vinda de Pernambuco, da Paraíba e até da Bahia. Raça forte para colonizar uma terra forte."(9)

A partir da Carta Régia de 11 de janeiro de 1701, a Capitania deixou de pertencer à da Bahia, para ficar sujeita à de Pernambuco, o que incentivou a pas-

sagem de povos de uma para outra sem preocupações de limites, senão de mais fácil concessão de sesmarias. Os Capitães-Mores, designados, em maioria, diretamente pelas Cartas Patentes Reais, a partir dessa época, foram autoridades supremas do poder de governança, e quando dele abusavam eram assassinados, conforme ocorreu com Luiz Ferreira Freire, em 1720. As demais autoridades estavam relacionadas com o Senado da Câmara, em Natal, juizes, ouvidores, etc., com funções reguladas pelo Conselho Ultramarino de Portugal.

Durante um século, o povoamento, sobretudo na Zona Pastoral, foi se estendendo por terras que não tinham fim... Para o interior, atingiu primeiro o Açú e a ribeira do Upanema, como foi dito, e, em seguida, o Apodi, chegou à Zona Serrana de Martins, Alexandria, Luiz Gomes, até ao Seridó, detendo-se nos contrafortes da Borborema. No agreste e litoral, para o Norte e para o Sul, processou-se de molde a que os limites da futura Província fossem fixados em Grossos e Guaju, respectivamente.

Durante um século, em consequência dessa expansão colonizadora, surgiram os produtos de sustentação econômica, como o sal, a cera de carnaúba, o pesca-

do, a farinha de mandioca, principalmente o açúcar e o algodão, continuando a pecuária como o mais importante, porque imprescindível à manutenção do colono para fixação ao solo. A vida social a par, alicerçou-se nas figuras do senhor de engenho dos vales canavieiros e do fazendeiro do sertão, ambos utilizando o trabalho escravo em seu benefício e em grande parte dos outros moradores, numa situação semifeudal. Por isso, explica Hugo Paula de Oliveira (10) (Sociologia do Açúcar, de Câmara Cascudo), “o senhor de engenho fundou a aristocracia rural, cuja figura no tempo era reverenciada por todas as castas pululantes em seu derredor, latifundiário, levado pela tradição à prodigalidade de mesa e hospedagem não foi um ser econômico, mas uma entidade social.” Enquanto que, na palavra do Professor Padre A. da Silva Rêgo, da Universidade Técnica de Lisboa, “o fazendeiro foi o fundador do patriarcado rural, construtor de uma sociedade que souberam moldar convenientemente, e dentro da qual reinava o respeito pela mulher, pela lei, pela autoridade. As fazendas, muito distantes umas das outras, tinham a distância a uni-las. É que há vizinhanças que separam e distâncias que unem.” (5)

Durante um século, os três

elementos da miscigenação moldaram com seu sangue o tipo antropológico do brasileiro, nordestino-grandense, para o qual o português e silvícola contribuíram em maior quantidade, e o negro escravo em menor escala. Mas, dos três, foi o índio que primeiro desapareceu vítima da própria expansão colonizadora, ante a ambição e força do colono branco para aposentar-se da terra, da qual, ele nativo, fora senhor do chão por direito de nascença. O último grito angustiado da raça, como exemplo de sua extinção, acontece no episódio de Cantofa e Jandi, nas Ribeiras do Apodi, quando espoliada a sua tribo do solo dos seus maiores, ela Cantofa, antes de ser sacrificada pelo punhal assassino, levantou o mais legítimo apelo de sentimento nativista como já era sentido por todo o Brasil. É como nos conta o Des. Antônio Soares, em seus versos imortais (11):

“Filhos queridos,/ Voz de guerra chegou-nos aos ouvidos,
 Descendentes dos bravos potiguares,
 Defendamos, com brio, os nossos lares!
 Aqui é a nossa Pátria, aqui repousam/
 As relíquias dos nossos ancestrais;
 Repilamos os bárbaros que ousam/
 Profanar deste solo a santa paz;
 Não tenhamos a guerra mais renhida/. . .
 A liberdade vale mais que a vida!

Desta maneira, durante um século, firmaram-se os caracteres morais e espirituais das gerações que se haviam sucedido na formação da comunidade potiguar e pela qual haviam lutado e morrido pela intempérie, seca, cheia, peste, . . . mas, insensíveis a espaço, tempo e posição, tinham firmado as bases de nossa sustentação econômica e contribuindo para formação do nosso patrimônio cultural com mitos, folguedos, sincretismo religioso, folclore . . . que a história, hoje, ao perfilar os acontecimentos lhes faz justiça.

* * *

Ao ser iniciado o século XIX, sentia-se, como explica Tavares de Lira (12) que “os processos adotados pelos portugueses na colonização, não tinham sido os mais próprios para ligar a metrópole e a colônia por uma larga corrente de simpatias e solidariedades.” — “Os Capitães-mores em vez de procurarem atenuar e desvanecer, habilmente, as prevenções existentes desde a época da conquista, eram, em geral, homens voluntariosos e intolerantes, que se impunham mais pela violência e pelo arbítrio do que pelas normas da moderação e de justiça; e a união necessária e proveitosa que se devia estabelecer entre os dois povos se enfra-

quecia e anulava ante as injustiças e desarrazoadas preferências dadas aos europeus.”

Fixando-se no solo e desbravando-o, os brasileiros não passavam de instrumentos dos dominadores que, com o monopólio do comércio, exerciam as maiores extorsões, depauperando, gananciosamente, as populações rurais. A vítima e o explorador, a quem jamais faltava o auxílio poderoso dos governantes, não se podiam harmonizar; e daí as rivalidades que, não raro, degeneraram em lutas sanguinolentas, como sucedera na revolta de Beckman, no Maranhão; a guerra dos emboabas paulistas; a guerra dos mascates, em Pernambuco; a revolta de Vila Rica, com Felipe dos Santos; e a Conjuração Mineira com o martírio de Tiradentes.

Os abusos das autoridades e as depredações dos colonizadores cavavam, assim, fundo os dissentimentos, e, um dia, chegaria para nós o momento de participarmos das reivindicações de independência.

Esse anelo, naquela época, era o sonho, como ocorria noutras partes do Brasil, dos filhos das classes dominantes, principalmente entre nós dos descendentes dos patriarcas do sertão e dos senhores de engenho, que, gozan-

do de situação financeira razoável, haviam, em Recife, Bahia, Rio ou Lisboa, senão em Paris, adquirido um lustro intelectual suficiente para interpretarem e divulgarem o liberalismo do tempo e o entusiasmo pela emancipação de Colônias das Américas. A essa elite juntava-se a dos padres, que formava a classe mais ilustrada da sociedade e que, para honra do clero brasileiro, tomara parte principal, ativa e saliente, naqueles movimentos precursores, pagando alguns com a vida o seu amor à liberdade. Por outro lado, insentivava a idéia da emancipação às Lojas Maçônicas que existiam então, e estavam no auge de animação, ligadas às de outras capitâneas por laços da irmandade e de filiação.

Em 1808, o Brasil tornado Reino com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, não resta dúvida que fora vantajoso para nós o evento casual; pelas novas relações que adquiriu a colônia, aberta ao convívio do mundo inteiro, e pela posição política em que se colocou, muito superior à mãe pátria. “A chegada do soberano, confessava Henry Koster em 1809, despertou a emulação de alguns brasileiros que a muito se entregavam a hábitos de indolência e aumentou a atividade de outros que aguardavam

com impaciência ocasião para evidenciá-la. Os brasileiros sentem que se tornaram uma nação, a sua terra natal dá presentemente leis à mãe pátria.” (13)

Se o Príncipe Regente (futuro D. João VI), por um lado, ao abrir os portos brasileiros ao comércio das nações estrangeiras, especialmente com um tratado de tarifa alfandegária paternalista às aspirações inglesas, nação patrocinadora da sua transferência para o Brasil, fomentou ainda indiscutíveis melhoramentos e progressos materiais, de outro, porém, tratou de cercear os anseios patrióticos de participação efetiva na vida nacional. — “É que o Príncipe, no entender de Oliveira Lima, compreendendo o perigo iminente da separação, concebera um ardiloso plano de resistência que consistiu em conceder à Colônia o máximo das franquias econômicas para garantir o mínimo das cadências políticas.” (14)

Com razão, viram os brasileiros, por isso, que da Corte portuguesa nenhum benefício lhes poderia advir, já que continuavam destinados ao servilismo para saciar a ganância da fidalguia ociosa e faminta que acompanhara D. João VI e que se locupletara de todas as posições-chaves do governo, de todos os empregos, com exclusão acintosa dos nacio-

nais, inclusive banidos dos altos postos das forças armadas, bem como preteridos em suas promoções, a que competia manter a soberania do país com sacrifício da própria vida, como vinha ocorrendo nas lutas das Províncias do Rio da Prata.

Consequência lógica é que lavrava intenso, como fogo subterrâneo, esse espírito de discórdia e de rivalidade entre brasileiros e portugueses, que trazia uns e outros inquietos e em constantes atritos e litígios. E dessa exaltação de espíritos à revolta pouco distava.

* * *

Então, chegou 1817.

De maneira enfocada, concordam Afonso Arinos e Jânio Quadros (15), "em Pernambuco, as aspirações de autonomia reaparecem num período de retração econômica ocasionada pela baixa do preço do açúcar e pela brusca suspensão das exportações de algodão, em consequência dos acordos com a Grã-Bretanha. As operações militares no rio da Prata impunham, além do mais, a cobrança de novos tributos sobre as receitas alfandegárias, a fim de custear as despesas com o corpo expedicionário."

É bem possível que essas circunstâncias tenham emocionado

mais as classes dominantes dos senhores de engenhos, atraindo-as a participar dos acontecimentos, porém jamais como precipuas ao desenvolvimento do processo revolucionário. Muito mais arraigado no sentimento popular e da elite intelectual pernambucana, estava a tradição nativista de Guararapes e Taborda, em que nós potiguares estivemos unidos, explodindo adiante na revolta de Mendonça Furtado e no conflito dos Mascates, continuada em constantes demonstrações antireinóis, como aquela ingênua da repulsa à farinha de trigo pela de mandioca, ou da cachaça pelo vinho do Porto.

Muito mais atuante, como causa imediata do desencadeamento da revolta, foi a injúria aos brios dos militares brasileiros, que nem o respeito à hierarquia justificava, vinda como veio do alto escalão português e do qual o Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro transformou-se o porta-voz no castigo que pretendeu aplicar, redundante na reação de José Barros Lima, o "Leão Coroado", matando o Brigadeiro Barbosa de Castro. A partir desse momento, 6 de março, a revolução estava na rua, com plena aceitação popular aos gritos até de Viva a Pátria, Viva Nossa Senhora, Morram os Aristocratas, expli-

cada, em Declaração de Direitos aos povos do Brasil, que era separatista, republicana, constitucional. Nela estava engajado, como antigo conspirador e idealista da nossa emancipação, Miguel Joaquim de Almeida Castro, Padre Miguelinho, o norte-rio-grandense que se tornou secretário do governo revolucionário, e dele vai participar, sem vacilações, até o seu sacrifício.

O Padre João Damasceno Xavier Carneiro, enviado do governo revolucionário pernambucano para a nossa Capitania, somente poderia conter com a adesão da família tradicional e mais poderosa do tempo, pela sua vivência anterior como escrivão da vila de São José de Mipibu. Por isso, convenceu e conseguiu demover os escrúpulos de André de Albuquerque Maranhão, senhor de Cunhaú, com toda a sua família dominadora do vale do Capió. José Inácio Borges, Capitão-Mor da província, brasileiro, coração de emancipacionista-republicano, como demonstraria depois, maneiramente, facilitou as coisas, deixando-se prender para ser logo depois solto, enviado a Pernambuco. Daí porque, no dia 29 de março de 1817, no edifício da Provedoria da Fazenda, onde está hoje o QG da 1/ID 7.^a, instalou André de Albuquerque o governo re-

publicano sob sua presidência, e ministros o Capitão Antônio Germano Cavalcanti, Comandante da Companhia de Linha, Joaquim José do Rêgo Barros, Coronel de milícias, Capitão de Milícias Antônio da Rocha Bezerra e o Vigário de Natal, Padre Feliciano José Dornelas. No dia 30, chegava o contingente paraibano, comandado por José Peregrino Xavier de Carvalho, em apoio à estabilidade do regime, enviado pelo governo central de Recife.

Mas os monarquistas tramavam e aguardavam a oportunidade. Pela madrugada de 25 de abril, sabedores do insucesso em Pernambuco, viram a retirada das tropas de José Peregrino, e, então, de logo, ao sinal combinado do toque do sino da matriz, invadiram a Casa do Governo os Capitães: Antônio José Leite do Pinho, José Alexandre Gomes de Melo, Francisco Felipe da Fonseca Pinto, Alexandre Feliciano Bandeira e muitos outros. Encontraram, como explica Cascudo (16) — “André de Albuquerque sentado, inerte, como se presidisse a um julgamento.” Mandaram que desse um viva ao Rei. Negou-se, e então a espada de Antônio José Leite do Pinho mergulhou em sua região ínguihal. E o levaram ferido e sem tratamento para a Fortaleza dos Reis Magos,

onde o jogaram na prisão escura. Agenizou a noite inteira, somente recebendo do soldado Inácio Manuel de Oliveira uma esteira, para forrar o solo molhado, e uma trouxa de roupa para descansar a cabeça, ele que era o mais rico homem da Capitania e que tivera como quarto avô o primeiro comandante do Forte e fundador da cidade.

Pela manhã, retiraram o corpo de André de Albuquerque e o prenderam nu, sujo de sangue coagulado, com as algemas nos pulsos e nos jarretes, a uns paus. E assim foi transportado, nos ombros de soldados, para ser enterrado na Matriz, como solicitara o Vigário. No caminho, onde foi a rua Coronel Bonifácio, na Ribeira, só Ritinha Coelho teve a coragem de cobrir o cadáver com uma esteira de pipiriri, porque na Matriz, antes de ser enterrado, ainda sofreu o signo da morte degradante; — João Álvares de Quental calçou as esporas e espoereou o cadáver do réu lesa-majestade. Depois, informa ainda Cascudo, “enterraram o chefe da revolução de 1817 no corredor primitivo da Matriz, o único que havia, do lado direito do templo. Enterro sem lápide.” (16)

Sufocado o movimento de independência em Natal, por um instante quis reviver em Port’ale-

gre, Martins e Apodi, com David Leopoldo Targini, João Barbosa Cordeiro, Vigário; o Sargento-Mor José Francisco Vieira de Barros; Capitão Manoel Joaquim Palácio; Tenente Felipe Bandeira de Moura, todos Oficiais da Ordenança. O governo instalou-se a 10 de maio e no dia 19 já desaparecera.

Subjugada a revolução em Pernambuco, nada mais foi possível. Depois, diz Raimundo Nonato “. . . o cenário doloroso do sem fim. . . E vinham os proscritos da Pititinga. As horas incertas que todos aguardavam, na presença pavorosa da Alçada Pernambucana. A triste memória do “Carrasco”, — o navio fantasma dos mares da angústia. Os horrores dos cárceres da Bahia. Os julgamentos sumários do Tribunal Militar presidido pelo Conde dos Arcos, a quem o historiador seu contemporâneo chamara de “minotauro”. E por fim, o inapelável, o arcabuzamento no Campo da Pólvora, na cidade do Salvador.” (17)

Presos nos cárceres da Bahia, cumpriram sentença, 28; pronunciados pelo Tribunal da Alçada de Pernambuco, 13; perdoados, apenas 7 norte-rio-grandenses, de quem foi dito que “bem souberam morrer os que mal souberam conspirar”, incluídos neste rol, tão somente André de Albuquerque

Maranhão e Miguel Joaquim de Almeida Castro, o Padre Miguelinho, filho do Capitão Manuel de Castro, português e D. Francisca Antônio Teixeira, norte-riograndense, nascido em Natal no dia 17 de novembro de 1768; a quem coube quase exclusivamente a direção mental do movimento pernambucano, e que, em chegando o ajuste das responsabilidades, frente aos juizes reais não delatou, não tremeu e de cabeça erguida confessou: — “Não senhor, não são contrafeitas: as minhas firmas nesses papéis são todas autênticas e por sinal que em um deles o “o” de Castro ficou metade por acabar, porque faltou papel.” (18) A ele, pelo menos, ao contrário de André de Albuquerque, deram-lhe morte condigna pelo fuzilamento, ao qual enfrentou pelas 16 horas do dia 12 de junho de 1817, no Campo da Pólvora, revestido dalva, corda ao pescoço, algemado, pés descalços, cabeça descoberta... nos lábios uma oração “Miserere mei, Deus.”

No exemplo deles foi fecundada a Independência de 1822.

* * *

“Depois de 1817, o Rio Grande do Norte tornou-se Capitania autônoma, mas, ao chegar o ano de 1822, era ainda pobre, uma das mais atrasadas do Brasil. A

Capital, Natal, fundada em 1599, não passava de um povoado que, medindo cerca de quatrocentas e cinquenta braças de comprimento por sessenta de largura, tinha, apenas, 900 habitantes, divididos pelas divergências entre partidários da independência e os adeptos da política recolonizadora de Portugal, mais acentuadas por ocasião da segunda metade do governo de José Inácio Borges, que voltara à Província depois de 1817”. (8)

As ocorrências da Corte, ainda com D. João VI e depois com o Príncipe Regente, embora retardadas, agitavam o ambiente político local. Naquela época, José Inácio Borges, partidário da Independência, informa Câmara Cascudo, apoiava visivelmente o grupo de tendências semelhantes, não querendo por-se de maneira ostensiva à sua frente. Os “criminosos de lesa-majestade” que voltavam dos cárceres da Bahia eram os mais entusiastas e merecedores de maior popularidade pelos sofrimentos arrostados e a presença do halo prestigiante de ter participado da revolução de 1817. Esqueciam-se das delações e confissões humilhantes, das bajulações supremas e desnecessárias, para ver nos homens famosos o destemor e a coragem do ideal digno do sacrifício.

Foi nesse estado sentimental que, em razão do Decreto das Cortes de Lisboa de 1.º de setembro de 1821, foi procedida a eleição para constituição da Junta Constitucional Provisória que deveria reger a Província, por ter José Inácio Borges obtido licença para deixar a administração. A eleição realizou-se no dia 3 de dezembro de 1821, sendo escolhidos Joaquim José do Rêgo Barros, Presidente; Pe. Francisco Antônio Lumachi Melo, Secretário, e membros Luiz de Albuquerque Maranhão, Capitão Antônio da Rocha Bezerra, Sargento-Mor Manuel Antônio Moreira, e o Capitão-Mor Manuel de Medeiros Rocha. Quase todos tinham figurado na revolta de 1817 e três eram conhecidos como antigos chefes republicanos.

Acontece que havendo sido eleito 7 membros ao invés de 5, o Ouvidor da Comarca, Dr. Mariano José de Brito Lima, cabeça dos adversários da emancipação, indignado com a escolha de tais elementos suspeitos às Cortes de Lisboa, consegue um "Abaixo-Assinado" de eleitores protestando contra a ilegalidade do escrutínio. Não tendo resultado prático, já agora contando com o prestígio do Capitão Joaquim Torquato Soares da Câmara, o Ouvidor faz novo apelo, incluindo a represen-

tação feita às autoridades do Reino.

A junta agiu violentamente em revide, encerrando na Fortaleza o Ouvidor e o Capitão: Isto decidiu a simpatia aos impugnantes do pleito do Comandante do Batalhão de Linha, Antônio Germano Cavalcanti, para os reinóis que, já necessitados do soldo atrasado, trouxeram tropa para a praça. Ante o motim, a Junta cedeu. E foi eleito o Governo Provisório, desta vez tendo à frente o Professor Regio, de Gramática Latina, o português Francisco Xavier Garcia, casado com a irmã do Padre Miguelinho, empossado no mesmo dia da eleição, em 7 de fevereiro, governando até 18 de março de 1822.

Consequentemente, com essa reviravolta, aqueles que tinham sido presos foram soltos, e os adeptos das Cortes de Lisboa passaram a dominar a situação. Contudo, o ambiente da Corte com os últimos acontecimentos confundiu-os e os tornou mais cautelosos, senão para convocar novas eleições. Com efeito, aconteceu a volta de D. João VI para Portugal; em janeiro de 1822, acontecera o "FICO" e a demissão do Ministério Português, com a nomeação de José Bonifácio para a pasta de estrangeiros; em fevereiro, fora determinada a con-

vocação do Conselho de Procuradores Gerais Provinciais; fora proibida a execução dos decretos da Corte, salvo com o "Cumprase" do Príncipe Regente; e em março, fora impedido o desembarque de tropas portuguesas no Brasil.

Por outro lado, nesse clima de incertezas, teria de haver contra esse Governo Provisório a reação dos que percebiam a emancipação à vista. Por isso, do sertão surgiram os protestos. A Câmara da Vila da Princesa (Açu) categoricamente oficiava em termos ásperos: — "A Junta de Eleitores uma vez desfeita jamais se pode ajuntar segunda vez sem ordem das Cortes, como determinam as Instruções que fazem parte das bases da Constituição, e como a tropa com o seu chefe aí fez tudo, façam também eleitores e quantos governos quiserem, pois bem que sabe esta Província muito bem o que se passou e o que aconteceu, era desnecessária à eleição que Vv. Ss. incompetentemente convocaram, e assim como chefe da Tropa bradava uniformemente — O Batalhão não quer esse homem eleito. O Batalhão quer a Pedro Paulo — do mesmo modo diríamos nós que cheios de razão e legítimo direito não queremos esse governo temporário porque é ilegítimo, criminoso e re-

belde, e são estes os nossos sentimentos e últimas palavras. Regulem-se Vv. Ss. por elas até que a Providência nos ofereça ocasião favorável". — Aos dizeres dessa comunicação, as Câmaras de Portalegre e do Príncipe (Caicó), solidarizaram-se com a sua altiva companheira. (19)

Pressionado por esses acontecimentos, o Governo Temporário, com apenas 24 eleitores de paróquia, realizou as eleições no dia 18 de março de 1822 e, no mesmo dia, deu posse aos eleitos: — Presidente, Padre Manuel Pinto de Castro, irmão de Pe. Miguezinho, Manuel Antônio Moreira, Secretário, um dos que participaram da Junta Constitucional Provisória, Sargento-Mor João Marques de Carvalho, Agostinho Leitão de Almeida e Tomás de Araújo Pereira. Embora composta de elementos moderados, essa que foi chamada Junta de Governo Provisório, atravessou momentos difíceis e conturbados pelas paixões e interesses de ambas as facções, não agradando nem a uma nem a outra. Tanto assim que desejando, conforme boletins espalhados, "a paz para que todos se amem mutuamente," como ainda promovendo a reconciliação com a Câmara da Princesa, Príncipe e Portalegre, descontentou o Ouvidor e foi desconsiderada pelos Al-

feres do Batalhão de Linha, que foram, respectivamente, licenciados e presos enviados para Pernambuco. (4)

Mesmo assim, a 13 de julho, fez o juramento de fidelidade ao Soberano Congresso Nacional, a El-Rei Constitucionaal D. João VI e ao Príncipe Regente. E daí por diante a junta passou a obedecer às execuções dos Decretos de D. Pedro, pela certeza de que a Independência era irreversível, embora ainda tivesse de conter as arrancadas do Comandante do Batalhão de Linha, Antônio Germano, que ainda fez das suas, até requerer reforma.

* * *

Eis a conturbada Província do Rio Grande do Norte às vésperas do grande dia, sem senti-lo, sem perceber as vibrações patrióticas que vinham de longe, abismada que estava com seus próprios problemas, nas dissensões de caráter político.

Por isso o eco do grito do Ipiranga nos chegou amortecido, com a notícia da aclamação de D. Pedro de Alcântara tão somente em ofício ao Senado da Câmara, recebido em 2 de dezembro do mesmo ano. Em reunião do dia 11, o Senado programou as solenidades e convidou os comandantes dos regimentos de cavalaria,

milícia e ordenança, autoridades outras e o povo, para as solenidades. Estas foram realizadas em 20, 21 e 22 de janeiro de 1823 com iluminação e *Te-Deum* solene na Matriz, no último dia.

Todos os atos foram realizados com o conagraçamento de muitos e esquivamento de poucos, estes desconfiados do que poderia acontecer de futuro. Somente as luminárias, como não poderiam deixar de ser, diz Cascudo, "foram de quengas de coco ou de bandas de laranjas, com pavio ou trapo ardendo em azeite de carapato." (16)

Infelizmente, porém, passadas as emoções do momento da emancipação, as lutas de grupos pelo predomínio de pessoas nas posições de governo continuaram, mesmo sendo eleito Thomaz de Araújo Pereira para a presidência da Província, fato que nos levou à simbólica participação na Confederação do Equador, de 1824. Foram lutas, contudo, em consequência inevitável da aprendizagem que se fazia do regime Constitucional. Lutas, como explicou Tavares de Lira, "sem caracterização precisa. Movimentos estritamente locais que jamais afetaram a obra da Independência, que, à sombra da bandeira do Império, insígnia de uma nova Pátria, permitiu que formássemos,

no correr dos tempos, um grande patrimônio de conquistas morais e materiais." (20)

De qualquer forma, porém, naquele instante já estava amalgamada em definitiva a formação da nacionalidade a que, no decorrer da Colônia e seu povoamento havia sido iniciada, não apenas com a fixação do homem à terra, mas nas lutas contra o batavo herético e invasor, quando esteve presente o espírito nativista, como nos conflitos posseiros com os indígenas e nas divergências políticas que redundaram no sentimento de Independência, por ocasião da Revolução de 1817.

Hoje, decorridos 150 anos da emancipação, relembrar o processo histórico do Rio Grande do Norte, é retirar do tempo esses exemplos, os quais, na sistemática da História do Brasil, colocam-nos em evidência na contribuição imprescindível dos caracteres sócio-econômicos e culturais do país, senão como participantes da demarcação de suas fronteiras, na defesa de sua soberania.

Não podemos esquecer, ainda, que nesses 150 anos, todos nós tivemos descaídos insucessos e decepções, e, como disse certo articulista: "ao longo dos séculos andamos numa gangorra, indo muitas vezes do chão ao céu", sobretudo por causa de nossas di-

vergências políticas, como aquela ocorrida aqui no momento preciso da Independência, ocasião em que não soubemos sentir, nem sequer valorizar o instante supremo.

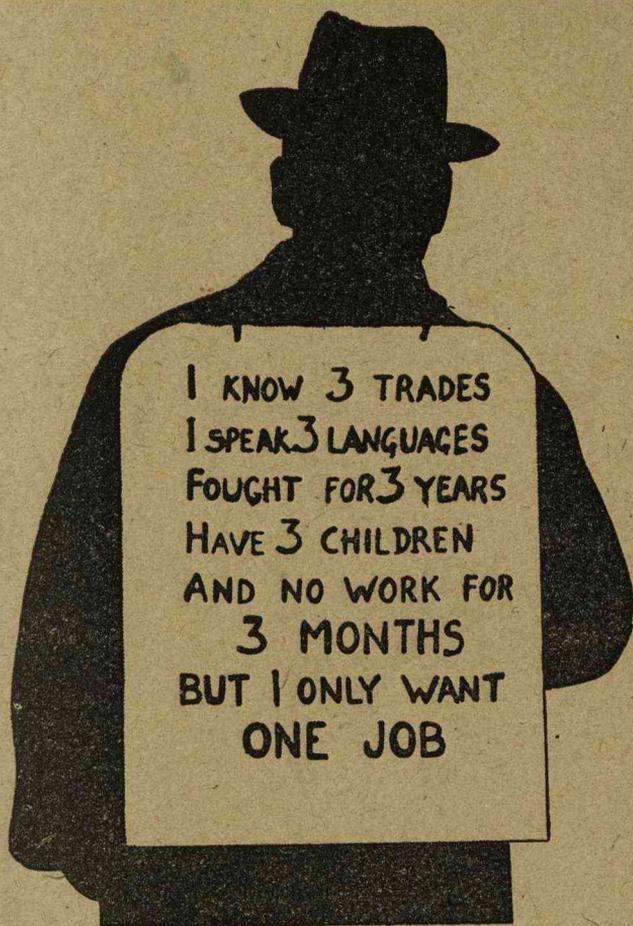
Felizmente, agora, mais do que nunca, quando há pouco mais de oito anos gozamos a paz, tranquilidade social, trabalho, progresso, desenvolvimento, e estamos subindo bem alto no concerto internacional, devemos volver os olhos para esse passado distante e reverenciarmos às memórias daqueles pioneiros que, entre nós, sonharam, sofreram e morreram para que este instante fosse uma realidade irreversível... É scrá, se Deus quiser.

B I B L I O G R A F I A

(Pela ordem das citações)

- 1) BRANCO, Barão do Rio "Efémerides Brasileiras". Edição do Ministério das Relações Exteriores — Rio de Janeiro GB. 1948.
- 2) BRANCO, José Maria Brandão Castelo "O Rio Grande do Norte na Cartografia do Século XVII". Revista do IHG do RN. Tomo: 1951-1952 — Natal-RN.
- 3) LEMOS, Vicente de "Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte". Tipografia do "Jornal do Comércio" Rio de Janeiro. GB. 1912.
- 4) CASCUDO, Luís da Câmara "História do Rio Grande do

- Norte". Ministério da Educação e Cultura — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. GB. 1955.
- 5) RÊGO, A. da Silva "História da Colonização Moderna". Edição Centro Universitária. Lisboa. Portugal. 1971.
 - 6) CÂMARA, Raul de Valença "Aspectos Geopolíticos do RN" Revista do IHG do RN. Tomo 1951-1952. Natal.RN.
 - 7) NOGUEIRA, Hamilton "História das Instituições Políticas do Brasil". Edição do Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro. GB. 1965.
 - 8) LIRA, Augusto Tavares "História do Rio Grande do Norte". Tipografia Leuzinger. Rio de Janeiro. GB. 1921.
 - 9) ADELINO, D. José "Homens e Fatos do Seridó". Gráfica de "O Munitor". Garanhuns. Pernambuco. 1962.
 - 10) OLIVEIRA, Hugo de Paula. Prefácio de "Sociologia do Açúcar" (Luís da Câmara Cascudo). Coleção Canavieira n. 5. Divulgação do MIC. Gráfica Vida Doméstica Ltda. RJ. GB. 1971.
 - 11) ARAÚJO, Antônio Soares de "Lira de Poti". Imprensa Universitária. Natal.RN. 1971.
 - 12) LIRA, Augusto Tavares de "Algumas Notas Sobre a História do Rio Grande do Norte". Revista do IHG do RGN. Tomo 1907. Natal.RN.
 - 13) KOSTER, Henry "Notas sobre o Brasil" citação em "Efemérides Brasileiras" (Barão do Rio Branco). Ed. do M. das Relações Exteriores. RJ. GB. 1943.
 - 14) LIMA, Oliveira "O Império Brasileiro". Edições Melhoramentos. 2a. edição. São Paulo. SP. 004.007.
 - 15) QUADROS, Jânio... e Afonso Arinos "História do Povo Brasileiro". J. Quadros Editores Culturais S/A. S. Paulo. 1968.
 - 16) CASCUDO, Luís da Câmara "História da Cidade do Natal". Edição da Prefeitura do Município de Natal. 1947. Natal. RN.
 - 17) NONATO, Raimundo "Presença Norte-riograndense na Alçada Pernambucana". Editora Pongetti. Rio de Janeiro GB. 1971.
 - 18) DANTAS, Manoel "Padre Miguelinho". Revista do IHG do RN. Volume 1907. n. 1. Natal. RN.
 - 19) HISTÓRICOS, Documentos — Revista do IHG do RN — (Publicação de A. Tavares de Lira) Tomo 1907. Vol. 2. Natal. RN.
 - 20) LIRA, Augusto Tavares de "Notas sobre a História Política do Rio Grande do Norte". Revista do IHG do RN. Tomo de 1907. nºs. 1 e 2. Natal. RN.



I KNOW 3 TRADES
I SPEAK 3 LANGUAGES
FOUGHT FOR 3 YEARS
HAVE 3 CHILDREN
AND NO WORK FOR
3 MONTHS
BUT I ONLY WANT
ONE JOB

A REPÚBLICA DE WEIMAR II

GERALDO BATISTA DE ARAÚJO

5. A Política Exterior

Inicialmente, a política exterior da República de Weimar teria que partir do Tratado de Versalhes. A Alemanha havia perdido a confiança das nações, e assim, sua primeira preocupação era readquirir essa confiança mundial, único caminho possível para novas negociações internacionais. Não era uma tarefa fácil, mas quando os diplomatas querem, até milagres podem acontecer.

Já as conversações com a finalidade de estabelecer as reparações haviam se tornado quase impraticáveis. A Alemanha, astutamente, deixava bem claro, que não podia arcar com as reparações, caso não lhe fosse dado um prazo

bastante elástico. Inúmeras conferências foram convocadas, quase sempre sem resultados positivos.

Afora as negociações em torno das reparações, o Tratado de Rapalo foi a primeira afirmação concreta da política exterior da República de Weimar. A Alemanha foi o primeiro Estado ocidental a reconhecer o novo governo soviético. Se por um lado, o Tratado de Rapalo trouxe resultados satisfatórios para ambas as partes, por outro, foi bastante negativo para as relações da Alemanha com as potências ocidentais. A França, por exemplo, insinuava que o tratado incluía cláusulas secretas de caráter militar com a finalidade de atenuar as severas medidas de desarmamento do Tratado de Versalhes. As suspeitas do governo francês não eram de todo infundadas. Conversações secretas entre a chefia do exército alemão e o Estado-Maior russo, tornaram possível a entrada de oficiais alemães na Rússia com a finalidade de treinarem com armas proibidas na Alemanha. E mais ainda: o General Hans von Seeckt, organizador da Rei-

chswerh (exército do governo central), propunha uma orientação unilateral com a finalidade de libertar-se das cadeias do Tratado de Versalhes com a colaboração do governo soviético a fim de reaver os territórios perdidos. A verdade, porém, é que tal política não recebeu o apoio dos verdadeiros responsáveis pela República de Weimar. Mas, a França sentia-se ameaçada pelo Tratado de Rapalo em suas pretensões de reparação, tanto assim que:

"De la creciente desconfianza respecto a la política del Reich, surgió su demanda, encaminada a limitar la libertad de comercio de Alemania mediante las llamadas 'prendas productivas', que al propio tiempo servirían para resolver definitivamente el problema de las reparaciones". (14)

Como se pode perceber, invertiam-se os papéis. Para que a Alemanha pudesse pagar as indenizações de guerra, necessitava urgentemente equilibrar sua balança comercial e tentar de uma maneira ou de outra reconquistar o mercado exterior perdido durante a guerra. Como a França procurava impedir

que isso acontecesse, a moeda alemã inicia sua inevitável e vertiginosa queda.

5.1. A Invasão do Ruhr

Em fins de 1922, continuava a desvalorização do marco. O governo alemão reivindicava dos Aliados uma prorrogação do pagamento de suas dívidas. Poincaré, como era de se esperar, rejeitou a proposta. E, quando a Alemanha passou a atrasar a entrega de madeira, o governo francês, em janeiro de 1923, invade a região com um exército de cem mil homens composto de tropas francesas e belgas.

Todo país ao tomar uma atitude arbitrária tenta justificar o seu ato, dourando a pílula da melhor maneira possível. O premier francês não fugiu à regra geral.

"Poincaré fait entrer dans la Ruhr le 11 janvier 1923 des troupes françaises, qu'accompagnent des troupes belges, théoriquement pour

protéger les ingénieurs qui devront contrôler la distribution du charbon".(1)

Convenhamos que nunca tão poucos engenheiros foram protegidos por tantos soldados.

O governo de Weimar protestou veementemente contra a invasão, pois ao perder a Silésia Superior para a Polônia, era o Ruhr que lhe fornecia a quase totalidade de carvão e aço. O coração industrial da Alemanha ficara isolado do restante do país.

"Esse paralisante golpe contra a economia alemã uniu momentaneamente o povo como este jamais estivera unido desde 1914. Os operários do Ruhr declararam greve geral e receberam apoio financeiro do governo de Berlim, que iniciou uma campanha de resistência passiva. Com a ajuda do exército, foram organizadas guerrilhas e sabotagem. Os franceses replicaram com prisões, deportações e até mesmo sentenças de morte. Mas nenhum mecanismo funcionou no Ruhr". (12)

Convém registrar que o governo da Inglaterra também

protestou contra a invasão do território alemão.

Já afirmamos no início da presente pesquisa que ela se destina principalmente aos alunos de História, carentes de uma bibliografia especializada. Por esta razão, preferimos que este estudo, ao invés de caracterizar-se em uma narrativa, atenda a sua finalidade específica: informar de maneira clara e sucinta.

Antes de focar as consequências para as finanças alemãs, falaremos um pouco de seus efeitos políticos. Elementos separatistas alemães aproveitando-se da proteção das tropas francesas promoveram um movimento visando a separação da Alemanha Ocidental do Reich, chegando mesmo a promover uma estreita ligação política com a França. Certamente, o fato agradaria bastante ao governo francês que realizaria assim uma velha aspiração. Entretanto, para sorte do Reich, a fidelidade e o nacionalismo da população do Ruhr eram mais forte do que a França esperava.

5.2. A Inflação

A ocupação do Ruhr trouxe consequências desastrosas para as finanças alemãs. Embora não se possa afirmar que foi esta a única causa, a verdade é que provocou uma inflação sem par na História, degenerando-se numa verdadeira loucura. O historiador Carl Grimberg, em sua História Universal transmite-nos o seguinte trecho:

“No princípio da ocupação aliada no Ruhr, o dólar valia cerca de 10.000 marcos; três semanas depois valia 50.000. A perda de sua maior bacia industrial e o financiamento da resistência passiva deram o golpe de misericórdia na economia alemã, já esgotada; durante o Verão de 1923, o dólar subia para 100.000 marcos, depois para um milhão e em seguida para 10 milhões; cerca dos princípios de Outono, 39 fábricas de papel e 1782 tipografias trabalhavam no fabrico de papel-moeda. O dólar valia então 99 milhões de marcos e uma caixa de fósforos ou um selo postal custavam vários milhões. Logo que um alemão recebia o seu salário, corria a convertê-lo em mercadorias, cujo preço subia de dia para dia,

para não dizermos de hora para hora. Finalmente, esta ‘dança de bruxas’ tornou-se tão vertiginosa que, na Bolsa de Berlim, o dólar valia mais 613.000 marcos em cada segundo”. (5)

A primeira impressão que se tem, diante dos números acima, é que a Alemanha transformara-se numa vítima indefesa da crueldade do governo francês, invasor e tirano cruel. Entretanto, tivemos a preocupação e o cuidado de afirmar que a ocupação do Ruhr não foi a única responsável pela derrocada, e por que não dizer pelo total naufrágio das finanças alemãs. Não estamos aqui para fazer literatura, embora gostássemos muito de saber fazê-la. Em que poderíamos nos basear ao fazer tal afirmativa? Derrotada, a Alemanha transformara-se em um país carregado de pesadas dívidas. Pela lógica, deveria elevar os impostos pelo menos para os que podiam realmente pagar. Mas, surpreendentemente, o governo de Weimar reduziu-os, em 1921.

“A partir de então, incitado pelos grandes industriais e senhores rurais, que pretendiam lucrar com a

guerra, embora a massa do povo estivesse financeiramente arruinada, o governo deixou, deliberadamente, que o marco fosse por água-abaixo, a fim de livrar o Estado de suas dívidas públicas, fugir ao pagamento das reparações de guerra e sabotar os franceses no Ruhr. Ademais, a destruição da moeda permitia à indústria pesada alemã extinguir seus débitos, pagando suas obrigações por meio de marcos sem valor algum. O Estado-Maior, disfarçado em 'Truppenamt' (Departamento de Tropas), a fim de burlar o tratado de paz que o proscivera, compreendeu que a queda do marco anulava as dívidas de guerra, deixando a Alemanha financeiramente desembaraçada para iniciar uma nova guerra. As massas do povo, porém, não percebiam o quanto os magnatas da indústria, o exército e o Estado se estavam beneficiando com a ruína da moeda. Tudo o que sabiam era que uma grande conta bancária não era suficiente para comprar um desgarrado maço de cenouras, um punhado de batatas, algumas grammas de açúcar ou meio quilo de farinha. Sabiam que, como indivíduos, estavam em bancarrota. E conheciam a fome, quando ela lhes roía as entranhas, como ocorria diariamente. Em meio de sua miséria e desalento, faziam da

República o bode expiatório de tudo o que lhes acontecera". (12)

A essa altura dos acontecimentos, um novo personagem apareceu no cenário político alemão: Adolf HITLER. E não é exagero afirmar-se: o caos que se abatia sobre a Alemanha era um presente divino para o futuro ditador. E ele chegou mesmo a adotar o lema de Heiden: "Não, não abaixo a França, mas abaixo os traidores da Pátria, abaixo os criminosos de novembro!". Hitler preparava sua ascensão e nenhuma escada seria mais fácil e oportuna do que a miséria do povo e os milhões de desempregados. Em novembro, ele fez sua primeira tentativa de revolta nazista. Imitando Mussoline em sua marcha sobre Roma, Hitler levou suas tropas de assalto e ordenou a "marcha sobre Berlim". Mas, as unidades da Reichswerh dispersaram as tropas nazistas e Hitler foi preso na antiga fortaleza de Landsberg.

5.3. A Revalorização da Moeda

Em novembro de 1923, o governo deteve a inflação. Stresemann obteve plenos poderes do Parlamento para criar uma nova unidade monetária. Graças ao trabalho conjunto de Luther, Ministro da Fazenda e de Schacht, Presidente do Reichsbank (Banco alemão) foi lançado o RENTENMARK que passava a valer uma bilionésima parte do marco antigo. O dólar foi fixado em 4,2 rentenmarks. Em consequência, os especuladores que vinham amontoando dólares, tiveram que vendê-los pelo câmbio oficial. Esta operação foi grandemente proveitosa para as finanças do Reich. Logicamente, a simples mudança de nome não salvaria a moeda alemã. Para garantir o bom êxito da medida, o rentenmark ficava garantido por uma obrigação imobiliária de 4% sobre todos os bens agrícolas, florestais e industriais da Alemanha. A medida era viável porque apesar da astronômica desvalorização de sua moeda, a riqueza real da Alemanha não foi atingida, apenas concentrada nas mãos dos grandes industriais.

A revalorização da moeda e

a criação do rentenmark tiveram a melhor repercussão no exterior. Abriu, inclusive, novas perspectivas para a França que vislumbrava novos horizontes e via renascer a esperança de solucionar os problemas das reparações. Sem dúvida, o grande mérito pertencia a Stresemann que além de grande patriota:

“Ao mesmo tempo, era homem inteligente, resoluto e corajoso. Encontrou para o governo quando a situação era a pior possível, quando a inflação estava no auge e a resistência passiva no Ruhr ia deixando de ser eficaz. Compreendeu que, se deixasse ir mais longe a decomposição, haveria um colapso que não deixaria esperanças de reconstruir o poderio militar da Alemanha num futuro calculável. Adotou assim a atitude difícil mas vantajosa de ceder — o que, aliás, tão pouco tempo depois dos assassinios de Erzberger e Rathenau, exigia grande coragem física e moral!! (7)

5.4. O Plano Dawes

A França “compreendeu que esticara demasiadamente a corda”. A invasão do Ruhr

não levara a resultado algum. Além de aumentar suas próprias dificuldades, sentia agora o isolamento da Inglaterra, Estados Unidos e da própria Alemanha. Para libertar-se da armadilha que ele próprio armara, Poincaré consentiu que uma comissão de peritos, sob a presidência do norte-americano Charles Dawes determinasse a capacidade da Alemanha para liquidar as reparações. Antes de mais nada, a comissão preocupou-se em garantir a estabilidade da moeda alemã. E para tanto, impôs à Alemanha o controle de seus principais recursos, tais como: estradas de ferro, alfândegas, Reichsbank e ainda determinados impostos.

Falando sobre o Plano Dawes, Pirenne nos diz:

“Este Plan, muy moderado y que tenía para a Alemania la ventaja de mantener la estabilidad de su moneda, provocó nuevas protestas en el país y el gobierno decretó la disolución del Reichstag. En la nueva cámara, elegida em mayo de 1924, había mayoría gubernamental a pesar de los éxitos obtenidos por los partidos extremis-

tas-nacionalistas y comunistas”.
(11)

O Plano Dawes, embora não estipulasse o montante definitivo das reparações, determinava que a Alemanha pagaria anualmente, até 1928 ou 1929, inicialmente um bilhão, e depois dois e meio bilhões de marcos-ouro. Para a Alemanha a grande importância do plano foi o fato de trazer novos fundos, “pois abriu os diques para as mais fantásticas inversões de capitais de que há notícias desde a aventura dos Mares do Sul”, como revela Knox.

5.5. O Tratado de Locarno

Com a queda de Poincaré e a ascensão de Aristides Briand, os entendimentos França-Alemanha se processaram mais facilmente, pois, tanto Briand como Gustavo Stresemann estavam propensos a promover a reconciliação e a colaboração. Ambos procuravam amenizar a tensão franco-germânica que tantas

preocupações trazia para a Europa. Já se tinha dado o passo mais importante para a reconciliação — a regularização do problema das reparações.

Em dezembro de 1925, foi concluído o Tratado de Locarno, no qual a Alemanha garantiu a inviolabilidade das fronteiras da França e da Bélgica, e mantinha desmilitarizada a Renânia. Esta era a primeira parte do Tratado que ficou conhecido como “Pacto do Reno”. A segunda parte, o “Pacto do Leste” fixava o acordo das partes em relação à **arbitragem** entre a Alemanha por um lado, e a Tchecoslováquia e a Polônia, por outro. Em caso de ataque ou ameaça a um destes países, a França enviaria imediatamente tropas em seu auxílio.

Os ingleses preferiram se recusar a garantir as fronteiras do Leste.

“Contudo, a Inglaterra prometia o seu apoio à França e à Bélgica em caso dum novo ataque alemão. Este fato e o compromisso voluntário da Alemanha de não ocupar a Renânia asseguraram à

França, numa certa medida, essa segurança de que fizera, havia muito, o seu objeto essencial. Por consequência, os Franceses mostraram maior flexibilidade na questão dos direitos jurídicos que o Tratado de Versalhes lhes atribuía: nomeadamente, evacuaram a Renânia em 1930, cinco anos antes, portanto, da data prevista, isto após uma revisão do acordo sobre as dívidas alemãs: a substituição do plano Dawes pelo plano Young, obra de Owen D. Young, um outro financeiro americano. Nesse plano fixava-se o montante definitivo das indenizações: a Alemanha pagaria, em cinquenta e sete anos o total de 116 bilhões de marcos-ouro. Finalmente, perante o caos econômico provocado pela guerra, os aliados reduziram as suas exigências a 3 bilhões, que a Alemanha aliás, não pagaria”. (5)

Outra grande vantagem do plano Young para a Alemanha foi a de suprimir o controle estrangeiro e as cauções, como também a Comissão das reparações.

Entendemos que não poderíamos dar por encerrado o assunto sem ouvirmos a opinião de uma testemunha ocular do fato: Sir Geoffrey

Knox que põe em dúvida a sinceridade da Alemanha ante o “espírito de Locarno”.

“Embora fôssemos os principais patronos do Tratado de Locarno em todas as fases preliminares das negociações, foi em grande parte o ardor da oratória de Briand que afinal o fez prevalecer. Pronunciou uma série de grandes discursos, que culminaram no de acolhida da Alemanha na Liga das Nações: ‘É o fim da guerra entre nós, o fim dos longos véus de luta sobre os sofrimentos de nossos dois países, o fim de soluções brutais e sangrentas para nossas dificuldades mútuas! Ninguém podia duvidar da sinceridade de seus sentimentos, nem escapar à atração de sua maneira de exprimi-los, mas Briand era orador e não auditor. Stresemann, ao contrário, era homem prático. Depois do acordo a que se chegou em Locarno ter assegurado a aceitação da Alemanha no Conselho da Liga, ele tratou prontamente de fazer um resseguro, por meio da conclusão de um tratado com a Rússia Soviética, cujo principal objetivo era a garantia de que nenhuma das duas partes se envolveria em ‘sanções’ contra a outra, anulando assim uma das principais disposições do Estatuto da Liga. Desde antes das primeiras conversações que resulta-

ram no acordo de Locarno até depois de sua ratificação, estive em Berlim. Durante aqueles dois anos não ouvi na Alemanha palavras como as de Briand, mas todos os domingos, quando era possível passear de automóvel pelo interior, via um número cada vez maior de homens marchando, fazendo soar suas botas nas ruas de todas as cidades e vilas da Prússia, sob os aplausos frenéticos de mulheres apinhadas nas janelas e portas. Não se tratava de manifestação de afeição à França e às outras Potências de ‘Locarno’; tratava-se de coisa muito mais importante para os que queriam ver a realidade”. (7)

6. A Crise de 1929

Conforme o plano do presente trabalho, abordaremos a Grande Depressão de 1929. Não faria sentido se enfocássemos apenas a crise na Alemanha, já que ela é essencialmente norte-americana, embora tenha envolvido o mundo inteiro.

6.1. O Craque da Bolsa

É por demais conhecido que a primeira e principal causa da crise foi o craque da bolsa de Nova Iorque, em outubro de 1829. A outra causa de maior importância foi a extensão da depressão. Após a Primeira Grande Guerra, os Estados Unidos passaram a liderar o comércio mundial, conseqüentemente, a economia norte-americana pesava tremendamente no mercado exterior, desencadeando assim uma reação em cadeia na hora de sua derrocada. E por que aconteceu o craque da bolsa?

“O índice das cotações passou de 100 em 1926 para 216 em setembro de 1929. A alta da bolsa não está em relação com o aumento dos lucros; resulta de uma especulação geral e desenfreada, não só por parte das grandes empresas mas também de boa parcela da população. Não é a esperança dos dividendos que assim atrai os compradores de ações, mas sobretudo as perspectivas do lucro em dinheiro. Instaurou-se rapidamente um processo acumulativo, em que a alta suscita a alta e, segundo a lição da experiência, é difícil frear progressivamente essa tendência. A paralisação segue, de ordinário, marcha

catastrófica: Foi o que aconteceu em outubro de 1929. Fazem-se empréstimo nos bancos para comprar títulos na bolsa e, diante da procura crescente, os estabelecimentos bancários de Nova Iorque emprestavam a prazo curtíssimo, a juros de 12%, tomando emprestado a 5% ao *Federal Reserve*. [Gráfico n.º 1]. Todo mundo lucra e a euforia difunde-se com a credulidade. A situação revela-se insustentável, mas as autoridades monetárias não lhe sabiam por fim ou não queriam fazê-lo. Malgrado sua brutalidade, a derrocada da Bolsa de Nova Iorque processou-se por etapas, pois sinais precursores de baixa entraram a manifestar-se desde o começo de outubro de 1929. Entretanto, só na quinta-feira, 24 de outubro, se declara o pânico ante uma oferta de venda de 12 894 650 ações e uma procura quase nula. Os preços caem por terra. Os bancos intervêm, para deter a queda, e conseguem restabelecer momentaneamente a confiança. No fim dessa quinta-feira negra, a baixa das cotações oscila entre 12 e 25 pontos. Na sexta-feira e no sábado era possível acreditar que a baixa houvesse sido sustada. Na segunda-feira, 28 de outubro, começa o desastre, sem que seja possível frear a queda das cotações: 9 250 000 ações

são oferecidas à venda. O índice das cotações das ações industriais, publicado pelo Times, cai 49 pontos. Os banqueiros intervêm com boas palavras mas já não compram. Terça-feira, 29 de outubro, é o 'dia mais desastroso' que a Bolsa de Nova Iorque já conheceu. 33 milhões de títulos são postos à venda e as cotações sofrem nova queda, tão grave quanto a da véspera". (10)

Dois trechos da escritora Dominique Lapiere dão-nos uma perfeita imagem do drama da Bolsa, e de como se sentiam os investidores e os homens de negócios.

"Uma brusca epidemia de suicídios se precipita sobre Nova Iorque. Oficialmente o número é de doze antes do meio-dia. E quando, à meia-noite dessa quinta-feira fatal, [24 de outubro] um cliente se precipita no Waldorf Astoria, o hotel mais luxuoso de Nova Iorque, e pede um quarto num andar alto, o recepcionista, cínico, inquieta-se: 'É para dormir ou para se atirar da janela?' Assim termina o primeiro dia do craque de Wall Street".(8)

Herbert Hoover — o ex-presidente milagroso —, em algumas horas o homem mais impopular dos Es-

tados Unidos, não ousou falar diretamente pela rádio, na noite de 29. Confiou o bico-de-obra a Julius Klein, secretário adjunto do comércio. Porém muitos milionários da véspera nem sequer podem escutá-lo por terem já vendido os rádios aos criados de quarto ou por terem se suicidado. Ao volante dos seus 'doze cilindros', nos leitos Luís XV de castelos Renascença, transportados pedra a pedra para as margens do Hudson, os *self made men*, devolvidos à miséria de onde haviam saído, renunciaram à luta. Só lhes resta escolher entre as janelas dos arranha-céus, as torneiras de gás e os cais do East River, no extremo de Wall Street". (8)

6.2. A Depressão

Após o craque da bolsa, alguns otimistas ainda acreditavam que suas consequências não seriam tão funestas e que, provavelmente não aconteceria nenhuma depressão. Puro engano. A depressão era inevitável e iria estender-se ao mundo inteiro até pelo menos o ano de 1932. A produção mundial caiu vertiginosamente, alcançando o menor índice em

1932, enquanto o desemprego aumentava, levando milhões ao desespero (ver gráficos 2 e 3). Em consequência, verificou-se uma queda impressionante da receita global da classe operária. Por volta de abril de 1931, os salários sofreram uma redução de 10 a 30%, reduzindo-se ainda mais nos meses seguintes. Na Inglaterra, a redução foi muito menos acentuada e, na Alemanha, os salários mantiveram-se em grande instabilidade, mas aumentando sempre até 1931, para caírem em seguida. (gráfico 4)

O mesmo fenômeno não ocorreu na França em relação aos salários nominais, que passaram a subir a partir de 1924 até 1930, quando ficaram mais ou menos estáveis até o ano de 1932. Caíram apenas um pouco entre 1932 e 1933 (gráfico 5)

O valor total do comércio mundial por sua vez sofreu uma queda vertiginosa entre 1929 e 1932, tanto em importação como em exportação. (gráfico 6)

As remessas de dólares para o exterior foram imediata-

mente suspensas vindo a acarretar uma séria crise para a economia da Europa Central e, especialmente da Alemanha, que vinha se mantendo graças aos créditos vindos dos Estados Unidos, a partir do Plano Dawes. A falência do Kredit - Anstalt, principal banco de Viena, deixa o comércio europeu em polvorosa.

“Em toda Europa Central produziu-se uma corrida aos bancos, o que acarreta falências em cadeia. Os bancos suíços, holandeses e americanos que haviam aplicado na Alemanha a curto prazo (mais de 12 bilhões de marcos) começam a repatriá-los. Diante da intensificação destas retiradas, o governo alemão consegue do Presidente Hoover, a 20 de junho de 1931, uma moratória de um ano para todos os pagamentos de reparações e dívidas de guerra, mas tal decisão não melhora a situação da Alemanha, onde prosseguem as retiradas de fundos estrangeiros e nacionais. O *krach* de 200 milhões de marcos do *Nordwolle Konzen*, consórcio da lã de Bremen, que determina a quebra da *Danat*, arremata a derrocada. O Chanceler Bruning decide fechar todos os bancos, caixas econômicas e instituições de crédito.

Quando reabrem em agosto, todos os créditos exteriores da Alemanha permanecem congelados, submetidos a uma moratória de fato". (3)

Inúmeras firmas alemãs vão à falência. Bancos da Áustria, Rumânia, Iugoslávia e França faliram igualmente. O pânico tomou conta da Europa Ocidental e chegou até a Inglaterra, onde as perdas consideráveis resultantes do estouro do Kredit-Anstalt e o congelamento das inversões realizadas na Alemanha e na Europa Central abalaram seriamente a moeda. Os clientes estrangeiros do banco inglês, apavorados com a situação, reverteram suas libras em ouro, em francos, florins ou dólares de modo que o banco da Inglaterra passou a perder ouro à razão de 90 milhões de dólares por dia, uma vez que não dispunha de encaixe-ouro suficiente. As retiradas aumentaram assustadoramente e nem os créditos concedidos pelo banco da França e pelo Federal Reserve Bank de Nova Iorque foram suficientes para debe-

lar a crise. O governo inglês foi obrigado a abandonar o padrão-ouro. Este fato agravou ainda mais a crise e desencadeou um desmoronamento de quase todo o sistema monetário internacional.

"Em alguns dias, a libra baixa de 30% em relação ao seu antigo valor-ouro e esta queda acarreta a de umas trinta moedas satélites: Países Escandinavos, Domínios, (salvo a África do Sul e o Canadá) Portugal, Sião, Egito, Bolívia e, em dezembro de 1931, Japão. Numerosos particulares e empresas que possuíam libras, as casas de comércio de todos os países cujos contratos eram lavrados nesta moeda, os bancos de emissão que haviam aplicado parte importante de suas reservas de divisas em esterlinos conformemente com *Gold Exchange Standard*, sofrem prejuízos vultosos: o Banco da França, 2 bilhões de francos; o Banco dos Países Baixos, 30 milhões de florins; o Banco da Bélgica, 650 milhões de francos belgas... Assim, com exceção da França que só é atingida em 1931, a crise assola todos os Estados desde 1930". (3)

6.3. A Crise Industrial e o Desemprego

Para se ter uma idéia da gravidade da crise industrial basta citar algumas cifras. Em 1929, a Alemanha produzia 16,1 milhões de toneladas de aço, enquanto em 1932, sua produção havia caído para 5,6 milhões. Na Inglaterra, o volume geral da produção industrial sofreu uma redução superior a um quinto.

Conforme já foi dito acima, a França foi o último país a ser atingido pela crise. Por esta razão, sua produção industrial só veio a se abalar seriamente em 1935, quando passou a produzir apenas 67,4% do que produzia em 1933.

A crise econômica teve uma repercussão muito maior nos Estados Unidos, onde, em 1932 o volume da produção industrial reduziu-se a quase 50% em relação ao ano de 1929. Durante a crise, fali-

ram cerca de 130.000 estabelecimentos industriais e comerciais e fecharam mais de 5.000 bancos. O historiador Revunenkov afirma que faliram 10.000. Não havia compradores para as mercadorias, o trigo, a exemplo do milho na Inglaterra, era queimado como combustível. Para se ter uma idéia global da crise industrial, veja-se o gráfico 2.

O desemprego foi certamente o ponto mais crucial da crise, responsável pela fome de milhões de pessoas em todo o mundo. Tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra organizaram-se as famosas "marchas da fome", demonstração de milhares de desempregados. A Rádio Times Hulton Picture Library de Londres registra a manifestação de um faminto solitário na Inglaterra na tentativa desesperada e inútil em busca de um emprego. No cartaz que ele conduzia estava escrito:

"Tenho três profissões
Falo três línguas
Combati durante três anos
Tenho três filhos
E há três meses estou desempregado

Mas tudo que eu procuro
É um emprego”.

Sobre o problema do desemprego, vamos mais uma vez recorrer a Maurice Crouzet.

“Algumas cifras permitem medir a amplitude do fenômeno: nos Estados Unidos, o total dos desempregados, avaliado em 1929, entre 1.500.000 e 2.500.000, passa em 1932 a um número calculado entre 11.400.000 e 14.700.000, jamais descendo até 1940 a menos de 7 milhões; só a segunda guerra mundial dar-lhe-á fim. Na Alemanha, o desemprego envolve 3.800.000 indivíduos em dezembro de 1930, 5 milhões dois meses mais tarde, 5.200.000 em 1932. Na Tchecoslováquia existem 41.600 desocupados em 1929, 105.000 em 1930, 554.000 em 1932. Nestes três países que contam 87 milhões de habitantes e uma população ativa de 62.500.000 indivíduos, o desemprego afeta 6.500.000 operários e suas famílias. A Itália possui, em 1932, 700.000 desocupados oficiais, mas na verdade a metade dos operários fica total ou parcialmente sem trabalho. A Inglaterra passa de 1.142.000 (9,7%) em 1929 para 2.663.000 em janeiro de 1931 (21,5%), em 1932 a

22%, dos quais 31,7% nas construções metalúrgicas, 28,3% no carvão, 28,5% na metarlúrgia. Na França, o número de desempregados que era de 10.000 em 1929 se eleva para 30.800 em 1932, mas devemos computar ainda o grande número de operários estrangeiros que tiveram de regressar aos seus países devido à falta de trabalho; em 1935, o total é de 487.364, em 1937 de 426.000 e em fevereiro de 1938 é ainda de 412.386. Devemos acrescentar ao desemprego industrial o desemprego agrícola, impossível de numerar”. (3)

Além do grande número de desocupados, inúmeros operários tiveram suas horas de trabalho reduzidas. A dificuldade por que passava a Indústria obrigou muitas fábricas a funcionarem apenas algumas horas por dia. Alguns autores como David Thomson e Revunenkov afirmam que o número de desempregados ainda era maior do que as cifras citadas por Crouzet. Repetidas vezes já alertamos nossos alunos contra os exageros na História. Na oportunidade em que comentamos o “problema-desemprego”, é necessário lembrar que não foi a Grande Depressão a

única responsável pela situação da classe operária. Com o advento da "Revolução Industrial" já começaram a sobrar braços. E no século atual, a modernização e racionalização da indústria agravaram ainda mais o problema. Nas velhas tipografias havia um e até mais operários para cada prelo. Nas modernas, já vimos três máquinas impressoras automáticas sendo controladas por um único homem. E o que dizer da moderna indústria têxtil onde um só operário "passeia" num enorme galpão, preocupado apenas em olhar os controles eletrônicos de um mundo de máquinas sem fim? O fato nos faz lembrar um diálogo entre Thomas Heth, tecelão manual, e um repórter em 1840:

"Pergunta: Tem filhos?

Resposta: Não. Tinha dois, mas estão mortos, graças a Deus!

Pergunta: Expressa satisfação pela morte de seus filhos?

Resposta: Sim. Agradeço a Deus por isso. Estou livre do peso de sustentá-los, e eles, pobres criaturas, estão livres dos problemas desta vida mortal". (6)

Esta era a situação de um homem na miséria, faminto e deprimido sem poder lutar contra a máquina e sem emprego na fábrica. Parece que em nossas divagações em torno do assunto estamos invadindo a seara dos sociólogos. Entretanto, temos que bater ainda na mesma tecla: produção/desemprego. Com a crise econômica diminuiu o poder aquisitivo do povo. Consequentemente, a produção em massa não poderia dar resultados. Diminuindo-se a produção, aumentava-se o desemprego. Aumentando o desemprego era necessário reduzir ainda mais a produção. Estava formado assim um triste círculo vicioso.

"O resultado imediato foi o sofrimento humano em vastas proporções, a frustração pessoal e as dificuldades sociais; o resultado final foi que as vítimas entregaram-se, em desespero, aos movimentos políticos extremistas, fosse ao comunismo ou ao fascismo, que prometiam eliminar o desemprego e prover uma nova base de recuperação nacional e de prosperidade material. Nunca foram as condições do mundo ocidental tão favoráveis às ambições de qualquer demagogo ou aventureiro que ti-

vesse a visão e a habilidade para explorar o descontentamento da massa. Essa razão pela qual o comunismo e o fascismo tornaram-se, nesses anos, fenômenos de caráter internacional, surgindo em país após outro, nesse rico terreno da frustração e desespero popular". (15)

Chamamos a atenção dos alunos, que Hitler soube muito bem aproveitar-se dessa situação na Alemanha, conforme veremos mais detalhadamente quando estudarmos as causas do triunfo do nazismo.

6.4. O New Deal

Em 1932, o Presidente Hoover dos Estados Unidos tenta sua reeleição, mas, foi derrotado por Franklin D. Roosevelt. Uma derrota muito fácil de explicar, pois a catástrofe que se precipitara tão repetidamente sobre a nação, desprestigiara não somente o Presidente Hoover, mas todo o Partido Republicano.

Em março de 1933, o Presidente Roosevelt inicia o seu programa de **New Deal**, assessorado por uma equipe de

técnicos, em sua maioria composta por juristas e economistas, entre os quais se destacava a figura do brilhante Professor Alvin Hansen, da Universidade de Harvard. O historiador Delgado de Carvalho define o New Deal da seguinte maneira:

"Em verdade, consistia este programa numa intervenção mais direta do governo na vida econômica da Nação, substituindo o controle exercido por Wall Street para restabelecer o equilíbrio econômico entre agricultura e indústria, entre produção, salários e consumo". (2)

Diversas medidas foram tomadas, visando o domínio da moeda e do crédito. Entre as mais importantes podemos citar as seguintes:

— Proibição da posse de ouro por particulares e sua exportação.

— Redução das despesas orçamentárias.

— Assinatura do "The Agricultural Adjustment Act", que conferia uma série de poderes ao presidente, tais como: desvalorização do dólar; abandono do padrão-ouro; emissão de cédulas, sem contrapartida em ouro; cunhagem ilimitada de moedas em

Prata. Em outras palavras, o presidente poderia desencadear uma verdadeira inflação. O mesmo ato permitia ao governo, além de comprar e estocar os produtos agrícolas, como já vinha fazendo o governo anterior, limitar as colheitas com a finalidade de reduzir a oferta no mercado e, conseqüentemente, garantir seus preços. O organismo fomentava a criação de pequenas granjas.

— Início da construção de importantes obras públicas com a finalidade de dar trabalho aos ex-combatentes e aos jovens.

Muitos chegaram a pensar que o Presidente Roosevelt pretendia uma reforma socialista. Não era verdade. Pretendia, sim, manter o benefício individual, mas **concedendo** ao Estado direito de orientar e coordenar a produção. Impedia desse modo que o Tesouro se comprometesse em empresas arriscadas. Este determinismo econômico pretendia ainda implantar um código que deveria fixar os salários, a estabilidade, a higiene e a segurança do trabalho, as condições de contrato e sua rescisão, férias re-

muneradas, representação da classe junto aos patrões, medidas para solucionar questões e, finalmente, liberdade para os sindicatos. Roosevelt não pretendia impor essas normas sem antes convidar os patrões a entrar em contacto com organizações trabalhistas, a fim de adaptarem-se a elas.

Limitou o desenvolvimento da indústria, negando-se mesmo a conceder licença para a implantação de novas indústrias.

No dia 16 de julho, foi assinado o National Industrial Recovery Act (NIRA), cujas medidas foram consideradas realmente revolucionárias. Ao assinar o ato, Roosevelt declarou que se destinava a: “garantir um lucro razoável para a indústria, salários que permitam viver e a eliminação dos métodos e práticas, que não somente minaram os negócios honestos mas também prejudicaram os operários”.

O NIRA procurou estabelecer uma colaboração entre a indústria e o Estado, estimulando a economia. Visava

também aumentar os salários e reduzir as horas de trabalho. Era óbvio, quanto maior o número de assalariados, maior o poder aquisitivo dos Estados Unidos.

“A NIRA queria melhorar a produção industrial através da organização e racionalização dos métodos e aumentar os salários dos trabalhadores e dos funcionários, a fim de assegurar à indústria consumidores economicamente mais fortes. Por seu lado, o Estado criava novos empregos mediante uma política de grandes trabalhos, o mais espetacular dos quais foi o aproveitamento do rio Tenessi”. (5)

Reduziu o preço da eletricidade. E, para provar a eficiência das empresas estatais, criou a grande hidroelétrica TVA (Tennessee Valley Authority), que passou a distribuir energia elétrica a preços módicos, possibilitando assim a imposição de um preço padrão às companhias particulares. A TVA empreendeu uma série de grandes obras, usinas, barragens, trabalhos de irrigação e reflorestamento.

“Esse projeto — um dos mais importantes do New Deal — pro-

voca inúmeros ataques. A fibra liberal dos meios financeiros norte-americanos não suporta tamanha intervenção. Entretanto, o Supremo Tribunal aprova o T. V. A.”. (10)

Sem dúvida, o New Deal equivalia a uma ditadura econômica e social, nas mãos do presidente. Teve ao mesmo tempo partidários e inimigos fanáticos. Indiscutivelmente, logrou alguns êxitos, mas houve muitas dificuldades de implantar-se os códigos e ensejou inúmeros conflitos sociais. Os republicanos negaram ao New Deal seu papel de instrumento de recuperação econômica. Suas suspeitas não eram infundadas, pois no Canadá, sem o New Deal, a recuperação foi muito mais sensível.

O problema mais grave em torno do New Deal foi o choque contra o tradicional liberalismo econômico dos Estados Unidos. Esse choque teve repercussões gravíssimas no terreno político. Foi, inclusive, levantada a questão do federalismo. Assim, é que em vários Estados começou a se perguntar até que ponto o poder central poderia inter-

ferir em sua vida econômica. Em maio de 1935, a questão legalidade do New Deal, ou mais precisamente do NIRA foi levada ao Supremo Tribunal que o declarou inconstitucional. O voto do Tribunal foi o seguinte: "Os códigos eram leis, mas como somente o Congresso tinha o poder de legislar, o presidente havia usurpado direitos que não lhe pertenciam".

Assim, vinha abaixo o New Deal, conservando-se apenas os contratos coletivos que os códigos haviam introduzido nas relações entre patrões e empregados e a legalidade da TVA.

"Não é fácil medir as consequências da vasta política inovadora que foi o *New Deal*. Não faltaram críticas da parte de fanáticos da livre empresa, que sempre viram na ação do Estado uma causa de agravamento da depressão. Fora das disputas puramente doutrinárias, a influência do *New Deal* deve ser apreciada em função do crescimento econômico e do alcance social das medidas tomadas. No domínio social, a ação do *New Deal* foi benéfica, porque humanitária. A ajuda aos desempregados, defendendo o poder de

compra, só podia contribuir para a manutenção da atividade econômica. Os objetivos sociais e econômicos são, perfeitamente compatíveis em período de depressão". (10)

Jacques Pirenne lembra que o apoio da classe operária à política de Roosevelt foi muito importante. Evitou que o comunismo se transformasse em partido de grande influência nos Estados Unidos. Outro resultado altamente positivo do New Deal foi sua influência junto à opinião pública sobre o problema da justiça social.

Gostaríamos de explorar ainda mais um pouco a validade ou não do programa de Roosevelt.

"O certo é que os Estados Unidos deram, sob sua administração, um grande passo para o Welfare State e que, ao regressarem ao seu posto, os republicanos não ousaram por em causa as reformas realizadas. A propósito do verdadeiro papel desempenhado pelo New Deal na luta contra a crise, as opiniões mantêm-se, contudo, divergentes. Ninguém duvida de que as medidas do presidente travaram o pânico e insuflaram um

novo vigor à economia. Mas nem a política de inflação nem os bilhões despendidos pelo Tesouro federal conseguiram acabar com o desemprego. A indústria pesada e os investimentos só começaram verdadeiramente no fim dos anos trinta quando a conjuntura lhes foi de novo favorável. Não podemos saber como é que a situação teria evoluído em circunstâncias históricas diferentes. Convenhamos, todavia, que, num dado momento, o New Deal salvou o sistema econômico, político e social americano". (5)

6.5. Consequências da Crise

Não somente nos Estados Unidos, mas em quase todos os países da Europa houve, durante a década da crise, um decréscimo na taxa de nascimento. Para não cansar o leitor com a citação de muitos números, que comprovam essa consequência da depressão, lembramos apenas que na América do Norte a população aumentou de 17 milhões entre 1920 a 1930, en-

quanto entre 1930 a 1940, não chegou à casa dos 9 milhões. A taxa de crescimento demográfico caiu de 16,1% para 7,2%.

Na Itália e na Alemanha, onde se havia implantado os regimes fascista e nazista não se registrou o mesmo fenômeno. Por quê?

"Mussolini, em 1927, inaugurou a 'batalha dos nascimentos', apresentando o aumento da população como condição necessária para a grandeza da Itália e aplicando certas medidas destinadas a favorecer as famílias numerosas: redução de impostos, empréstimos matrimoniais, subsídios de família, vantagens na obtenção de empregos ou de habitação, distinções honoríficas, redução de impostos sucessoriais, etc. A população passou, portanto de 41.200.000 em 1930 para . . . 44.500.000 em 1941, progressão que se deve muito mais à Itália do Sul, atrasada e miserável, do que à Itália do Norte, industrial, e às cidades. Na Alemanha, os nazistas assim que tomaram o poder decretaram certas medidas idênticas, a fim de deter o 'suicídio' nacional e a baixa de natalidade neste povo sem juventude". (3)

Outra consequência da crise foi a diminuição da concentração urbana em certos países. Nos Estados Unidos e no Japão, muitos desempregados deixaram as cidades para se juntar às suas famílias que continuavam no campo. A população de Londres registrou um aumento de 27% de 1921 a 1931. Entre 1932 e 1939, cresceu apenas de 19%. O mesmo não se pode dizer da Alemanha, apesar da política do Terceiro Reich que pretendia desenvolver a pequena propriedade e estreitar os laços entre o homem e a terra. Entre 1933 e 1939, o número de trabalhadores rurais sofreu uma redução de 10%.

Para o historiador Maurice Crouzet, a consequência mais grave da crise foi a suspensão do movimento migratório. A causa é muito fácil de se encontrar. Em todos os países havia se agravado o problema desemprego, e, para que iriam ainda receber imigrantes? Por outro lado, os países que tradicionalmente recebiam imigrantes passaram a adotar certas medidas que iriam restringir ao máximo as migrações. Os Es-

tados Unidos passaram a exigir dos candidatos a imigrante, que possuíssem bens suficientes para viver sem trabalho. O Canadá faz também severas restrições. O Brasil, a Argentina e o Uruguai só aceitam agricultores. A Polônia, que sempre forneceu grande número de emigrantes, foi afetada por essas medidas restritivas. Na Itália, o governo fascista adotou medidas para evitar a saída de seus imigrantes, pois a nação necessitava da "força desses milhares de trabalhadores, cuja presença enriqueceu outrora os países estrangeiros", como afirmava Mussolini.

As consequências da crise, inevitavelmente, atingiriam a estrutura da sociedade. No início, da depressão, os que viviam de renda fixa, funcionários, etc. lucraram com a baixa dos preços e chegaram mesmo a economizar. Mas, na hora em que se verificou a alta, essa mesma classe foi arruinada, tornando-se mais dependente e mais pobre.

Os profissionais liberais foram também atingidos. Passaram a viver em uma situação muito crítica, disputando

uma clientela empobrecida. Inúmeros jovens não conseguem trabalho ao deixarem a Universidade.

Os pequenos agricultores e os operários foram os mais atingidos pela crise. Enquanto os grandes proprietários recebiam uma bonificação advinda da exportação, os pequenos só podiam vender seus produtos no mercado interno.

“Quanto à classe operária, estava condenada não só às privações físicas, mas também à humilhação e à decadência social; a crise golpeava, materialmente e, ainda mais politicamente. Com efeito, a crise quebrou sua unidade, opondo os que trabalhavam aos que não encontravam emprego; criou uma nova classe inferior do proletariado: a dos desempregados, interrompendo assim no seio da classe operária a evolução secular no sentido do nivelamento. Com a crise, rapidamente, ‘a repartição do trabalho se transforma na repartição da miséria’. Atingida pela baixa dos salários nominais, dividida, aterrorizada, esmagada pelo desemprego, a classe operária já não se acha em condições de impor concessões aos patrões”. (3)

Seria muito lógico perguntar como foi possível a sobrevivência da classe operária quando a crise chegou ao auge. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, os desempregados receberam substancial ajuda do governo. Na Alemanha, as grandes obras públicas, embora proporcionando pequenos salários, serviram para amenizar o problema. Mas de uma maneira geral, a situação continuava crítica. Em outros países da Europa, a sobrevivência era quase um milagre. Diz um provérbio popular que Deus dá o frio conforme o cobertor. E foi o que aconteceu.

“Toda esta gente conseguiu subsistir graças a trabalhos ocasionais realizados pelo desempregado, ou sua mulher (trabalhos domésticos, lavagem de roupa), aos ofícios dos filhos, ao pequeno comércio sem licença, nas ruas, aos pequenos serviços, à venda de objetos pessoais, de mobiliário, à sublocação de uma parte do quarto, de camas, aos empréstimos e às esmolas. Muitas vezes, a família só sobreviveu devido à solidariedade de seus membros, alimentada por aquele, ou aquela, que arranjara trabalho, ou então pelos parentes que permaneceram no

campo. Só a vida em comum no seio da família, reunindo os ganhos, por vezes irrisórios, de todos, impediu-os de morrer de fome. Devemos levar em conta, também, a mendicidade e a prostituição e, por fim outro recurso, o 'trabalho negro', pois milhares de desocupados faziam qualquer coisa, por qualquer salário. Os que não podiam resistir ao desespero suicidavam-se". (3)

Se não bastassem o desemprego, a fome, o desespero, a crise ainda ensejou a intensificação dos sentimentos de revolta e os antagonismos da classe. Os sindicatos foram profundamente abalados, principalmente, nos países mais atingidos pela crise.

"Na Alemanha, a queda foi súbita e violenta; a Federação dos Sindicatos Livres perdeu 800.000 membros, ou seja, 16% de seus efetivos em 1930 e 1931, e, em fins de 1932, mais 500.000; dos 3.600.000 restantes, 44% encontram-se na situação de desemprego absoluto e só 1.200.000 acham-se regularmente colocados; as suas forças vivas representam, portanto, um quarto das de 1929. O mesmo acontece nos sindicatos católicos. As organizações operárias do Reich já estavam, pois,

esmagadas pela crise antes de serem destruídas pelo novo regime". (3)

Nos Estados Unidos, o New Deal concorreu grandemente para o progresso da classe. Os operários não eram mais obrigados a se filiarem aos sindicatos das empresas, controlados pelos patrões. Passaram assim a aderir aos sindicatos à sua livre escolha. Por esta razão, a Federação Americana dos Trabalhadores — A. F. L. — passou a contar com 7.500.000 associados. Por outro lado, as greves multiplicaram-se, e somente em 1937 houve 4.750. O país foi sacudido por uma onda de violência e brutalidade que culminou com a célebre matança de operários, em Chicago, no mesmo ano. Finalmente, não podemos esquecer o **anticapitalismo** surgido por conta da crise. Maurice Crouzet é muito convincente quando afirma que:

"A violência da crise, o desequilíbrio que ela provocou, o contraste entre a superprodução da indústria e os milhões de desempregados e de operários com pequenos salários, incapazes de alimentar suas famílias, entre a superprodução agrícola e os milhões

de seres esfaimados, o fato de milhões de agricultores estarem reduzidos à miséria, leva a duvidar da legitimidade do regime capitalista; as acusações que lhe formulavam, até então, limitavam-se às críticas ideológicas, em círculos restritos: economistas profissionais, teóricos e militantes revolucionários. Nos próprios círculos mais conservadores, surgem críticas, baseadas sobretudo em razões morais, como por exemplo, no fato de as *perdas causadas pela depressão não serem suportadas pelos seus responsáveis*". (O grifo é nosso). (3)

Hitler e Mussolini, como em outras oportunidades, procuraram tirar proveito da situação e aderiram também à luta contra o capitalismo. Como é sabido, ambos galgaram o poder pela escada do capitalismo, donde se conclui, facilmente, que se trata de uma campanha extremamente demagógica para agradar as classes médias e no caso alemão, acrescenta-se o ódio de Hitler contra os judeus.

7. De Hindenburg a Hitler

Em 1925, morreu o primeiro Presidente da República de Weimar, Friedrich Ebert. Os conservadores apóiam o velho Marechal de Campo, Paul von Hindenburg, de quase 80 anos, na esperança de que ele restaurasse o império. As eleições de abril deram-lhe uma maioria insignificante de 14,6 milhões de votos contra 13,8 milhões ao seu rival, o católico Wilhelm Marx. Hindenburg recebe a vitória com a indiferença própria de um octogenário.

"Quando o filho, que estivera, à noite, junto ao rádio, calculando os resultados e, a princípio, já se desalentava, teve finalmente, pela manhã, as cifras somadas, foi acordar, assim conta o pintor, o velho senhor: 'Papai, és presidente do Reich Alemão'. 'Bem!' respondeu Hindenburg. 'Então, Deus Nosso Senhor nos abençoe. Sabes, nesse caso vou continuar dormindo mais uma horinha'". (9)

Os seus partidários, os Junkers e os políticos reacionários, não esperavam certamente que um velho monárquico como Hindenburg se mantivesse leal à República. Sua lealdade muito contribuiu para um alívio político e

para uma certa estabilidade até 1929.

“Após 1930, as coisas mudariam muito: a crise alteraria completamente a política alemã, tornando ainda mais difícil a manutenção dum governo enérgico, e todo o regime assentava, cada vez mais, no presidente e nos seus poderes especiais”. (5)

No item 3.2 deste trabalho, chamamos a atenção para este fato que inevitavelmente ocorreria. A formação indiscriminada de partidos seria responsável pela necessidade de um governo por decretos, iniciado com a queda de Hermann Müller, que ocupava a chancelaria desde 1928. Seu governo havia se apoiado na chamada “Grande Coalizão” formada por 4 partidos. A Alemanha era “uma panela mexida por muitos”... a coalizão se desfez e o governo se demite.

Falando sobre a mudança do governo do Reich, Tenbrock diz o seguinte:

“Por primeira vez en la corta historia de la ‘República de Weimar’ se demostró como imposible encontrar una nueva mayoría que apoyara la formación del Gobier-

no. En tan crítica situación, el Presidente del Reich von Hindenburg aprovechó la oportunidad para encomendar al diputado del Partido del Centro, Dr. Heinrich Brüning la formación de un gobierno ‘sin vínculos obligados con una coalición’. Brüning, tras muchas dudas, aceptó el 30 marzo de 1.930 hacerse cargo de asuntos de gobierno, movido por una ‘apelación al sentido militar del deber’, realizada por el aciano Mariscal de Campo. Se había formado el primer gobierno presidencialista”. (14)

Como se poderia definir o novo chanceler? Vejamos a opinião de dois historiadores.

“Brüning era mais inteligente do que os seis chanceleres, antes e depois dele, de vastos conhecimentos, muito esperto em finanças, profundo e incansável e cheio de abnegação. Estava intimamente convencido que tinha uma missão a cumprir. Tinha fé na Alemanha e na Igreja e era sua ambição que um católico fosse o salvador da Alemanha; entrou, por isso em campo. Experimentado como secretário dos sindicatos cristãos, teve o ensejo de conhecer o povo, mas não de amá-lo; talvez não amasse coisa alguma; o certo é que não amava as mu-

lheres. Não era, contudo, o asceta que muitos faziam dele, pelo contrário, um homem que, com vencimentos de pequeno funcionário, almoçava todos os dias num restaurante de Berlim e apreciava os bens da vida, sem ter necessidade deles”. (9)

“O novo Chanceler, Heinrich Brüning, pertencia ao Centro Católico. Economista de profissão e conservador de caráter, Brüning era uma espécie de asceta, um homem forte que queria governar com mais vigor. Uma ação enérgica permitiu-lhe impor-se no Reichstag, apesar de o seu partido ser ali minoritário. Hindenburg aprovou a política do seu chanceler. As melhores cabeças do governo puderam tomar, a partir de então, as medidas que consideravam necessárias, ‘sem olhar ao eleitor’, sem a maioria no povo e no Reichstag”. (5)

Não se pode duvidar que as intenções de Brüning eram as melhores possíveis. Fez tudo para salvar a República. Lançou mão do famoso artigo 48 da Constituição, mas como se pode verificar o tiro lhe saiu pela culatra. Ao assumir o poder traçou um programa rigoroso para “arrumar a casa”: economias

draconianas e aumento de impostos. O Reichstag volta-se contra ele e é dissolvido.

“O erro era grave: num país doente e cujo descontentamento constituía o único denominador comum, as eleições de setembro de 1930 não podiam dar ao chanceler a maioria que ele esperava”. (5)

O nazismo foi o grande vitorioso. Sem revolução, sem muito esforço, deu um grande passo para chegar ao lugar tão sonhado por Hitler. Um simples confronto entre as eleições de 1928 e 1930 é o bastante para se chegar a essa conclusão. Nas últimas eleições, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores (NSDAP) conseguira apenas 800 000 votos e 107 lugares. Nem o próprio Hitler poderia esperar um triunfo tão espetacular. Seu partido tornou-se o mais poderoso depois dos sociais-democratas. Essa estrondosa vitória eleitoral confirmou ao futuro ditador a certeza de que o NSDAP tomaria o poder por vias “legais”. Convém lembrar que desde 1931 o partido nazi vinha recebendo o apoio financeiro das grandes corporações industriais. Segundo o

testemunho do industrial Fritz Thyssen, essa ajuda foi avaliada em dois milhões de marcos por ano.

O historiador Pirenne testemunha o esforço de Brüning para tentar esbarrar ou pelo menos retardar o avanço do partido nazista, e deixa bem claro, que o fanatismo hitleriano já minara completamente os alicerces da República.

“Hitler representaba um peligro indiscutible, y para desarmarlo Brüning ordenó la disolución de suas secciones de carácter militar, las SA y SS, sin hacer extensiva dicha interdicción a las organizaciones similares de izquierda. El resultado fué que en las elecciones para las dietas regionales los nazis acentuaron sus progresos. Además, el Reichstag sufría el contagio general que estaba extendiéndose por toda Alemania: la fiebre por Hitler”. (11)

Após as eleições, a situação política melhorou um pouco. Entretanto, Brüning era apenas tolerado pelos sociais-democratas como um mal menor. Embora desagradando a gregos e troianos, o chanceler

manteve-se no cargo até 1932.

7.1. A Reeleição

Março de 1932. O ancião Hindenburg candidata-se à reeleição, em meio à grande expectativa. A grande novidade era a candidatura de Hitler que havia requerido sua cidadania alemã.

“Estranho espetáculo este de os diferentes grupos democratas reunirem-se à volta do velho monárquico, do *Junker* que tinham combatido em 1925 porque o julgavam perigoso para a República. Hindenburg parecia-lhes agora o último bastião desta mesma República contra a ditadura hitleriana. No primeiro escrutínio, Hindenburg obteve 18,6 milhões de votos, Hitler 11,4 milhões, o comunista Ernest Thalmann 5 milhões e o conservador Düsternberg 2,5 milhões. Como nenhum candidato tivesse reunido a maioria exigida pela Constituição, teve de se proceder a nova votação. Desta vez, Hindenburg obteve uma maioria de 6 milhões de votos, mas Hitler, com 13,6 milhões alcançava mais do dobro de votos conseguidos pelo seu partido nas

eleições de 1930, já consideradas como triunfais". (5)

Com a eleição de Hindenburg, a República de Weimar e a democracia alemã estavam à beira do abismo. Mas, quem haveria de ser eleito? O comunista Thalmann ou o louco Hitler? De qualquer maneira "a vaca iria para o brejo". O conservador Dusterberg era um pobre diabo, não tinha liderança suficiente para entrar na fogueira e tentar apagar o incêndio.

7.2. O Jogo dos Ministérios

As eleições de 1932 decretaram a pena de morte para o sistema parlamentar e, conseqüentemente, o Reichstag não significava mais nada para a política alemã. Todo o poder estava concentrado "nas mãos do presidente". Entre aspas, sim senhor, porque na realidade quem mandava mesmo era um pequeno grupo que cercava o velho Hindenburg. Encabeçando a

lista, seu filho Oscar e ainda o Secretário de Estado Meissner, o Junker Franz von Papen e o General Kurt von Schleicher. Os grandes proprietários também exerciam grande influência sobre o presidente, e não viam com bons olhos a política do chanceler Brüning a quem acusavam de tentar implantar um "bolchevismo agrário". Finalmente, von Schleicher conseguiu convencer Hindenburg de que Brüning perdera a confiança da Reichswehr. No dia 30 de maio de 1932, o chanceler é demitido.

"O verdadeiro fim da República de Weimar e o momento decisivo na expansão da Alemanha foi marcado talvez mais pela substituição de Brüning por Papen que pelo próprio advento de Hitler. A queda de Brüning foi repentina: saindo um dia de uma reunião do partido, soube por edições especiais dos jornais que tinha sido substituído por um dos seus correligionários mais entusiásticos, um católico de Westfalia, Franz von Papen. Poucos dias antes, num discurso em que tinha concluído sua peroração dizendo que 'depois de Brüning vivia o caos'. Fiel a sua palavra, Papen — e o caos — tinham substituído Brü-

ning, antes deste saber que fora demitido. A modificação no governo foi feita teoricamente por intervenção do Presidente, o Marechal de campo von Hindenburg, que já começava a caducar, mas na realidade foi seu filho, coronel von Hindenburg, e outros que agiam por parte do *Herrenklug*, centro vital do nacionalismo prussiano”. (7)

Os dias de von Papen estavam também contados. O historiador Wolfgang Treue descreve em poucas palavras a sua rápida passagem pelo poder:

“Von Papen llegó sin ideas claras y sin apoyo, tendiendo a un Estado conservador corporativo y rechazando la democracia parlamentaria. Pero su esperanza en el apoyo de la Reichswehr no se vio cumplida, y al cabo de cinco meses y medio habia llegado al fin”. (16)

Chegou ao fim porque a guerra civil era inevitável.

“Pelas ruas da Alemanha brama a fúria da anarquia. Quatro exércitos, armados no mínimo de facas, punhais, soqueiras, berravam pelas praças, gritavam pelas ruas, rufando tambores por toda a nação, como trovoadas. Ninguém sabia a qual destes exércitos a multidão, que no momento

orlava a rua, dava o seu apoio; ela própria não sabia. Pois, desde muito tempo, os lemas dos programas, os nomes dos partidos tinham perdido o seu sentido, soltos de mil bocas e se desfazendo no ar como aquelas canções populares em voga, de cuja procedência já não se recorda quem as asobria. Colunas e reuniões, coligações e protestos, festas e pompas fúnebres assemelhavam-se, desde a Frente Vermelha até Hitler, no ritmo das suas marchas, como dois exércitos de campanha, cujos soldados, à voz de comando, atiram uns contra os outros. Como na guerra, os chefes atiram segundo seus interesses, a massa na luta, que para ela, se refletisse, não teria justificativa”. (9)

Se não bastasse a guerra civil que o “ministério dos barões” (assim chamado porque dos oito ministros de von Papen, cinco pertenciam à nobreza) não era capaz de conter, Hitler encarregar-se-ia de sua queda.

“Hitler e seus lugar-tenentes estavam decididos a por abaixo não somente a República, mas Papen e seus barões. Goebbels expressou esse objetivo em seu diário, a 5 de junho: ‘Devemos desligar-nos o mais brevemente possível desse gabinete provisório e burguês’. Quando Papen viu Hitler pela

primeira vez, a 9 de junho, disse-lhe o líder nazista: 'Considero seu ministério apenas como uma solução temporária e prosseguirei em meus esforços para converter meu partido no mais poderoso do país, quando então a chancelaria será minha, de direito'. (12)

Infelizmente, Hitler podia falar assim. Suas vitórias nas urnas eram cada vez mais retumbantes. Suas platéias cada vez mais numerosas. Na noite de 27 de julho, Hitler falou para um multidão de mais de cem mil ouvintes no Grunewald Stadium de Berlim.

Dois de dezembro de 1932. Nova tentativa de Hindenburg para acertar os ponteiros da jovem e já tão desgastada República. O General von Schleicher foi nomeado chanceler do Reich. Seu primeiro objetivo seria o de procurar conseguir uma maioria do Reichstag, a custa do apoio de todos, inclusive dos nazis. Pediu a Hindenburg para dissolver mais uma vez o Parlamento, mas não foi atendido.

Os políticos conseguem, facilmente, esquecer ou pelo menos por de lado os ódios mútuos quando vislumbram

um interesse maior. Assim, comportaram-se os velhos inimigos von Papen e Hitler ao se unirem para derrubar von Schleicher. O ex-chanceler sabia que apesar de demitido por Hindenburg contava com sua amizade. Um novo personagem vem aliar-se ao esforço de von Papen para promover Hitler: Hermann Goering, o pai da famigerada GESTAPO e naquele momento, Presidente do Reichstag.

"... a 22 de janeiro de 1932 [Goering] persuadiu Oscar von Hindenburg, filho do marechal-presidente, a convencer o pai de que somente Hitler poderia formar o novo Governo, pois a queda do gabinete de Schleicher era uma questão de horas". (4)

O velho Hindenburg estava agora convencido de que a única saída para salvar o regime era colocar Hitler na chancelaria do Reich, imaginando, ingenuamente, uma série de condições que impediriam que o "cabo austríaco" se tornasse ditador. Doce ilusão de um presidente já caduco. As condições impostas por Hindenburg eram as seguintes:

a. Von Papen seria o vice-chanceler;

- b. Von Neurath ficaria com a Pasta dos Negócios Estrangeiros;
- c. Von Papen acumularia o cargo de Presidente da Prússia, posto tradicionalmente ocupado pelo próprio Chanceler do Reich e o mais importante depois do de chanceler;
- d) Exigia que Blomberg fosse o Ministro da Reichswehr.

Impondo estas condições, Hindenburg acreditava, firmemente, que os nazistas ficariam submetidos ao controle de von Papen, e, conseqüentemente, suas ações restringidas.

“Chegado ao poder por meios legais, Hitler conseguiu seguidamente por a legalidade ao seu serviço, construir a sua ditadura peça por peça e eliminar impiedosamente todos os adversários e todos os rivais”. (5)

O sensato historiador Taylor, da Universidade de Oxford, insiste na mesma temática da “legalidade” da ditadura do cabo austríaco.

“Hitler foi nomeado chanceler pelo presidente Hindenburg, de forma rigorosamente constitucio-

nal e por motivos solidamente constitucionais. (O grifo é nosso). Não importa o que possam dizer os especuladores engenhosos, liberais ou marxistas, Hitler não se tornou chanceler porque fosse ajudar os capitalistas alemães a destruir os sindicatos, não porque fosse dar aos alemães um grande exército, e ainda menos, uma grande guerra. Foi nomeado porque ele e seus aliados nacionalistas podiam garantir no Reichstag, e com isso encerrar os quatro anos anômalos de governo por decretos presidenciais”. (13)

William L. Shirer descreve sucintamente e com maestria aquilo que foi para ele o último ato da República de Weimar:

“Naquela gelada manhã de 30 de janeiro de 1933, chegara ao fim a tragédia da República de Weimar, a tragédia de quatorze frustrados anos em que os alemães procuraram infrutiferamente por em funcionamento uma democracia. E no último momento, enquanto desciam as cortinas, uma farsa melancólica foi representada pelo heterogêneo grupo de conspiradores, reunido para enterrar o regime republicano”. (12)

Continua no próximo número.

NOVA-IOURQUE : TAXA DE JUROS A CURTO PRAZO

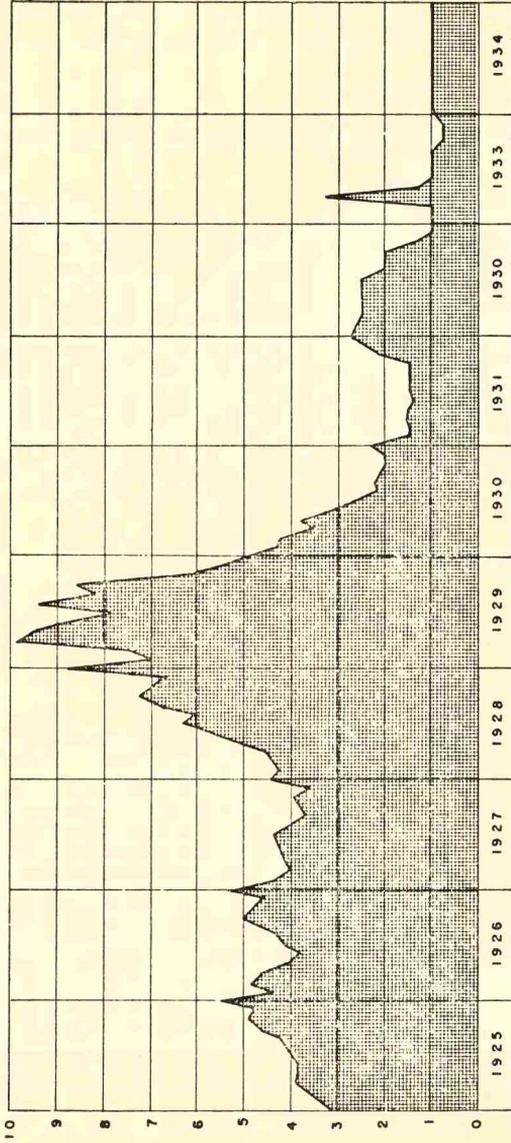
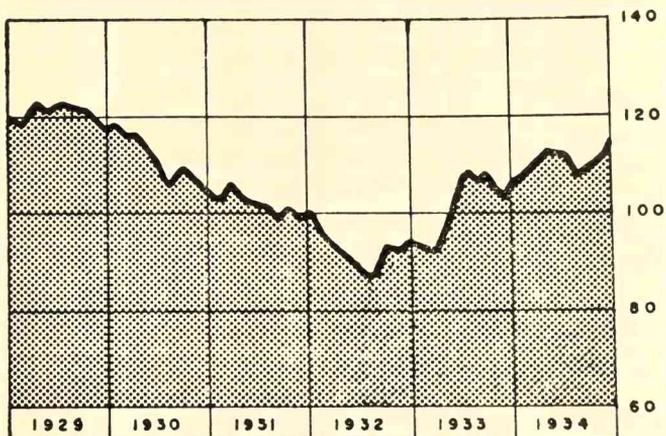


GRÁFICO 1

Fonte: La Crise de 1929, La Documentation Française, 1971. Desenho: Nadelson.

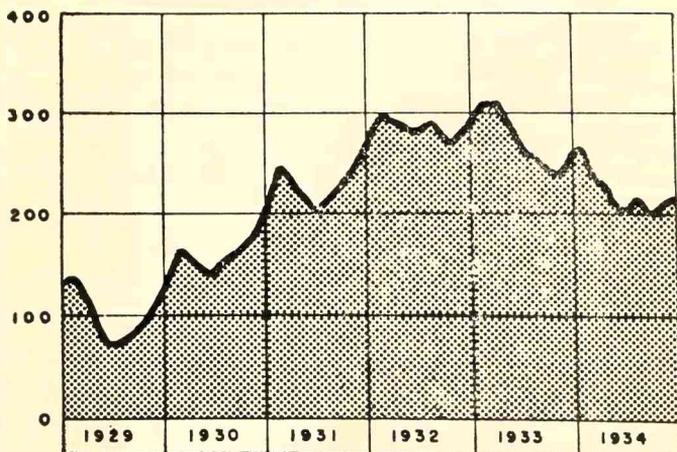
PRODUÇÃO INDUSTRIAL ENTRE 1929 e 1934

GRÁFICO 2



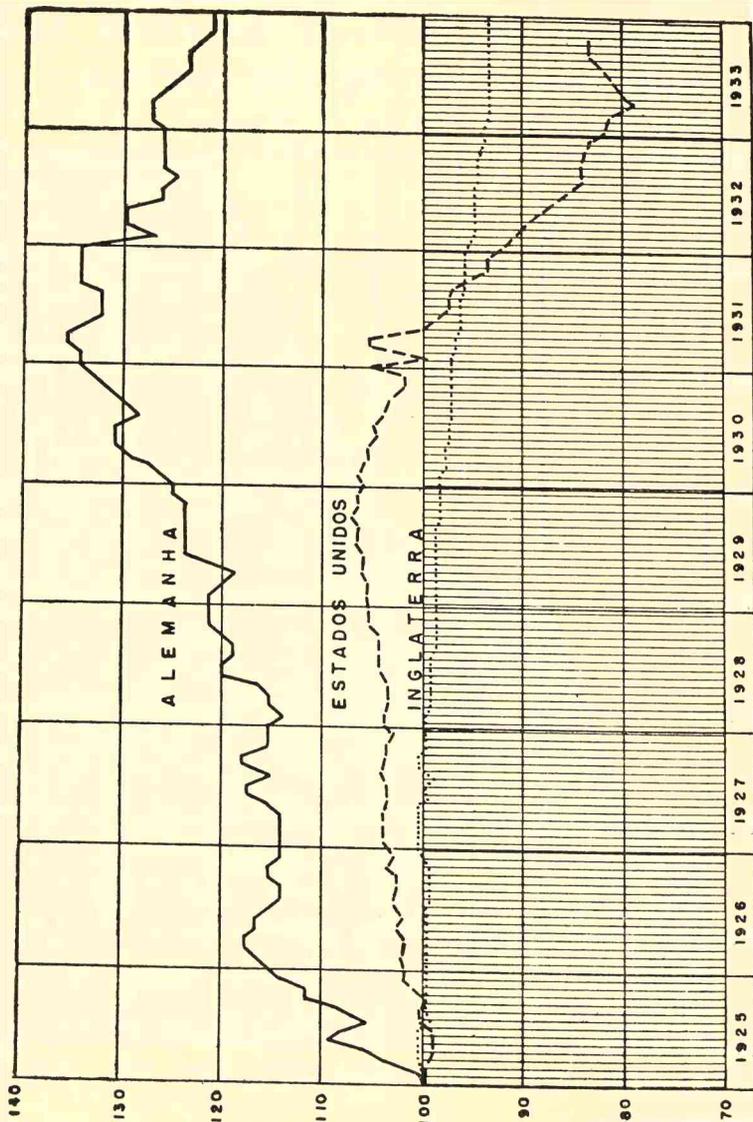
DESEMPREGO MUNDIAL: 1929 - 1934

GRÁFICO 3



Fonte: História Geral das Civilizações. v. 15. Crouzet, Maurice, 1958.
 Desenho: Nadelson

ÍNDICES DOS SALÁRIOS (1925 - 1933) (BASE 100 : 1925)



Fonte: La Grande Dépression 1929 - 1934 Paris. Payot, 1935. Desenho: Nadelson

GRÁFICO 4

ÍNDICE DOS SALÁRIOS NOMINAIS CALCULADOS SEGUNDO OS SALÁRIOS SEMANAIS, INCLUIDOS OS ENC. SOCIAIS.

FRANÇA: 1924 - 1933

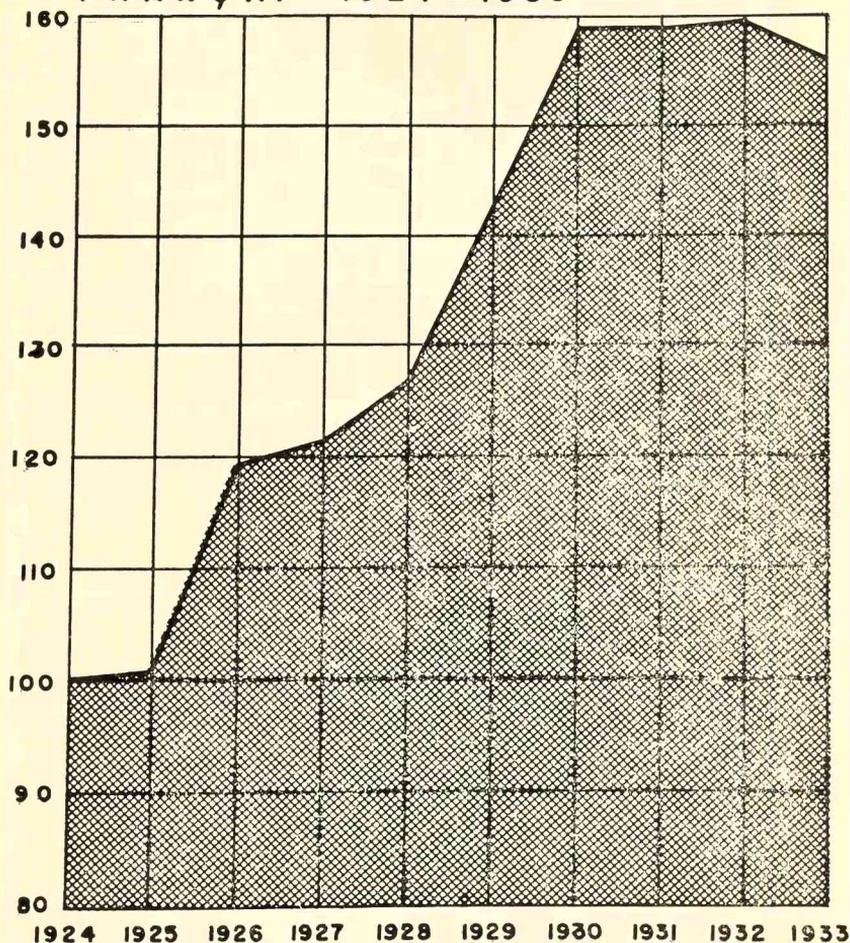


GRÁFICO 5

Fonte: Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques .Paris. Colin, 1957. Desenho: Nadelson.

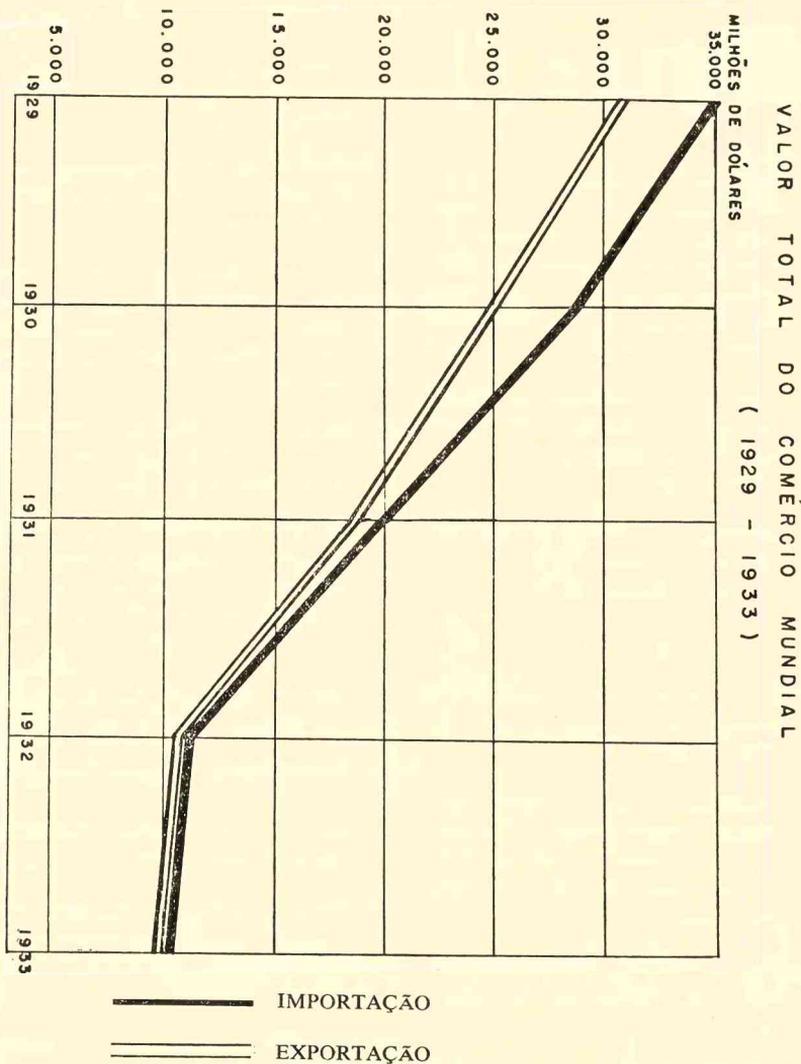


GRÁFICO 6

Fonte: Revue Economique Mondiale 1932 - 1934, Paris.
Desenho: Nadelson.

Referências bibliográficas (*)

- 1 BAUMONT, Maurice. Histoire de la France pour tous les français. De 1878 à nos jours. In LEFEBVRE, Georges et alii. **Histoire de la France pour tous les français**. Paris, Hachette, 1955. t.2, p. 433.
- 2 CARVALHO, Delgado de. **História geral — Idade contemporânea**. Rio de Janeiro, INEP-MEC, 1966. p. 355.
- 3 CROUZET, Maurice. **História geral das civilizações**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1958. v. 15, p. 122-123, 126-127, 167, 172-173 e 176.
- 4 DELARUE, Jacques. **História da gestapo**. Rio de Janeiro, Record, 1972. p. 49.
- 5 GRIMBERG, Carl. **História universal**. Lisboa, Publ. Europa-América, 1969. v. 19, p. 117, 119-120, 188, 190-191, 201-202, 204 e 207.
- 6 HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p. 189.
- 7 KNOX, Sir Geoffrey. **A paz de ontem e a paz de amanhã**. Londres, Hutchinson, 1942. p. 42, 43 e 52.
- 8 LAPIERRE, Dominique. A quinta-feira negra de Wall Street. In GUILLEMINAULT, Gilbert. **O romance do nosso meio século**. Lisboa, Publ. Europa-América, 1970. v. 4, p. 120 e 129.
- 9 LUDWIG, Emil. **Hindenburg**. Porto Alegre, Edições Globo, 1935. p. 205, 233 e 247.
- 10 NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos contemporâneos**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. p. 222, 225, 245-246.
- 11 PIRENNE, Jacques. **Historia universal**. Barcelona, Ediciones Leo, 1959. v. 7, p. 371. v. 8, p. 8.
- 12 SHIRER, William L. **Ascensão e queda do terceiro Reich**. Rio de Janeiro, Civilização, 1967. v. 1, p. 105-106, 106-107, 252 e 277.
- 13 TAYLOR, A. J. P. **A segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro, Zahar, 1963. p. 68.
- 14 TENBROCK, Robert-Hermann. born, Max Hueber Verlag, 1968. p. 264 e 275.
- 15 THOMSON, David. **Pequena história do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967. p. 104.
- 16 TREUE, Wolfgang. **Alemania desde 1848**. Bonn, Inter Nationes, 1969. p. 89.

* Somente obras consultadas

Causas sociais da Independência

AMAURY VASCONCELOS

Olho-me a mim mesmo, e meço a extensão desta responsabilidade intelectual. O representante da Universidade Federal da Paraíba, embaixador de sua cultura, enviado a plagas de cultura e inteligência, que tem honrado e distinguido a cultura nordestina.

E pergunto-me a mim mesmo. O que dizer na taba índia de ontem, pertencente e defendida por Poti, e hoje imortalizada e difundida, pelo símbolo vivo e imortal de Câmara Cascudo. Como os sinto, sequiosos e ávidos de ver o que hoje traz para nós, um outro paraibano, conterrâneo de Vidal de Negreiros, que mais uma vez, correu de lá, para reeditar aqui, a heroicidade dos conquistados de ontem, dos invadidos daquela hora.

No ontem, partiam por mar e por terra, pernambucanos auzades, para fecundar esta terra de glórias e coragem. Eram aventureiros que queriam conquistá-la, a ferro e a fogo, sob o comando de Jerônimo de Albuquerque

ou Mascarenhas Homem, tomando-a de seus detentores natos. E foram dadivosos. Vencedores entregaram-na para que ela se fadasse, unvida de religiosidade, nascendo à égide Natalina. E semearam exemplos. E o Forte dos Reis Magos, é o monumento mais vivo e mais inesquecível desta bravura. E seu Potengi, colar de prata, ontem airoso e belo, no colo virgem do corpo venusto de sua territorialidade, é hoje, em sua placidez, o espelho cristalino, onde se mira, o seu progresso e a sua grandeza nordestina.

Saúdo este Rio Grande de ontem, impávido e glorioso, no sacrifício de Frei Miguelinho, na glória voadora de Augusto Severo, no estro de seus poetas e intelectuais: Eloy de Souza, Auta de Souza, Ferreira Itajubá, Palmira e Segundo Wanderley, sendo, finalmente, toda sua síntese cultural, neste fecundíssimo Câmara Cascudo, que o próprio Rio Grande é pedestal de sua estátua, ainda viva, mas imortalizada.

E, hoje, venho modestamente, mostrar despretenso, a evolução social do Brasil, desde a formação de suas primeiras sociedades, até o contributo de cada uma, nos seus entrechoques, dando finalmente, as conseqüências para a nossa Independência, agora sob hosanas, comemorada de-

pois de apenas um século e meio, um átimo de tempo, dentro da marcha inexorável da Eternidade.

Veremos primeiramente, que demandados trinta anos da descoberta Cabralina de abandono e indiferenças, ao desprezo, sem termos a dar o lucro fácil e imediato das Índias milenares, e de estágio econômico acima do nosso, volveria-se somente, à colonização, quando era iminente o perigo dos corsários, que se abasteciam nas costas e cada dia mais e mais, granjeavam a simpatia do íncola, tratado de forma diversa do colonizador primeiro. Era o desrespeito ao monopólio. Era a extração ilícita do pau-de-tinta, a quem o Brasil deve a reavertência de sua existência, o cobro à sua defesa e posse colonizadora como caminho único. E de logo, viria Martim Afonso de Souza, introduzir a verdadeira colonização, que no dizer de Pedro Calmom, "era um sentido novo, porque foram os portugueses, os primeiros colonos que ensaiaram debaixo do Equador, a fundação de uma sociedade agrícola".

E atendendo a melhor defesa e posse mais ampla, tivemos a introdução do regime feudal, decadente na Europa e introduzido aqui, pelas Capitânicas Hereditárias, recurso da Coroa, para dividir com seus reinóis a tarefa de

dominar, de fato, a vastíssima e opulenta terra de Pindorama. E define muito bem Ronald de Carvalho, ao dizer: "Somente assim, confiando esta porção de terras incultas à energia dos homens de boa vontade, poderia guardar a Coroa, sem maiores gastos a presa já cobiçada por muitos salteadores".

Era o "período heróico" numa fase onde se caracterizava a ausência de uma estrutura social, com um sistema de superposição de classes pelo predomínio econômico e político destes mesmos srs. feudais, sobre os primitivos

ocupantes e a formação entre estes e aqueles de laços de dependência resultante da apropriação do solo. Somente mais tarde, isto haveria de acontecer. Nisto residia, igualmente, a ausência de um paralelismo entre a nossa organização econômico-política e a economia da Europa Medieval, em suas últimas décadas, já em decadência. O índio brasileiro tinha estado econômico primitivíssimo, incapaz, assim, de tornar-se servil. Mas o sistema funcionaria mais tarde com êxito e sucesso desejados. E, bem se houveram os lusos, com as medidas administrativas.

Passamos para o "espírito de dominação", característica do

“modus vivendi” colonial, que se fez permanecer pelas nossas contingências geográficas econômicas e políticas, em fatores sociais, que presidiram toda a nossa evolução social até a Independência como veremos.

Tais nascentes instituições políticas e sociais, dadas e ditadas, à primitiva sociedade colonial pela Metrópole, precederam pelo visto qualquer organização própria, local. Abroliaria, nos moldes do sistema implantado, somente dois séculos mais tarde, na primeira sociedade propriamente, colonial-brasileira, — a sociedade do açúcar, — estável, sólida, plenamente constituída. E esta herança histórica de absorção do modelo social e político tem sua confirmação na observação de Sérgio Buarque de Holanda, ao dizer:

“É significativo em primeiro lugar, a circunstância de termos recebido a herança, através de uma nação Ibérica”.

Mas antes, destas típicas sociedades litorâneas de massapê, simbolizadas por Pernambuco e Bahia, foi o esparso dos grupos humanos, salpicados de vilas e povoações, litorâneas ou planaltinas, não oferecendo a melhor formação de uma sociedade com condições favoráveis. E por isto observa, comentando a época

muito bem, Fernando Azevedo:

“Era o Estado de Sociedade” em suspenso, amorfo e flutuante, à procura de novas formas”.

Era uma economia colonial, caracterizando mais tarde, sociedades modestas no setentrão, e grandes propriedades ao Nordeste, Norte e pequenas no Sul, como bem observa Caio Prado Júnior, estas “mais empobrecidas à falta de mercado para escoamento de suas produções.” O açúcar era o sustentáculo da Coroa e mercadoria de grande importância na economia mundial.

Mas, seria fator do desabrochar destas incipientes sociedades originais, o fator democrático racial, em “melting pot”, invejável hoje, neste mundo colonial de ontem, e nações jovens de hoje. Ufanamo-nos desta herança de democracia racial, que afastou de nosso cotidiano o preconceito e a segregação, problemas atuais de grandes nações.

E Roger Bastide, assim se expressa, em observação feliz, a despeito:

“A assimilação nas regras da economia brasileira, ainda que sob a forma anormal e patológica — a da escravidão — como também a de miscigenação largamente praticada, por falta de mulher branca,

corrigiu, a distância social que, de outro modo, se teria tornado entre senhores e escravos”.

E vimos então, como processo evolutivo, a passagem da sociedade de arremedo dos dois primeiros séculos, para o “estado de sociedade em suspenso”, já acima enfocado, para finalmente “a aristocracia de emergência” segundo Pedro Calmom, e dizemos nós a primeira solidificada no feudal engenho e casa grande, dominador e senhorial, patriarcalista, endogâmico, socialmente hierarquizado, ostentador de luxo, causador de inveja até à Corte.

Era o dominador privilegiado, inteiro e íntegro na transmissão hereditária e na sua impenhorabilidade. E como diz Pedro Calmom:

“Aristocracia de emergência, corrompida pela instituição do cativo, explorada pelo comércio, imobilizada, desmoralizada pela ignorância, pela sensualidade e pelo misticismo que lhe floresceram a inatividade”.

É impossível, em meio a esta sociedade mística, mentalmente feudal, esquecer a outra dominadora, implantadora de seu império espiritual e também mesclada de temporalidade a Igreja, que implantou poder, desde a primei-

ra missa. Era ela que amaciava os rigores no exercício do poder total, absoluto, contribuindo, por outro lado, para o equilíbrio entre senhores e escravos, prestigiando aqueles e inculcando espírito de obediência e humildade, conformidade e submissão aos dominados. Era incentivadora do ócio, de que nos fala Montesquieu em Cartas Persas, Pedro Calmom e Gilberto Freire, onde a fidalguia do senhor do engenho, significava, o trabalhar para o branco uma indignidade.

Entretanto, exalte-se que usou muito bem, a Igreja colonial, o fanatismo religioso, a vaidade, e a super-riqueza, para legar o extraordinário patrimônio da arquitetura e escultura barroca, num monumental acervo, tendo sido, os adros e as naves, a testemunha das grandes festas religiosas, dos acontecimentos mundanos que reagiam a um individualismo aconchegante de festas familiares, perdulárias e estravagantes.

E contra este mesmo individualismo, lutava a Igreja, com seus festejos, atos religiosos, destruindo o ilhamento patriarcal entre os encastelados engenhos. E, mesmo assim, era a permanente dominação simulada, na perpetuação do regime Patriarcal, na união fortalecida, casa-grande-capela, senhores até mesmo da

população livre de operários rurais ou agregados. E melhor explica Gilberto Freire ao dizer que:

“A monocultura latifundiária e escravocrata realizou, no sentido da aristocratização, estremando a sociedade brasileira, com uma rala e insignificante lambugem de gente livre “sanduchada” entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariada pelos efeitos da miscigenação”.

E este panorama arrastou-se por três séculos de dominação do açúcar, entretanto, antagonizando tal aristocracia rural, vem o aparecimento da burguesia urbana, oriunda do mascate e do comerciante pequeno, do emprestador de dinheiro da pequena vila, de aldeia modesta.

E daí surgiu o entrechoque social: cidade-campo, casa-grande-sobrado, e por que não dizer, esta segunda classe, granjeando poder político após a expulsão do invasor francês ou holandês, o seu grande benfeitor. E ela própria originava-se da evolução comercial da cidade litorânea infestada de mascates, balcões de fazenda, tavernas de vinhos e judeus usurários, exercendo mercancias e mantendo de dinheiro os perdulários e imprevidentes senhores de engenho.

Era alguém a reclamar a partilha do poder social e político e até econômico. E a luta foi inevitável. Em 1710, Olinda e arredores faziam a primeira convulsão social brasileira, enfrentando um Recife de sobrados azulejados e, socialmente, hierarquizados também, em sua formação, e possuidores das fortunas amealhadas, nos juros e na mercancia.

Ao tempo, a Sociedade Colonial era os engenhos com a definida Aristocracia Rural e a cidade com a Burguesia Urbana. Entrementes, a expansão com penetração, ia avançando interior a dentro, pelas patas do gado, pela cata ao índio, pela busca do ouro, na posse da interlândia, por entradas e bandeiras, que iam fazendo a formação gigante desta territorialidade. O caminho do oeste era a solução, posto que, a área litorânea, em todo seu produtivo “massapê” estava possuído pelos canaviais farfalhantes, que cada vez mais soterravam homens e enrijeciam fortunas.

Caio Prado Júnior observa esta marcha desabrida para o centro, no sentido menos social que econômico. Vejamos.

“O que interessa aqui, é notar que a colonização não se orientara no sentido de constituir uma base econômica sólida e organizada, isto é, a explora-

ção nacional e coerente de recursos do território, para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita”.

Era a fase do povoamento, com a expansão definitiva do domínio territorial, levado a efeito agora, por sertanistas, espalhando fazendas missões. Era o pastor aqui, o criador acolá, o missionário jesuíta mais longe. Era o mameluco andejo e aventureiro, conquistando a terra brasileira, terra que era tão sua. Era sua facilidade de bilíngue, e sua dupla racialidade, abrindo de logo a acessibilidade, á sua pronta fixação e domínio.

Era a fazenda e a mina, plantando conglomerados, mais democratizados. A fazenda por excelência, campeando juntos, patrão e vaqueiro, na convivência embrutecida do quotidiano. Surgia no sertão uma sociedade mais aberta, menos preceituosa.

Enquanto, este extraordinário movimento migratório interno, merece de Caio Prado a denominação de Revolução demográfica, para Ratzel:

É o organismo periférico que avança ou recua, medindo a força ou a fraqueza da sociedade que limita”.

E, ressalte-se, que tal movimento de tomada do Brasil, de reconhecimento e domínio, foi fruto da dispersão paulista, litorânea ou planaltina, desejando pela inveja da Bahia e Pernambuco, ricos e progressistas, igualmente dedicarem-se ao ócio. Mas, onde o escravo? Somente o mato oferecia, o bugrearisco, o íncola preguiçoso e desacostumado ao trabalho braçal. E seguiram nesta marcha, os caminhos naturais, a trilha indígena. Seguiram os paulistas, os baianos, levados pelo São Francisco ensejante. Diz Oliveira Viana:

“Na sua marcha, os paulistas seguem de preferência, o curso dos grandes rios. Quando tem que tomar vias xerográficas, são as trilhas do índio os caminhos de que se servem”.

E a descoberta da mina, da procura ao índio, foi uma nova fonte econômica, responsável pela nossa Independência, e o que é melhor, individualizando uma nova sociedade, de feição “sui generis”, uma civilização antagônica à civilização do açúcar. Não havia casas-grandes e nem senzalas no dizer de alguém, na zona mineológica.

Era em si, a diferença de comportamentos das sociedades existentes, era a resultante de condicionamentos. O agricultor da ma-

ta, já em si gregário, fazia proselitismo. O homem da mina também se fixara. Era o sertanista criando raízes, e procurando igualar-se ao aristocrata do engenho, e criando uma sociedade nova sem grandes diferenças de classe, retraída e desconfiada, composta na sua maior parte de moradores e escravos, comerciantes e mascates, fazendeiros e criadores de gado.

Mas, esta sociedade do Ciclo do Ouro, pelo seu ecletismo e aventureirismo e cupidez pelo rei dos metais, viu luta fratricida, entre bandeirantes e emboabas. Eram as correntes conquistadoras, lutando por um domínio econômico, social e político, que sempre se impôs o ouro, possuir-se ao preço de sangue. É sempre ele, no seu valor intrínseco, a ambição que doa, o sacrifício que gera.

E esta sociedade, em germinação mais aberta, formada de elementos heterogêneos e destacados das famílias, que se vai formar, sobretudo sem rigidez de princípios morais.

É ela no dizer de Fernando Azevedo:

“É nessas sociedades de planalto, instáveis e heterogêneas, aventureiras e democráticas que se desenvolve o espírito de liberdade e de emancipação política”.

Para afluir e explodir em revolta, bastaram as medidas opressivas das Cartas Régias.

Ali estavam impávidos e bravos, Felipe dos Santos ou Tiradentes.

Ainda detendo-me na comparação das grandes sociedades coloniais, era de ver-se o senhor de engenho, desbragado e empreendedor de negras, frente a um mineiro, amásio de escravas, que as possuíam a qualquer preço, cobrindo-as de ouro e enriquecendo-se de bens e poder, como aconteceu à mais importante e renomada delas: Chica da Silva — Rainha do Tejuco.

E que dizer do grileiro? Nada mais do que já o disse Oliveira Viana:

“É a ele que cabe resolver esta dificuldade. É ele que vai dar, ao colonizador progressivo, cheio de ambição e de capitais, o direito de explorar este tesouro infecundo. Para isto cria pela chicana e pela falsidade o indispensável título de propriedade. É, pelo que vemos um tipo digno de destaque, pois é o fazedor de senhores e possuidores de lavras e legalização de domínios”.

Denotamos com isto o aventureirismo que caracterizou esta so-

cidade de caráter igualitário, nova sociedade interiorizada, estabelecida na montanha, que suplantou logo, economicamente, a da açucareira e, deslocando para o centro-sul, o fluxo econômico da colônia, dando lugar contudo, ao sistema social que lhe originou — a sociedade paulista.

Era assim, ao tempo, cada qual de um tipo, esparsas, distanciadas entre si, mas todas com características próprias.

Víamos, dentro desta tipologia, os seguintes espécimes: O senhor de engenho, o rico burguês do sobrado citadino, o tropeiro e o mascate, a quem se deve tanto, este mais tarde substituído pelo caixeiro-viajante, jovial, falante. O bandeirante, figura audaz, corajosa, incansável, — preador de índios, desbravador de sertões. O fazendeiro, isolado, taciturno, entristecido pelo silêncio dos pagos. O vaqueiro nostálgico, solícito e obediente. O gaúcho montador na coxilha, bravo no sul, irmão de “metier” do vaqueiro nordestino. Finalmente, o grileiro, o jagunço teratologicamente — produto de seu meio. Entretanto, mais tarde aparece no vale do Paraíba, o dominador político-econômico de todo o império e mor parte da República O Senhor da Fazenda do Café, mais tarde tornado o Industrial evoluído e letrado.

E, como já o afirmamos, a sociedade das Minas Gerais amalgamou primeiramente, o princípio de emancipação e embrionou a nacionalidade.

É de notar que foi sempre a idéia de república, que nos acompanhou os passos da aspiração de Independência. É bem verdade, o que afirmamos: Mascates com Bernardo Vieira, Inconfidência Mineira, sempre quiseram e prepararam um sonho de república, como o fez a índole pernambucana, em 1817.

Surgem nas Alterosas, suas inconfiências. Eram as lufadas dos ventos do liberalismo, apaixonando poetas e sacrificando heróis. Era o social predominando, enquanto incita o fator político-econômico. É a confirmação da ilação, é do mestre e pensador NELSON SALDANHA, ao afirmar:

“As idéias sociais e políticas interferem em larga medida na evolução dos povos e disso os exemplos são vários. Na nossa história, tivemos a presença ativa de idéias políticas e sociais as mais diversas”

E continua:

“antes de ocorrer a Independência, houve no Brasil, tentativas liberatórias e expressões ideológicas, nas quais en-

contramos o traço visível das influências francesas”

No nosso caso em especial, não se gerou tão somente o nosso processo de emancipação, pela natural evolução econômica, exigindo o conseguimento de um mais alto status. Os nossos fatores de Independência foram mais políticos e sociais que econômicos. Nossa economia era primaríssima, incapaz de gerar, automaticamente, a libertação política. O Brasil começava a conhecer-se como povo.

Eclode na Bahia, em fins do Século XVIII, sob a inspiração ideológica do fremente agitador francês Boissy D'Anglas, a revolução brasileira, verdadeiramente do povo, efetivamente de massa, tentando, inclusive, independência com libertação dos escravos. Foi a Revolução dos Alfaiates, a mais popular das sedições e de cunho social mais autêntico. A Revolução de 1817, a nosso ver não só como visualização de homem do Nordeste, foi ela muito mais importante, que a Conjuração mineira.

Não tivemos em Pernambuco, Paraíba e aqui mesmo no Rio Grande, heróis tíbios, nem revolução abortada, mas, sacrifício de sangue em campo de luta, em execuções, e o que é mais importante, uma ideologia ampla, até uma dominação de governo, um

período de constituição e de reconhecimento de poder, uma implantação revolucionária, infelizmente, não duradoura.

Fomos por 1817, um contributo à Independência, muito maior que Minas, inquestionavelmente. Ressalte-se a sua extensão, levantando o Nordeste que foi instrumento de um nativismo mais ardoroso, mais amadurecido, com seu lastro ideológico totalmente assente no liberalismo europeu.

Diz Nelson Saldanha e muito bem:

“Se bem que, as motivações em 1817, fossem concretamente ligadas ao sentimento anti-português e à revolta contra o despotismo da Coroa (Coroa instalada no Brasil desde 1808), os conceitos que latejavam no fundo da mentalidade dos rebeldes, provinham do repertório do liberalismo anglo-francês”.

Mas, injusto seríamos se falando em causas sociais de nossa Independência não ressaltássemos o papel desde 1817, desempenhado pela Maçonaria, conseguindo o envolvimento de Pedro I ao ponto de levá-lo ao instante do Ipiranga, momento inicial de nossa nacionalidade.

Eram os “pedreiros” das idéias que, cumprindo a tradição da Re-

volução Francesa, transplantavam para nós a idéia contida na trindade vocabular do “Liberdade, igualdade e fraternidade”.

Mas, como já vimos, não seriam somente maçons, os inoculadores, do “infame sistema” de que nos falam as devassas (era esta a denominação dada pelas autoridades reinóis contra a doutrina política, em voga em todo o mundo) promanada de Rousseau e Montesquieu, Voltaire, Condorcet e Diderot.

Para conseguimento de nossa maioria social e política, grassava a expansão de idéias novas, elocubradas pelos enciclopedistas. Era o liberalismo inflamante, o criador de Repúblicas e de Impérios constitucionalizados, como aconteceu ao nosso povo, numa exceção que foi frustração de sequioso de República, pois sempre com ela quiseram os colonos a nossa libertação política. Mas o modelo de democracia americana, à Franklin e Washington não nos chegou como o desejado.

Mas, em particular no Nordeste, os nossos pregoeiros e espargidores de idéias bem se houveram. Amaro Coitinho, este paribano tão amigo do vosso inescutível herói da mais importante revolução libertária de 1817, Frei Miguelinho, receberam do Areópago de Arruda Câmara, os

ensinamentos desta filosofia salutar que ainda hoje é mensagem de liberdade e de conquista do homem, que reage por ela a qualquer pressão e tirania. E, por isso, de nada valeu para a destruição deste ideal universal — definidor de uma época — a energia do Conde dos Arcos, posto que o espírito de desordem e de secessão, se propagava com os desníveis culturais e econômicos de uma região para outra, com as diferenças das reações políticas de meios e de tipos sociais diversos, cujas desinteligências e oposições se agravavam pelas distâncias e pelo isolamento, com os choques entre os naturais e os reinóis. Era o antagonismo entre nativos e reacionários. Era o conflito entre as aspirações de liberdade do povo colonial contra as tendências conservadoras dos colonizadores.

Mas ressalte-se, como grande causa de nossa Independência, a presença entre nós da Família Real, elevando o status social e político, renovando costumes, criando na Corte o modelo de uma sociedade europeizada, que nos serviria de espelho, para nosso aprimoramento.

Além disto, deu-nos a presença de D. João VI, um caráter próprio de estado político que singularizou o nosso processo histórico.

Mas levou-nos à Independência, todas as indecisões e perplexidade, verificadas desde a elevação de Reino Unido da Colônia, à campanha da independência e que foram frutos, aqui, do espírito irresoluto de D. João VI, acolá, pelo temperamento arrebatado de D. Pedro, e tão bem aproveitado por Gonçalves Ledo e Bonifácio, para o bem de nossa causa. Esta segunda metade do Século XIX se caracterizou além disto, pelos antagonismos de interesses que cindiam a sociedade em funções extremadas e do divórcio que até este tempo isolara um dos outros, os vários grupamentos em que se subdividia o País comprometendo-lhe a unidade e, agitando aos olhos de todos, o fantasma de seu desmembramento. Exemplo disto as revoluções de secessão, verificadas sem esquemas nacionais, que envolvessem toda a colônia.

Era quase finalmente, como diz Fernando Azevedo, em expressões lapidares:

“O que do ponto de vista social subsistia de sólido nesta sociedade, tumultuada e anarquizada, era ainda a aristocracia rural dos senhores de engenho, reacionária às vezes, sempre conservadora, que se recolhe desconfiada, enquanto as lutas políticas di-

laceravam a burguesia das cidades, arremetendo umas contra as outras, as facções mais diversas”.

E mais tarde, seriam estes senhores de ranços feudais em seus propósitos sociais e políticos de onde se originaria, toda a nobreza dos Barões do massapê e do Café. Bem observa Gilberto Freire:

“A monocultura, o latifúndio e a escravidão, condicionaram de modo decisivo o desenvolvimento social do Brasil”.

De fato seria, mais tarde, o regime de economia patriarcal e a aristocracia rural o apoio à Monarquia implantada, mantendo-a politicamente, é certo que deixando frustração ao povo, que não encontrava liberdade com república, e bem ao contrário, a constituição tentada e mais tarde conseguida, é instrumento que nega ao povo o conseguimento de suas aspirações. Veríamos, mais tarde, choques entre correntes monárquicas e democráticas, federalistas e unitárias, absolutistas e liberais. Era mais tarde a instabilidade política que caracterizou a nação, que somente agora vem encontrando há mais de 150 anos — uma revolução verdadeiramente de classe média e, voltada de fato, para o bem-estar do povo.

E nos damos por satisfeitos, generosos presentes, da distinção

de ouvir-nos da bondade do comparecimento.

Nós todos, que acompanhamos esta trajetória, pontilhada de heróis e de denodados que, pela nossa liberdade de ontem, e bem-estar de hoje tudo fizeram, palmilhando as glórias e decidindo com as próprias vidas, a melhoria de suas conquistas sociais, políticas e econômicas.

Pejo-me, de não brindá-los, com o erudito que merece este auditório, escol cultura, mas ao contrário, na palidez de observações perfunctórias da conduta social de ontem definidora de um tempo, realizadora de uma época e conquistadora de nossa história.

Este foi o nosso ontem. E, bem dizemos, que nos últimos quase dez anos, pela decisão de forças armadas-classe média, conseguíssemos tomar o Brasil, para nós, abrindo-lhe as entranhas, para o jorro de nosso petróleo, para a exploração verdadeira e para nós próprios de nossas minas, para a assistência social do homem do campo, liberto da senzala, mas preso ao tugúrio, mise-

rável do casebre, infeliz no cortiço, enquanto delinquente. Mais escravo hoje, ao tronco do vil salário, ou do subemprego. Mostrei o Brasil de ontem, que gerou o de hoje, se autodeterminando, político-social e economicamente. Aprendendo a ler, se doutorando, sem privilégios de elitização do ensino. Deixando de lado, a exploração econômica de exportador primário, para ser o concorrente internacional nas metas de exportação. É o Brasil chaminés, indústria automobilística. O Brasil ameaçando latifúndios coloniais, cortado vicinalmente por estradas, veias que vão-lhe diretas ao coração não mais esclerosado.

Somos uma criança política de 150 anos, cujo futuro é hoje esperança, cujo presente é euforia, corrida ao porvir certo do destaque, que a continentalidade de seu território legado, ainda era o gigante adormecido. Desperta Amazônia, aos ventos libertários, sacode tua cabeleira verde, reflexo de nossa esperança e espelha no Rio Mar a imagem de um Brasil, bem perto de ser — orgulho do mundo.

Fatores Políticos da
Independência do
Brasil

HELIO DANTAS

Conferência pronunciada pelo Prof. Hélio Dantas, abrindo o *Seminário* "Processo da Independência", promovido pelo Instituto de Ciências Humanas da U. F. R. N., a 22 de agosto de 1972, nas celebrações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

Parece-nos que podemos afirmar com acerto, que dois são os fatores políticos fundamentais que tangeram o processo da independência nacional: a mudança da sede da monarquia portuguesa para o Brasil, pelas suas implicações; e a revolução constitucionalista de 1820, em Portugal, pelas suas consequências. Aquele, chamado a inversão brasileira, propiciaria a formação de toda a estrutura político-administrativa do país. O segundo anteciparia a rutura dos laços políticos, já irreversível, mas protelável, não fora a falta de ta-

to na condução da delicada conjuntura. Ambos se somaram e, somando-se, dividiram o reino, então, unido.

Tudo o mais são concausas, ora mais prestigiosas, ora menos; ora próximas, ora remotas. Daí porque vai girar o nosso trabalho em torno, principalmente, daqueles dois acontecimentos históricos essenciais à nossa emancipação política.

Dissera Luís Edmundo que "Para a geral desgraça da Europa e particular felicidade do Brasil, D. Letícia Ramolino, mulher de certo Carlos Bonaparte, advogado em Ajácio, aí pelo ano de 1769, pos ao mundo um menino que recebeu, na pia batismal, o nome de Napoleão..." E adianta: "Como soldado, é mau. Como Imperador, é cruel. Vive de sangue e de glória. Isolado, seria um bandido. À frente de seu exército é um herói". (1)

Se assim fala um brasileiro, quanto mais um português. E citamos o cronista à guisa de justificação para o que sobre o grande Corso diz Oliveira Martins, em sua História de Portugal: "... Robespierre fora o primeiro Antecristo; e, agora, sobre o seu cadáver, vinha à frente dos exércitos

(1) — Luís Edmundo "A Corte de D. João no Rio de Janeiro". 1 vol., 2a. edição, 1957, pág. 31.

invencíveis o segundo, a derramar por todo o mundo o clamor do último dia. Quem resistiria ao destino armado? Quem faria face a Napoleão, cuja coorte atravessara a Espanha, e pisava já o solo português?" (2)

Ninguém resistiu em Portugal à invasão. Procedeu-se ao embarque apressadamente. Fez-se a travessia do Oceano. Operou-se a transferência da corte.

Discute-se se teria sido plano ou mera fuga. Segundo Otávio Tarquínio de Sousa, "mais de três meses antes de efetuar-se a viagem de D. João e seu imenso séquito já se vinha providenciando a respeito. Os navios da esquadra eram reparados e revistos para que pudessem zarpar ao primeiro sinal e outras medidas se tomavam visando ao mesmo fim." (3)

Oliveira Lima corrobora esta asserção: "O conselho de D. Rodrigo não deixou de ser oportunamente seguido. Nem de outra forma se explica que tivesse havido tempo, numa terra clássica de imprevidência e morosidade, para depois do anúncio da entrada das tropas francesas no território na-

cional, embarcar numa esquadra de oito naus, quatro fragatas, três brigues, uma escuna e quantidade de charruas e outros navios mercantes, uma corte inteira, com suas alfaias, baixelas, quadros, livros e joias. Era um sem número de "efeitos assim públicos como particulares, que se não devem deixar expostos à rapacidade do inimigo" (frase de D. Rodrigo), mas que mesmo com a maior rapidez de processos de hoje não se enfardam e carregam de um momento para outro." (4)

Parece não haver discrepância quanto ao tumulto do embarque, sempre protelado à espera de um milagre e só determinado pela ciência da invasão do território português pelas forças de Junot. Sobre o espetáculo da partida, assim registrou Eusébio Gomes, almoxarife do Palácio de Mafra, em seu "Diário": — "É impossível descrever o que se passou no cais de Belém na ocasião do embarque da Real Família, que saiu de Mafra a toda pressa para embarcar, porque à mesma hora se soube que os franceses estavam a chegar a Lisboa. Que grande confusão hou-

(2) — Oliveira Martins "História de Portugal", Lisboa 1968, Guimarães Editores, págs. 515 e 516.

(3) — O Tarquínio de Sousa "História dos Fundadores do Império", II vol., 1957, págs. 26 e 27.

(4) — Oliveira Lima "Dom João VI no Brasil", I vol., 1945, pág. 63.

ve então no cais de Belém! Todos a quererem embarcar, o cais amontoado de caixas, caixotes, baús, malas, malotões e trinta mil coisas, que muitas ficaram no cais tendo os seus donos embarcados, outras foram para bordo e seus donos não puderam ir." (5)

Por sua vez, Tobias Monteiro nos diz: "Em sinal da confusão que reinara, ficaram na praia caixões em número para encher de sobra os porões de dois navios" (6). Ouçamos, por fim, o que a respeito informa Oliveira Lima: "O que deve ser verdade é que muita gente, não tendo tido o mesmo ensejo que a família real de preparar-se para a longínqua viagem, partia com a roupa do corpo, e que os navios estavam tão abarrotados que dos dependentes dos fidalgos da comitiva, o maior número não encontrava sequer onde dormir." (7)

Sabe-se, demais, que o pen-

samento da mudança da corte para o Brasil não era original. A mais remota sugestão que se conhece, fora expendida no século XVI, por Martim Afonso de Sousa ao rei D. João III (8), depois recomendada em momentos difíceis do reino. Vale recordar o conselho do Cardeal-rei à infanta D. Catarina, Duquesa de Bragança; o parecer de D. Pedro da Cunha ao Prior do Crato, D. Antônio, quando da morte do rei D. Henrique e da crise dinástica. Igualmente, foi pensada a transferência da corte, por ocasião da restauração da monarquia nacional, por D. João IV. Mais tarde, reinando D. João V, D. Luís da Cunha aconselha o rei a tomar o título de Imperador do Ocidente, trazendo sua corte para o Brasil, opinando que "o lugar mais próprio da sua residência seria a cidade do Rio de Janeiro" (9). Ainda da trasladação, por duas vezes, cogitou o Marquês de Pombal: no terremoto de Lisboa

(5) — Eusébio Gomes "Diário", apud O. T. de Sousa, ob. cit., pág. 31

(6) Tobias Monteiro "A Elaboração da Independência", 1927, pág. 55.

(7) Oliveira Lima, ob. ci., loc. pág. 69

(8) Jordão de Freitas "A Expedição de Martim Afonso de Sousa", in História da Colonização Portuguesa do Brasil, vol. III, Porto, 1924, págs. 114 e 115.

(9) "Instruções a Marco Antônio de Azevedo Coutinho..." ms. da Col. Pombalina da Biblioteca Nac. de Lx, citado por J. Lúcio de Azevedo, em Novas Epanáforas", apud Hélio Viana "História do Brasil", 1962, pág. 11, vol. II.

(1755) e em face de ameaça de invasão espanhola.

Do exposto o que pensamos é que se não podemos tranquilamente afirmar, como Calógeras, que “se tratava de executar um plano maduro e politicamente delineado, o mais acertado nas condições peculiares de Portugal” (10), não se pode bandear para a fuga “pura e simples”.

Para tanto, considere-se a observação do Prof. Hélio Viana de que “não são acoimados de fugitivos os vários chefes de Estado que na Segunda Guerra Mundial abandonaram os seus países invadidos pelos exércitos alemães, a fim de preservar, no estrangeiro, as respectivas soberanias” (11).

Como ficou dito, não se tratava de lembrança original e, ao invés de falar em “fuga pura e simples” ou em “plano maduro e politicamente delineado”, preferimos dizer que havia a idéia da mudança da sede da monarquia para o Brasil e se não passou a plano delineado, constituiu sempre uma medida lembrada, sobretudo nas eventualidades angustiosas do reino.

Idéia essa que veio, afinal, a concretizar-se pela coação napoleônica, através do general Junot, “o verdadeiro Ante-Cristo português” segundo Oliveira Martins (12). E pela exteriorização do fato, pelos atropelos do embarque, protelado pelas hesitações do Regente, à espera do milagre que não veio, aparentou o espetáculo da partida, “ao aqodamento dos derradeiros instantes, notas entre trágicas e ridículas” (13), que se traduziram em fuga.

“Pelo que respeita ao Brasil”, assinala Varnhagen, “uma nova era vai abrir-se-lhe: em vez de colônia ou de principado honorário, vai ser o verdadeiro centro da monarquia regida pela casa de Bragança; e para nós daqui começa a época do reinado, embora o decreto de elevação a reino só veio a ser lavrado em fins de 1815” (14).

Com efeito, uma nova era ia surgir para a colônia, e o próprio Príncipe Regente, em Manifesto datado de 1.º de maio de 1808, justificando o procedimento de Portugal a respeito da França, declara que a “Corte levantará a sua

(10) J. Pandiá Calógeras “Formação Hist. do Brasil”, 5a. ed., pág. 77.

(11) Hélio Viana “História do Brasil”, vol. II, 1962, pág. 9, nota 13.

(12) Oliveira Martins, ob. cit., pág. 516.

(13) O. Tarquínio de Sousa, ob. cit., loc. cit., pág. 31

(14) F. A. de Varnhagen “Hist. Geral do Brasil”, 5a. ed., V vol. pág. 34.

voz do seio do novo Império que vai criar" (15). Já então começavam a destacar-se ou já se destacavam, muitos filhos da Terra: — Frei José Mariano Veloso, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, José Bonifácio de Andrada e Silva, Manuel Ferreira Bittencourt e Sá, José da Silva Lisboa, bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho, Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça (16), entre outros.

Ao chegar à Bahia, por sugestão de José da Silva Lisboa, por intermédio de D. Fernando José de Portugal, assina D. João a Carta Régia de 28 de janeiro, franqueando os portos ao comércio das nações amigas, ato ao mesmo tempo de política externa — porque diplomático, e de política interna, porquanto respeitava à economia colonial.

Como é sabido, nos portos brasileiros "só entravam navios portugueses e só com Lisboa e Porto se faziam trocas, fechados

estes, em virtude da ocupação francesa, ficaria o Brasil sem as mercadorias necessárias à sua vida, a Monarquia sem recursos e a exportação sem mercados onde se despejar" (17).

Sobre a importância fundamental do ato de D. João da abertura dos portos, mesmo "interina e provisoriamente", mas que já não havia como revogar, assim se pronuncia o Visconde de Porto Seguro: — "...seguinte a insinuação de José da Silva Lisboa (Cairu), franqueou os seus portos (do Brasil) ao comércio direto de todas as nações amigas, e com isso o emancipou de uma vez da condição de colônia e o constituiu nação independente de Portugal, que estava aliás sujeito à França" (18).

E já nesse ano de 1808 "arribaram ao Brasil 90 navios estrangeiros, em 1810 esse número atingiu a 122 e no primeiro ano do Reino Unido já aportavam 217 navios de outras bandeiras"

(15) Apud F. A. de Varnhagen, ob. cit., loc. cit., pág. 91.

(16) Conquanto nascido na Colônia do Sacramento, sua formação é inteiramente brasileira; formou-se pela Universidade de Coimbra.

(17) Tobias Monteiro, "A Elaboração da Independência", 1927, pág. 63.

(18) Visconde de Porto Seguro "Hist. Geral do Brasil", 5a. ed., págs. 89-90.

(19). Acrescente-se mais que “na época, de todos os produtos que Portugal exportava, cerca de 50% eram do Brasil. . .” (20).

Mais tarde, organizado o ministério, constituído de três Pastas — Guerra e Estrangeiros, Marinha e Ultramar e do Reino — e estruturada a administração pública, radical transformação se processaria no Brasil em todos os setores: nas finanças, na economia, na justiça, na cultura, no comércio, na indústria, no campo diplomático, enfim, em tudo que a sede de um Império deve comportar.

D. João lançara os fundamentos da Independência, chegando mesmo a colocar, politicamente, o Brasil em pé de igualdade à metrópole: elevara-o a Reino Unido. A presença da corte, diz Oliveira Lima, tinha dotado o Brasil da categoria de nação “e não se resignaria a voltar a ser uma dependência, menos ainda um mosaico de colônia” (21). À primazia brasileira, corresponde uma contrapartida negativa portuguesa: o depauperamento da antiga

metrópole. A abertura dos portos provocara, ao lado de outros fatores, a anemia econômica de Portugal.

A evolução natural dos acontecimentos levaria à quebra dos laços políticos. Era um desdobramento irreversível. Os filetes se adensavam para a formação do caudal.

Interpretando o momento histórico, diz o autor de “O Movimento da Independência”: — “A revolução portuguesa de 1820 foi pois a causa apenas próxima de uma separação que contava muitas causas remotas e obedecera ela própria a diversas razões das quais nenhuma contrariava, antes todas militavam a favor da solução radical, sem ser quase violenta, que o problema político da união veio a receber”(22).

Como causas do constitucionalismo português, alinha este autor as seguintes: a penúria do reino nos setores financeiro e econômico; aquela expressa no atraso dos vencimentos dos civis e no soldo dos militares; esta traduzida pelo fechamento das fábricas

(19) Boletim da Diretoria de Portos e Costas, número especial comemorativo do 164.º ano da abertura dos portos, no Sesquicentenário da Independência do Brasil, pág. 3.

(20) Idem, idem.

(21) Oliveira Lima, “O Movimento da Independência”, 2a. ed., pág. 23 e 35.

(22) Oliveira Lima, ob. cit., pág. 19.

e abandono da agricultura. Na ordem política, a dupla humilhação da tutela britânica e da primazia brasileira. Por fim, o contagiante exemplo da Espanha. (23)

As idéias pregadas pelos publicistas do sistema constitucional, cuja chave repousa na divisão de poderes, traziam novo fundamento à explicação da autoridade. As fagulhas incendiárias da Revolução Francesa continuavam ardendo. A legitimidade do poder do Monarca, fundada em doutrinas teocráticas, entrava em franco desprestígio, ao calor da soberania da nação, como fonte do poder. Contra o absolutismo régio, cuja lei suprema era a vontade do príncipe, contrapunha-se uma Lei Maior — a Constituição — que pairava acima do Governante.

Ao lado dessa limitação dos poderes do Soberano, perfilhava-se, como um desdobramento dessa limitação, a divisão dos poderes. Demais, como um freio à autoridade, surgia o liberalismo à sombra do Código chamado Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

“Sonhadores de liberdade, o Brasil os teve, como os de Minas em 1789 e os de Pernambuco

em 1817, uns e outros manifestando pronunciada tendência à organização” (24). Isso para não recordar outros anseios anteriores quer àquele ou a ambos os citados movimentos.

Fechada a essas idéias, ditas novas, a corte ao invés de ir ao encontro delas, para dialogar (como está em moda dizer) enquanto era tempo, e buscar minimizar as consequências, não alcançava o momento e olhava miopeamente. Enquanto isso, a revolução constitucional criava raízes em além-mar.

D. João, já o VI do seu nome, perdido “no dédalo das suas hesitações, buscava ele a solução mais consentânea com os interesses da monarquia dos seus maiores... e só fazia o que lhe convinha, e o que lhe convinha, na ocasião, era não fazer coisa alguma” (25).

Urge alguma providência. Os pareceres de Palmela eram desprezados pelos de Tomás Antônio Portugal, o que chegou a provocar o pedido de exoneração daquele ministro, que afirmara temer, pela demora da execução de medida proposta, fosse ineficaz, pelo avanço dos acontecimentos.

(23) Idem, *ibidem*, pág. 20.

(24) Id., *ib.*, pág. 34.

(25) Id., *ib.*, págs. 11 e 12.

Em conselho de Estado, decidiu-se iria o Príncipe D. Pedro a Lisboa em missão de consulta para auscultar e remediar segundo as leis vigentes, e propor os melhoramentos cabíveis na administração. Resolvia-se no Rio, como se gostaria que as coisas fossem. Todavia, da chamada decisão, nada se publicara.

Nesse ínterim, a revolução portuguesa encontra eco no Brasil, com as adesões do Pará e, depois, da Bahia, aquela em janeiro e esta em fevereiro (1821), em ambas sendo instituídas juntas de governo, obedientes às Cortes de Lisboa. Entra em polvorosa, no Rio, o governo de D. João. Após muita discussão, resolve-se publicar a 24 de fevereiro dois atos: um determinando a ida do Príncipe D. Pedro a Lisboa; outro convocando para se reunirem no Rio procuradores de Câmaras, à guisa de Juntas de Corte.

Foi geral a repulsa de tropa e povo. A idéia comum era de adesão às Cortes de Lisboa, impugnando-se uma assembléia legislativa local. O Largo do Rossio seria o Campo da Honra. Ali, a 26 de fevereiro, forças e povo fraternizavam: juramento da Constituição, por antecipação, tal qual viesse a ser promulgada pelas Cortes de Lisboa, e substituição de altos mandatários de car-

gos públicos por patriotas avisados.

Pela voz dos oradores populares, ou mesmo agitadores, padres Marcelino Macamboa e Francisco Romão de Gois e pelo moço Luís Duprat — todos portugueses, as reivindicações foram inflamadas e, pelo primeiro, expostas, sob ovação, a D. Pedro, que acorrera ao Rossio, onde pretendeu explicar os dois decretos malsinados.

Não havia mais como tergi- versar. E D. Pedro mesmo teria, de retorno a São Cristóvão, ditado ao rei o decreto, conforme os anseios de povo e tropa, que no Real Teatro São João, presentes os novos ministros nomeados, bispo, Senado da Câmara e outras personalidades, lê, proclamando o sistema constitucional com a anu- ência régia e, em nome do rei, jura uma constituição que não existia, mas tal qual viesse a ser elaborada pelas Cortes. E mais: el-rei accedera também à demis- são pleiteada e nomeara as pessoas indicadas pela confiança do povo para elevadas funções públicas.

Estava assim desmoronado o absolutismo e edificada a soberania da nação, como fonte do poder de mando, que as vicissitudes futuras seriam tão somente flutuações naturais à acomodação das grandes idéias. E. D. João, apesar de impressionado com o conselho

de Palmela, de que “melhor é dar espontaneamente do que por contrato” (26), dera por contrato.

Quanto a D. Pedro, tivera sua estréia na vida pública nesse 26 de fevereiro e “ganhava a certeza de que no Brasil tinha um grande papel a desempenhar” (27).

Acalmados os ânimos no Rio, agora se teria que atender aos reclamos de Lisboa, onde se cogitava da volta da família real. Correntes de opinião se formam: uns pretendendo a permanência do Príncipe e o regresso do rei; outros, a ida daquele, permanecendo este; e, ainda, outros, que desejam o regresso de toda a família real.

No resguardo da própria monarquia, resolve D. João, em março, voltar com a corte para o berço original, deixando como Regente o Príncipe. Como era de seu temperamento, suas resoluções não têm a segurança dos propósitos definidos. Não marca data para o regresso. Mas os acontecimentos não esperam pelos indecisos e seguem o seu curso natural ou transbordam, como os caudais

os seus leitos, quando estrangulados.

Fora decretada, também em março, a eleição dos representantes das capitânias às Cortes, segundo o modelo espanhol. Em abril, reúnem-se no Rio, os eleitores paroquiais, em assembléia. Excede-se esta em seus fins, desanda mesmo em manifesta demagogia e, sob ameaça dos agitadores, juram os eleitores a constituição espanhola de 1812 e mandam uma deputação ao rei para adotá-la, o que é atendido na madrugada de 21 de abril, “para ficar valendo interinamente” (28) até que fosse elaborada e promulgada a das Cortes de Lisboa. Pressiona-se o desembarque dos cofres do erário que, constava, a bordo para seguir com a corte para Lisboa. Trata-se, até, de organizar um governo provisório.

“A 26 de fevereiro D. João VI jurara a Constituição que iam fazer as Cortes de Lisboa; mandava agora (em abril) observar a Constituição espanhola; aceitaria a chinesa, se houvesse, e lha reclamassem. O cata-vento girava

(26) Apud “O Movimento da Independência” de O. Lima, 2a. ed., pág. 47.

(27) O. Tarquínio de Sousa “A Vida de D. Pedro I”, Tomo I, 1957, pág. 210.

(28) O. Tarquínio de Sousa, ob. cit., pág. 245.

conforme a repelão que o movia”, observa Tarquínio de Sousa (29).

Assim, o decreto que adotava provisoriamente a Constituição espanhola teria vida de horas, pois baixado a 21 de abril, estava revogado a 22. Soprava outro vento: fora dissolvida a assembléia de eleitores paroquiais que se tornara, submissa a agitadores, insolente.

Com esse ato, “agora estava para a corte tudo acabado no Brasil”, dissera com acerto Rocha Pombo (30). E quatro dias depois ausentando-se o rei, deixara como regente a D. Pedro, herdeiro do trono. Começava agora nova fase no processo da independência, para cujo entendimento cabal, mister se faz o conhecimento da correspondência do Príncipe a D. João, no período de 8 de junho de 1821 a 22 de setembro de 1822, constante de 31 cartas, bem como das proclamações, decretos, representações e depoimentos firmados, baixados ou tomados no Brasil (31).

Pelas missivas, relata D. Pedro a caminhada, e por onde observamos como as Cortes portuguesas, a *contrario sensu*, condu-

ziram ou precipitaram os acontecimentos à rutura dos laços políticos. Nesta altura convém recordar, frisando, que o Príncipe Regente era o sucessor do Reino Unido, cujo comprometimento com a causa brasileira teria que ser trabalhada com bastante acuidade, ao sabor dos acontecimentos e, inclusive, do temperamento estouvado de D. Pedro.

Convém ainda referir que, inicialmente, a reação dos brasileiros e dos que fizeram o nosso jogo, diante da falta de tato das Cortes Constitucionais, foi no sentido de preservar a autonomia do Reino do Brasil. Só mais tarde é que, face à política hostil das Cortes de Lisboa, luta-se pela separação.

Fatos históricos esses, narrados por quem ora deles participava, ora sentia seus efeitos e suas emoções, à luz de cujos relatos passamos a referir-nos aos mais importantes, em resumo.

As Bases da Constituição, decretadas pelas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, a 9 de março de 1821, estabeleciam, no item 21: — “Esta lei fundamental

(29) Idem, *ibidem*, pág. 246.

(30) Rocha Pombo “História do Brasil”, 1962, pág. 371.

(31) Publicados por Assis Cintra “D. Pedro I e o Grito da Independência”, 1921

obrigará por ora somente aos Portugueses residentes nos Reinos de Portugal e Algarves, que estão legalmente representadas nas presentes Cortes. Quanto aos que residem nas outras três partes do mundo, ela se lhes tornará comum logo que pelos seus legítimos Representantes declarem ser esta a sua vontade.” (32)

Mas a Divisão Auxiliadora no Rio, sob o comando de Jorge Avilez Zuzarte Tavares, faria o Príncipe jurá-las, para o que este exigiu antes a audiência dos eleitores de deputados da província fluminense, por terem a confiança pública, conforme conta em carta de 8 de junho.

Escrevendo ao pai a 17 do mesmo mês, após um balanço da situação aflitiva do erário, pede “providências tão necessárias a este reino de que fiquei regente, e hoje sou capitão general, porque governo só a província; e assim assento. . . para que V. M. se não degrade a si, tendo o seu herdeiro como governador de uma província só.”

A 21 de setembro, pede “por tudo quanto há de mais sagrado, me queira dispensar deste Emprego”, como chama à Regência, pa-

ra a 4 de outubro protestar fidelidade ao rei e a Portugal, em termos que por sua importância transcrevemos: “A independência tem-se querido cobrir comigo e com a tropa; com nenhum conseguiu, nem conseguirá; porque a minha honra e a dela é maior que todo o Brasil; queriam, e dizem que me querem aclamar Imperador; protesto a V. M. que nunca serei perjuro, e que nunca lhe serei falso; e que eles farão essa loucura, mas será depois de eu e de todos os portugueses estarmos feitos em postas, é o que juro a V. M., escrevendo nesta como o meu sangue estas seguintes palavras: — JURO SER SEMPRE FIEL A V. M., À NAÇÃO E À CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA”. Por onde se verifica o Príncipe ainda divorciado da causa brasileira.

Mas, em novembro, a 9, vamos ter o primeiro sinal de modificação no ânimo de D. Pedro ao dizer que o Brasil foi colônia, mas hoje reclama justa reciprocidade, “como muito me fez observar Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, numa audiência que hoje lhe dei”. Vê-se já a influência andradina.

(32) Assis Cintra “D. Pedro I e o Grito da Independência”, cit., pág. 139. Doravante, omite-se a fonte porque os termos de todas as missivas reportadas foram extraídos desse trabalho.

Respondendo mais tarde, a 10 de dezembro, a D. João, comunica as providências tomadas para convocação de eleitores paroquiais a fim de elegerem a junta, que deveria substituí-lo no governo e acrescenta que logo seja eleita daria “pronta execução ao decreto que me manda partir quanto antes”, pois “desde esse dia não quero influir mais nada no Brasil.”

Em correspondências ainda de dezembro, datadas de 14, 15 e 30, científica ao pai da repercussão na opinião pública da ordem das Cortes para retornar a Portugal, ainda manifestando propósito de obedecer e referindo-se a representações contra seu regresso, para a 2 de janeiro de 1822, dizer que faria todas as diligências para cumprir os decretos das Cortes, “o que me parece impossível, porque a opinião é toda contra por toda parte.”

Sente-se, naquelas, sintoma; e percebe-se nesta missiva, que o Príncipe mudara de ânimo, admitindo a possibilidade de descumprir a ordem para regressar. E é o que relata ao pai dias depois, a 9 de janeiro, dando as razões do “Fico”, acontecimento

“que marcou o ponto capital do processo da separação do Brasil, como ressalta Hélio Viana (33).

A decisão de ficar foi tomada após hesitações naturais e não, de imediato, ao discurso de José Clemente Pereira, como se divulgou. Aceitou, entretanto, a justificação que se tornou oficial: “Como é para o bem de todos, e felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao povo que fico”, conforme afirma na dita carta de 9 de janeiro que assim respondera à fala do Presidente do Senado da Câmara.

As consequências imediatas foram a reação da Divisão Auxiliadora, a volta antecipada desta a Portugal e a entrada de José Bonifácio de Andrada e Silva no ministério, tornando-se “desde então, a principal figura do governo, exercendo decisiva influência sobre D. Pedro e agindo de modo a tornar-se digno, com inteira justiça, do título de Patriarca da Independência” (34).

Merecem não esquecer, pela marcante atuação, a maçonaria, o Clube da Resistência e a imprensa, “cujo desenvolvimento como fator político data, entre

(33) Hélio Viana, em comentário à “História da Independência do Brasil” de F. A. de Varchagen, 3a. edição, pág. 71, nota 16.

(34) Hélio Viana “História do Brasil”, II Vol., 1962, pág. 56.

nós, desse ano de 1821" (35), não apenas na desobediência às Cortes Constitucionais, mas no movimento da independência. Salientem-se, ainda, os grupos de patriotas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas, para citar apenas essas províncias, pelo impossibilidade de mencionar todos os nomes numa palestra.

Atente-se para o fato de D. Pedro continuar, depois do "Fico", falando em "união de ambos os hemisférios", "em Monarquia Luso-Brasílica", referindo-se deferentemente "ao soberano Congresso", por todo o mês de janeiro e até meados de fevereiro, havendo, a 16 deste, comunicado ter anuído à criação do "Conselho de Estado", isto é, alude ao Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil, "visto ser de utilidade pública". Era mais um passo à causa nacional.

A partir de março, em carta de 14, começa a censurar as Cortes, às quais chama de facciosas, "que tanto têm, segundo parece, buscado aterrar o Brasil, arrasar Portugal, e entregar a Nação à providência..." Comenta o retorno das forças que vinham substituir a Divisão Auxiliadora, sem que desembarcassem, senão "ime-

diatamente o Brasil se desunia de Portugal, e a independência me faria aparecer bem contra minha vontade por ver a separação", dizia D. Pedro. E, ainda, fala da ingratidão de Portugal ao Brasil "de quem tem tirado as riquezas que tem" e após censurar as Cortes e desejar saúde e vida ao pai, que "tão preciosa é para nós brasileiros...", ajunta o Príncipe.

A tônica agora na correspondência do Príncipe é a união Brasil-Portugal, dizer-se brasileiro, por onde se verifica sua afinidade aos interesses do Brasil. Contudo permanece na tese: "sem igualdade de direito, em tudo e por tudo não há união", como fala em missiva de 21 de maio. Nesta carta felicita D. João pelo seu aniversário, ocorrido a 13, data em que recebeu o título de Defensor Perpétuo do Brasil, pelo que reputa esse dia assinalando "duas épocas memoráveis". Faz sentir, também, a necessidade de o Brasil ter suas próprias Cortes, porque "as leis feitas tão longe de nós por homens que não são brasileiros, e que não conhecem as necessidades do Brasil não poderão ser boas".

E a 3 desse mesmo junho, numa justificação gongórica, con-

(35) Idem, *ibidem*, pág. 53.

voca uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, composta de Deputados das províncias do Brasil “para manutenção da integridade da monarquia portuguesa e justo decoro do Brasil. . . e manter uma justa igualdade de direitos entre ele (o reino do Brasil) e o de Portugal. . .”

Foi, ainda, a 19 desse mês que frisa, em resposta a duas cartas de D. João, o conselho recebido deste, em uma delas: “Guiate pelas circunstâncias com prudência e cautela”. E aproveita o ensejo: — “Circunstâncias políticas do Brasil fizeram que eu tomasse as medidas que já participei a Vossa Magestade. . .”

Nessa mesma carta recorda a previsão do pai: “Eu ainda me lembro, e me lembrarei sempre do que Vossa Magestade me disse, antes de partir dois dias, no seu quarto (Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há de respeitar do que para algum desses aventureiros).”

Afirma também que os Estados necessitados é que se unem aos independentes, daí porque Portugal deve procurar a união com o Brasil, e não este com aquele. “Uma vez que o Brasil todo está persuadido desta verdade eterna, a separação do Brasil é inevitável, a Portugal não

buscar todos os meios de se conciliar com ele por todas as formas.”

Volta a falar sobre a conjuntura, em carta de 26 de julho, em que vê “as coisas de tal modo (falando claro) que ter relações com Vossa Magestade, só familiares, porque assim é o espirito público no Brasil, não para deixarmos de sermos súditos de Vossa Magestade. . . mas porque. . . é um impossível físico e moral Portugal governar o Brasil. . .” E acrescenta que não é rebelde, “são as circunstâncias”.

Em agosto D. Pedro assina duas proclamações: uma Aos Povos do Reino do Brasil, datada do dia 1.º e outra, Às Nações Amigas, de 6 de agosto. Naquela, demagogicamente começa: — “Brasileiros! Está acabado o tempo de enganar os homens.” E após tecer considerações sobre a crise política, faz uma exposição sobre as hostilidades das Cortes, para pedir ainda altissonantemente: — “Não se ouça pois entre vós outro grito, que não seja União. Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco, que não seja independência. Formem todas as nossas províncias o feixe misterioso, que nenhuma força pode quebrar. Desapareçam de uma vez antigas preocupações, substituindo o amor

do bem geral ao de qualquer província ou de qualquer cidade.” (36).

No Manifesto às Nações, declara D. Pedro que desejando conservar as relações políticas e comerciais com os governos e nações amigas, cumpre-lhe expor “a série dos fatos e motivos, que Me têm obrigado a anuir à vontade geral do Brasil, que proclama à face do Universo a sua Independência Política; e quer, como Reino-Irmão, e como Nação grande e poderosa conservar ilesos e firmes seus imprescritíveis direitos, contra os quais Portugal sempre atendeu. . .” E acrescenta mais adiante: — “Mas Protesto ao mesmo tempo perante Deus, e à face de todas as Nações amigas e aliadas que não desejo cortar os laços de união e fraternidade, que devem fazer toda a Nação Portuguesa um só Todo Político bem organizado”.

O Príncipe, como herdeiro dos dois Reinos, fala em independência, mas sob a mesma coroa. Esse seu propósito somente vai desmanchar-se em setembro. Com efeito, indo a S. Paulo para dirimir desentendimento naquela província, ao retornar de Santos, toma conhecimento, ainda em caminho, do conteúdo da correspondência

que lhe levaram Paulo Bregaro e Antônio Ramos Cordeiro, constante de cartas de D. Leopoldina, dos Ministros de Estado e, possivelmente, de José Bonifácio e despachos de Lisboa.

Conforme depoimento do Padre Belchior Oliveira, após a leitura, D. Pedro pedira sua opinião, que fora: “Se V. Alteza não se faz Rei do Brasil será prisioneiro das Cortes e talvez deserddo por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação.” Em reflexão, andou silencioso, estaca, define-se: Nenhum laço nos une mais. Independência ou morte é a divisa, proclama às margens do histórico regato do Ipiranga.

Em carta violenta, datada de 22 de setembro, que bem reflete seu estado de espírito, D. Pedro agride as Cortes portuguesas e faz-lhes um desafio: mandem tropa aguerrida “que lhe faremos ver qual é o valor brasileiro”. E numa tirada irônica e de zombaria, conclui: “Peço a Vossa Magestade que mande apresentar esta às cortes. . . para que tenham com que se divirtam, e gastem ainda um par de moedas a esse tísico tesouro.”

Era a separação definitiva. Depois viriam os atos complemen-

(36) Assis Cintra, ob. cit., pág. 103

tares — aclamação e coroação — e os efeitos de acomodação à nova situação política. O Brasil entrara para a comunhão das Nações. Era uma ilha monárquica num oceano republicano, como dissera Luís da Câmara Cascudo (37).

E agora, Senhoras e Senhores, transcorridos 150 anos do Grito da Independência, ao calor de uma amizade centenária, unidos pela mesma língua e pela mesma religião cristã, comungamos, brasileiros e portugueses, nas celebrações desta efeméride, como irmãos da Comunidade Luso-Brasileira.

E é como intérprete desses sentimentos comuns, que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Portuguesa, accedendo ao apelo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Brasileira, atravessa o Atlântico, com sua propecta idade, escoltando os despojos do Fundador do Império, para em pessoa, fazer a entrega, em comovente solenidade, daquelas relíquias ao Brasil, para sempre confiando-as à custódia do civismo e da honra nacionais.

Por estas razões sagradas, como brasileiro, como cidadão da Comunidade Luso-Brasileira e

como Professor Fundador da História Pátria na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, neste momento em que se abre, com esta conferência, para honra nossa, o Seminário — Processo da Independência do Brasil — em seu Sesquicentenário, promovido pelo Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas, sinto-me conduzido a encerrá-la com uma exaltação às duas Pátrias Irmãs.

“Portugal é uma pátria esplêndida, porque é a mãe divina do Condestável, a mãe do Infante-descobridor e do Infante-mártir, de Nuno Gonçalves e de Fernão Lopes, de Bartolomeu Dias e de D. João II, de Gama e de Camões, de S. Francisco Xavier e de Álvares Cabral, de D. João de Castro e de Albuquerque, de Fernão de Magalhães e de Gil Vicente, de Soror Mariana e de Bernardim Ribeiro, de Miguel d’Almada e de Pombal, de Fernandes Tomás e de Mousinho.

E, acima de tudo, ela é a mãe do Povo português, do povo de Aljubarrota, das Descobertas, de Montes Claros, do Bussaco, da Terceira, criador imortal de heróis anônimos, e de santos ple-

(37) L. da C. Cascudo, “Aspectos Sociológicos da Independência na Agroindústria Canavieira”, conferência pronunciada a 18.8.1972, na Fundação José Augusto, Natal. Brasil.

beus e pobrezinhos, que guardam os anjos; do povo cândido e cristão, amoroso, meigo, melancólico, impregnado de Deus e de natureza, e tão abismado em sonhos e saudades, que, deixando gemer a alma numa fruta, é o maior lírico do mundo, o maior poeta de Portugal.

Eis aí o povo que fez as terras de Santa Cruz, a PÁTRIA irmã" (38).

BRASIL dos pioneiros das bandeiras criadoras de cidades, que rasgaram nossas fronteiras; Brasil dos Emboabas e Mascates; do índio Poti, do negro Henrique Dias e do mulato Vidal de Negreiros; Brasil de Tiradentes e dos heróis que sonharam, como o Padre Miguelinho e André de Albuquerque "antecipar a hora de nossa Independência"; Brasil do Patriarca José Bonifácio e dos Fundadores da Nacionalidade; dos estadistas Bernardo Pereira de Vasconcelos, de Evaristo da Veiga, de Diogo Feijó, do Visconde de Barbacena; Brasil dos rasgos condoreiros do poeta que sentia em si o borbulhar do gênio; de

Rio Branco, o guardião das nossas fronteiras; das cintilações de Rui Barbosa; Brasil do Pacificador, de Marcílio Dias, de Tamandaré e de Santos Dumont; de Riachuelo, de Tuiuti, de Monte Casino e de Pistoia; Brasil dos instituidores da República e dos homens da atual geração, que afastaram do abismo a Pátria e fizeram reintegrá-la nas suas convicções cristãs e nortearam a Terra de Santa Cruz para a destinação histórica que a Providência lhe reserva; Brasil de "paz no futuro e glória no passado"; do "auri-verde pendão da esperança que a brisa do Brasil beija e balança"; das valorosas gerações passadas e passantes, Brasil de hoje, nós confiamos no teu amanhã, ó "florão da América, iluminado ao sol do Novo Mundo"!

BRASIL — PORTUGAL: — "Amando-nos através das ondas, vencemos o espaço. Amando-nos através da história, vencemos o tempo que já foi. E, com a imortalidade do nosso amor, venceremos a morte, no porvir." (39)

(38) História da Colonização Portuguesa do Brasil, artigo-introito "À Nação Brasileira, no Primeiro Centenário da Independência", vol. I, Porto, 1921.

(39) Idem, ibidem.

A Proclamação
da Independência
do Brasil

ALBERTO PINHEIRO DE MEDEIROS

I — INTRODUÇÃO

Qual a verdadeira Proclamação da Independência do Brasil?

Com esse pensamento, iniciamos uma pequena pesquisa com a finalidade de descobrir a verdadeira declaração da independência brasileira. Teríamos, inicialmente, que procurar definir, segundo nossas idéias, o que seria uma declaração de independência.

Após um estudo sobre o problema, chegamos à conclusão de que o documento haveria de ser oficial, redigido por revolucionários vitoriosos e afirmasse, de maneira clara e evidente, a separação definitiva, entre a metrópole e a colônia.

A partir desta data, a colônia ganharia sua liberdade, a não ser que, pelas circunstâncias, fosse impossível assegurá-la pela força das armas. O movimento, então, passaria a ser classificado como precursor e o manifesto, elaborado pelos rebeldes, teria um valor, apenas, cronológico. A Ve-

nezuela, terra de Miranda e Bolívar, passou, infelizmente, por este estágio.

Necessitamos, igualmente, de determinar as condições que fazem um país independente. Um estado, autônomo e soberano deve possuir, naturalmente, um poder executivo e um poder legislativo que sejam próprios. Completa autonomia nos aspectos político, econômico e social. Podemos, agora, iniciar o nosso trabalho.

II — A SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA DO SETE DE SETEMBRO DE 1822

Cento e cinquenta anos de sofrimentos, de lutas, de glórias e de independência. A melhor maneira de se comemorar este fato é, inevitavelmente, relembrar a data em que, galhardamente, conquistamos a nossa autonomia. Foi um sonho que se realizou, para muitos, no dia sete de setembro de 1822. Entre às dezesseis e dezesseis horas e trinta minutos. Às margens do pequeno, insignificante, porém, imortal Riacho do Ipiranga. Em São Paulo. Ninguém esqueceu aquele grito que haveria de ecoar nos corações de sucessivas gerações: "Independência ou morte". Palavras pronunciadas por um jovem lusitano. Português, sim, mas que, naquela altura,

pensava e agia como se fosse brasileiro. Era o próprio retrato da alma, do ideal e do sentimento nativista. O Brasil gritava, altivo, para o mundo, sua revolta contra a opressão lusitana. Era um juramento. Assumido, também, por brasileiros de uma geração e, certamente, por todo brasileiro que haveria de nascer sob este céu do Cruzeiro do Sul. Realmente, o quadro impressionava. Incendia-va a alma de um povo que, há muito, sonhava com a liberdade. Mais do que isto: marca a hora em que os brasileiros se decidiram em lutar para assegurar a sua soberania. Não podemos, entretanto, dizer que foi o dia da independência do nosso país. Infelizmente, poucos sabem disso. Sim. Em setembro de 1822, o Brasil já se encontrava liberto. Para tornar o tema mais completo ainda, as narrações sobre o sete de setembro de 1822 são, na realidade, contraditórias. É muito fácil, aliás, provar.

O Barão de PINDAMONHAGABA, testemunha ocular do acontecimento, assim narrou os fatos:

“Vendo-o voltar-se para o nosso lado (D. Pedro), saímos ao seu encontro. Diante da Guarda, que descrevia um semicírculo, estacou seu animal e, de espada desembainhada, bradou:

“Amigos! Estão para sempre quebrados os laços que nos ligavam ao governo português! E nos topes que nos indicam como súditos daquela nação convido-vos a fazerdes assim. E, arrancando do chapéu que ali trazia a fita azul e branca, a arrojou ao chão, sendo nisso acompanhado por toda a Guarda que, tirando dos braços o mesmo distintivo, lhe deu igual destino.

E viva o Brasil livre e independente! — gritou D. Pedro. Ao que, desembainhando também nossas espadas, respondemos:

Viva o Brasil livre e independente !

Viva D. Pedro, seu defensor perpétuo! E bradou ainda o Príncipe:

Será nossa divisa de ora em diante — INDEPENDÊNCIA OU MORTE: Por nossa parte e com o mais vivo entusiasmo, repetimos: “INDEPENDÊNCIA OU MORTE!” (Transcrito da História do Brasil, Veiga Cabral, 13a. edição, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1954).

São palavras de uma testemunha. Sentimos, em suas palavras, a emoção de ter testemunhado algo de extraordinário. Um acontecimento que ficaria gravado, para sempre, nas páginas imortais da História. D. Pedro, com sua atitude, máscula e viril, bela

e humana, assegurava, brilhantemente, sua condição de ídolo nacional.

Vamos apresentar, agora, o relato de Rocha Pombo para servir de comparação com as palavras do Barão de PINDAMONHAGABA.

“Seriam quatro a quatro e meia horas da tarde do bellissimo sábado 7 de setembro, quando, a meia légua do Ipiranga, Bregaro e Cordeiro se encontraram com o Príncipe, a quem fizeram entrega da correspondência. Montava S;A;R. um cavalo zaino, e vestia pequeno uniforme-farda azul, botas de verniz justas e altas, chapéu armado com o tope azul e branco. Lê o Príncipe alí mesmo os despachos (Além de outros papeis, cartas da Princesa e de José Bonifácio). Sente-se que êle experimenta súbita e estranha emoção. Depois, calmamente, como quem medita em angústia, entrega as cartas ao seu ajudante de ordens, major Canto e Melo, e diz a meia voz, como si quisesse reprimir a forte agitação:

“Tanto sacrifício feito por mim, e pelo Brasil inteiro... e não cessam de cavar a nossa ruína!...”

e num largo movimento de alma: “é preciso acabar com isto!...” Arranca da espada e grita: “In-

dependência ou morte” — como se gritasse para o Brasil inteiro.

“Esporeia o animal, e a grande galope avança para o lugar em que o séquito se achava. A sentinela brada às armas; forma a guarda precipitadamente; faz as continências, e ninguém pode dissimular o espanto que causa a atitude do Príncipe e dos que o seguem — todos de espadas desembainhadas e anunciando, nas alteradas feições e no fulgor dos olhares, a gravidade do que se estava passando. E para tôda aquela gente, que tem nele os olhos em pasmo, exclama D. Pedro: “Camaradas! [Na narração do barão, não há essa palavra] as Côrtes de Lisboa querem mesmo escravizar o Brasil; cumpre, portanto, declarar já a sua independência: estamos definitivamente separados de Portugal: [Na narração do Barão, o palavreado é bem menor, ou seja, “Viva o Brasil livre e independente”] “Independência ou morte!” Êste grito, como num acesso de delírio, é por todos muitas vêzes repetido, e reboia naquelas tranqüilas paragens, desde então sagradas por aquela voz. Em seguida ordena o Príncipe: Laços fora! E arranca do chapéu o tope português, que arroja ao chão, sendo por todos imitado com indizíveis transportes de alegria.” (História do Brasil,

Rocha Pombo, W. M. Jackson Inc. Editores, S. Paulo).

O mesmo sucesso descrito, entretanto, de maneira totalmente diferente. Não desejaríamos, certamente, que fossem utilizadas as mesmas palavras. A diferença, contudo, é muito grande.

Qual dos dois, teria se equivocado? Ambos?

Gostaríamos, sinceramente, que tal não tivesse acontecido. Nenhuma dúvida sobre o sete de setembro de 1822. Esta data tão querida do povo brasileiro. Mas, infelizmente, a verdade é outra. Merece, ao nosso ver, mais atenção dos historiadores. Para estabelecer, com rigor científico, a verdade. A História, realmente, não deve ser escrita com sentimentalismo ou com imaginação mas, ao contrário, obedecendo aos princípios que possam apresentar, para as futuras gerações, a realidade.

Qual, então, a verdadeira significação histórica do sete de setembro de 1822?

Em primeiro lugar surge como um símbolo de nossa libertação. E, depois, aparece como uma declaração de guerra entre Brasil e Portugal. A partir daquele instante a sorte estava lançada. Venceria o melhor. O Brasil triunfou. Sem ser a data da nossa emancipação política, o sete de setem-

bro continua, portanto, importante na historiografia nacional. É o instante que marca o fim das indecisões do príncipe. Antes, as atitudes do Regente caracterizavam-se pela ambiguidade. Fruto, como explicaremos depois, de uma luta travada em seu íntimo.

Finalmente, qual seria a verdadeira data da independência do Brasil?

III — UMA PEQUENA ANÁLISE DO DIA DO “FICO”

Qual a causa do “Fico”?

O que aconteceu, de importante, no dia do “Fico”?

Sabemos que os acontecimentos relacionados a essa data são por demais conhecidos. Vamos, assim, recordar alguns fatos para poder fundamentar, com base, nossa opinião.

A causa foi, não há negar, a exigência das Cortes Portuguesas para que o Príncipe voltasse para Portugal. A intimação lusitana foi feita através do Decreto de 1.º de outubro de 1821 e referendado por José da Silva Carvalho:

“1.º) Que o príncipe real regressasse quanto antes para Portugal;

2.º) Que, apenas regressasse, passaria a viajar incógnito às Cortes e reinos

de Espanha, França e Inglaterra, sendo acompanhado por pessoas dotadas de luzes, virtudes e adesão ao sistema constitucional, que para êsse fim S. M. houver por bem de nomear”

(História da Independência do Brasil, Varnhagen, 3.º edição, Edições Melhoramentos, São Paulo, 1957)

Este decreto, sozinho, seria suficiente para provocar, no Brasil, um clima de revolta. Era a prova, clara e evidente, das intenções das Cortes em recolonizar o Brasil. Outras medidas, entretanto, haveriam de surgir, sempre, no mesmo sentido: recolonização. Havia, portanto, chegado o momento da decisão: recolonização ou independência!

Um grupo de brasileiros teve a brilhante idéia de sondar o Regente sobre sua permanência no Brasil. Êxito. Apesar, senhores, da lógica indecisão do príncipe. Sim. D. Pedro hesitava em permanecer e trair, assim, as aspirações de sua pátria e partir, abandonando a causa de seus amigos brasileiros. Devemos salientar que um chefe de Estado é, sobretudo, uma criatura humana e, como tal, possui inteligência, alma, consciência, carne, sangue e sentimento.

As suas atitudes devem ser estudadas, também, sob o ângulo humano.

D. Pedro, naturalmente, ignorava a filosofia de D. Francisco Xavier Mina que, sendo espanhol, lutou pela emancipação do México: “a pátria não está circunscrita ao lugar onde nascemos, seria mais propriamente aquêla que ampara nossos direitos individuais”.

(História das Américas, Ricardo Levene, W. M. Jackson, Inc., São Paulo)

Na correspondência que mantia com seu pai, nada escondia. Estava sendo, portanto, fiel a seu genitor e, igualmente, a nação lusitana. A angústia que o príncipe viveu foi, inegavelmente, dos maiores: “Peço a V. M., por tudo quanto há mais sagrado, me queira dispensar dêste emprego, que seguramente me matará; pelos contínuos e horrorosos painés que tenho, uns já à vista, e outros, muitos peores, para o futuro, os quais eu tenho sempre diante dos olhos. . . Perdoará o meu modo de escrever; mas é a verdade que o faz, não sou eu”. (Carta de 21 — sete — 1821)

Por que toda esta aflição?

O motivo é, para nós, muito simples: D. Pedro almejava permanecer no Brasil. Caso contrário, quem haveria de impedi-lo

de partir? Ameaças de uma guerra civil? Nada, absolutamente, nada disso. Os líderes do movimento nacionalista eram conhecidos. Uma ação rápida e os patriotas seriam, facilmente, vencidos. D. Pedro, entretanto, não tomou a menor atitude para prender os subversivos. Por quê? O seu coração, certamente, pendia para a causa brasileira. . .

Os juramentos feitos a seu pai, de fidelidade ao seu país, não são válidos para contestar a nossa opinião. Nem sempre tudo que se diz, ou se escreve, sobretudo quando se exerce as funções de chefia, líder de uma nação, é, na realidade, o pensamento íntimo, real, verdadeiro. Servir a Portugal, era um dever de consciência. Trabalhar pelo Brasil, uma questão de amor. Ninguém obrigava a D. Pedro defender as aspirações brasileiras. Como representante do governo lusitano, tinha o dever de pugnar, de batalhar pelo Estado Português.

Sentindo a indecisão do Príncipe, prenúncio de adesão, resolveram os patriotas insistir na solicitação de sua permanência no Brasil. O plano, então, foi traçado. Francisco Maria Cordilho Veloso de Barbuda, encarregado de sondar pessoalmente o príncipe, traz, praticamente, a certeza do "fico". . . O entusiasmo, agora,

crece. A ousadia também. Iriam pedir, oficialmente, que desobedecesse ao governo português. . .

Rio de Janeiro, São Paulo e Minas solicitaram, através de abaixo-assinado, que continuasse sua estadia no Brasil. João Evangelista de São Labato e Pedro Dias Leme partiram para São Paulo e Paulo Barbosa da Silva foi designado para as Minas Gerais. Missão: conseguir o apoio popular das respectivas populações. O êxito foi completo. Sucesso idêntico ocorreria no Rio de Janeiro. Fosse enviado novos emissários para outras províncias e, certamente, o resultado seria semelhante. Havia, entretanto, urgência. . .

No dia 9 de janeiro de 1822 D. Pedro recebia, aproximadamente, ao meio dia, em audiência, uma representação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro. A petição foi elaborada por Frei Francisco de Sampaio e lida por José Clemente Pereira, Presidente da Câmara. Vamos, apenas, transcrever as últimas palavras do documento: "O navio que reconduzir o Príncipe Real aparecerá, no Tejo, com o pavilhão da independência do Brasil". Não se tratava, portanto, de um pedido para que o Regente ficasse no Brasil. Não. Tratava-se de uma ameaça, muito clara e nítida: ou D. Pedro ficava ou, então, o Brasil

proclamava a separação, definitiva, de Portugal. Qual a reação do representante da monarquia portuguesa? Prisão, imediata, dos "insolentes"? Deu, apenas, uma resposta, atendendo, inclusive, a reivindicação dos insurretos. Existem, aliás, duas respostas:

- a) "Convencido de que a presença da minha pessoa no Brasil interessa ao bem de tôda a nação portugueza e conhecendo que a vontade de algumas províncias assim requer, demorarei a minha saída até que as côrtes e meu augusto pai e senhor deliberem a êste respeito com inteiro conhecimento das circunstâncias que tem ocorrido... (História do Brasil, Veiga Cabral, 13.^a edição, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1954)

Há quem afirme que sentindo que não havia agradado, D. Pedro teria afirmado:

- b) "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico."

Helio Vianna diz, inclusive, que D. Pedro jamais pronunciou a frase que iria immortalizar o dia 9 de janeiro de 1822... Agora, perguntamos: o Brasil estava in-

dependente? Não. D. Pedro permanecendo, o Brasil continuava dependente de Portugal. A situação política não sofreu nenhuma modificação. Como dizer, então, que o Brasil estava liberto?

IV MANIFESTO ÀS NAÇÕES AMIGAS

4 de agosto de 1822: Manifesto às Nações Amigas. Para os autores da História do Povo Brasileiro (Jânio Quadros e Afonso Arinos, J. Quadros Editôres Culturais S. A., 1967, S. Paulo) esse documento é, na realidade, a verdadeira declaração de independência do Brasil. Foi redigido por José Bonifácio e "proclama à face do universo a sua independência política". Apresenta, também, críticas à colonização lusitana e chega, inclusive, a protestar contra a ação da diplomacia portuguesa, cedendo "uma parte do Pará a França", etc.

O objetivo desse documento, ao nosso ver, não é a separação política do Brasil de Portugal e sim a igualdade entre ambos os "reinos". As críticas foram feitas para demonstrar, de maneira clara, que o nosso país não aceitava a "recolonização" e haveria de agir como uma nação independente sim, mas unido a Portugal ou seja, em outras palavras, Bra-

sil e Portugal formavam uma mesma comunidade, com direitos idênticos, sem predominância de uma das partes. Esta filosofia de pensamento, explicaria, certamente, certas contradições, como, por exemplo, a afirmação de que “não deseja cortar os laços de união e fraternidade, que devem fazer de tóda a nação portuguesa um só todo bem organizado”. E como demonstramos, em outro artigo, (Estudo comparativo sobre a independência dos Estados Unidos e a Emancipação do Brasil, ICH revista, Instituto de Ciências Humanas da UFRN, Natal) o Príncipe declara que “o Brasil continuava integrando o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”.

Será que o Brasil não teve uma proclamação de independência?

V DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Para nós, o Brasil teve, também, sua Declaração de Independência. Foi uma circular, redigida por José Bonifácio, às Nações Amigas. Data: 14 de agosto de 1822. A referida circular chega, inclusive, a dizer o seguinte: “Tendo o Brasil que se considera tão livre como o Reino de Portu-

gal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com o que o Reino irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar solenemente a sua independência”. Esse o texto. Vamos, rapidamente, para uma análise: o Brasil tendo sacudido o “jugo da sujeição” é porque estava livre da dominação lusitana. A parte capital, entretanto, do texto talvez seja esta: “O Brasil não reconhece mais o Congresso de Lisboa, nem as ordens do seu executivo”. Ninguém ignora que quando uma colônia deixa de obedecer ao poder executivo e legislativo da metrópole, já não existe nenhuma dependência. Um novo país passa a figurar entre as comunidades livres e soberanas do mundo. O Brasil teria, agora, um poder executivo e um poder legislativo próprios. Os poderes, finalmente, haveriam de se encontrar nas mãos de brasileiros ou, então, de lusitanos partidários da soberania nacional. O chefe de Estado brasileiro não seria mais D. João VI, rei de Portugal e, sim, D. Pedro II, Imperador do Brasil. Existe, ainda, contradições. Exemplo: quando defende a “decorosa união” com Portugal. Ficaria, assim, no mesmo plano do documento anterior? Praticamente, sim. Acontece, apenas, uma diferença: a ênfase que se deu, no último texto, ao não

reconhecimento aos poderes executivo e legislativo de Portugal. Esse detalhe, para nós, é importante. Decidiu a nossa posição.

Um fato indiscutível, entretanto, é que o Brasil proclamou sua emancipação política no ano de 1822 e, hoje, estamos comemorando, com brilhantismo, o sesquicentenário da nossa autonomia. Um dos maiores eventos da historiografia nacional. A beleza e a poesia de milhares de solenidades cívicas, espalhando-se, multiplicando-se, por todo o Brasil. É como se fosse uma centelha, não de fogo, não de destruição, mas, ao contrário, de vida, de ideal, de patriotismo. De nacionalismo. De brasilidade.

BIBLIOGRAFIA

- 01—Ribeiro, João — História do Brasil — Rio de Janeiro — Livraria São José — 1956
- 02—Lima, Oliveira — O Império Brasileiro — São Paulo — Edições Melhoramentos.
- 03—Buarque de Holanda, Sérgio — História Geral da Civilização Brasileira — São Paulo — Difusão Européia do Livro — 1962
- 04—Quadros, Janio e Arinos, Afonso — História do Povo Brasileiro — São Paulo — J. Quadros Editores Culturais S. A. — 1967
- 05—Calógeras, J. Pandiá — Formação Histórica do Brasil — São Paulo — Companhia Editora Nacional — 1966
- 06—Vianna, Helio — História do Brasil — São Paulo — Edições Melhoramentos — 1961
- 07—Cabral, Veiga — História do Brasil — Rio de Janeiro — Livraria Francisco Alves — 1954
- 08—Pombo, Rocha — História do Brasil — São Paulo — W. M. Jackson Inc. Editores
- 09—Varnhagen — História da Independência do Brasil — São Paulo — Edições Melhoramentos — 1957

JOSÉ BONIFÁCIO
o primeiro Geólogo
das Américas

OCTÁVIO SANTIAGO

A 20 de setembro de 1792, matriculavam-se na Escola de Minas de Freiberg na Saxônia, hoje Alemanha, dois eminentes brasileiros, ambos com 30 anos de idade: José Bonifácio de Andrada e Silva e Manoel Ferreira da Câmara, e tiveram por colega, o não menos famoso alemão, Friedrich Heinrich Alexandre Von Humboldt, que era adjunto das minas de Freiberg, e ainda naturalista, explorador, geólogo, geógrafo e economista.

Os dois alunos matriculados em Freiberg como bolsistas da Corte de Portugal tiveram como um de seus mestres Abraham Gotlob Werner, que era o líder da Escola Netunista (que considerava todas as rochas, como de origem marinha, e daí o nome alusivo a Netuno, deus do mar, na mitologia).

Em suas viagens pela Europa entre universidades, minas, indústrias e fundições, José Bonifácio adquiriu um grande acervo cultural, científico e tecnológico, naquela época, tendo chegado

mesmo a entender, onze idiomas e a falar seis deles fluentemente.

Aprendeu muito de Mineralogia, e principalmente, cristalografia, com o padre René J. Haüy (1743-1822), e que era o curador de mineralogia, do Museu de História Natural de Paris durante o período de 1802-1822, e era o pioneiro da moderna mineralogia no seu tempo.

As influências de Werner e Haüy conseguiram moldar em José Bonifácio o espírito científico criador e a mente observadora e investigadora de que devem ser dotados os bons naturalistas.

Estagiando alguns anos na Universidade de Upsala na Suécia, José Bonifácio descobriu doze novos minerais, com os quais granjeou o mérito de abalizado mineralogista, e dentre os quais citaremos dois dos mais importantes:

1) ICTIOFITALMA ou ICTIOFITALMITA, denominada 'olho de peixe', que o padre Haüy, estudando-lhe as características, deu-lhe o nome de APOFILITA, a que desdobra-se em folha sob a ação do fogo, e que etimologicamente em grego, denomina-se DE e UMA FOLHA, e é o Fluossilicato de Potássio e Cálcio Hidratado $\text{Ca}^4\text{K}(\text{Si}_{10}\text{O}_{40})_2\text{F}_8\text{H}_2\text{O}$.

2) A CRIOLITA, que etimologicamente em grego, significa:

GELO e PEDRA, e é o Fluoreto de Alumínio e Sódio -- Na^3ALF_6 , que é encontrado somente nos pegmatitos de IVIGTUT, na Groenlândia, mineral que usado como fundente na metalurgia do alumínio.

Quando esteve na Itália, José Bonifácio escreveu um trabalho sobre a gênese sedimentar dos montes *Euganeos*, considerados pelos regionais como, sendo de origem vulcânica.

Em 1801, foi convidado para reger a cátedra de Metalurgia e Geognosia, da Universidade de Coimbra, onde anteriormente se graduou em Direito e Ciências Naturais em 1783-1787, e aí permaneceu até 1819, tendo-se aposentado, e regressado ao Brasil já com 56 anos de idade. Dentre os trabalhos de José Bonifácio durante a sua permanência em Portugal destacam-se:

1) *Nova Mina de Ouro da outra Banda do Tejo*, durante o ano de 1815, que é um relatório sobre a pesquisa de ouro em Placeres Marinhos, nas faldas da serra da Arróbida, na costa do Espichel ao sul de Lisboa.

A primeira frente de trabalho, instalada nesta pesquisa, ele a denominou "Mina Príncipe Regente" e que chegou a produzir em 3 quartéis (3 trimestres ou 9

meses) 61 marcas, 4 oitavas e 60 grãos de ouro fino, que são equivalentes a: $61 \times 229,525$ gramas + $4 + 3,586$ gramas + $60 \times 0,0498$ grs. = $14.018,357$ gramas = 14.018 quilos de ouro fino e cujo valor era de: 6 (seis contos) 315 mil 520 réis ou 6.315,520 réis atualmente . . . 18.000 mil cruzeiros ou 18 milhões de cruzeiros velhos.

2) Outra memória publicada em 1818 versava sobre as pesquisas e lavras dos veios de chumbo de: Chacim, Souto, Ventozello e Villar del Rey, na província trás-os-Montes. Trata-se de um trabalho de avaliação, feito para a Intendência de Minas e Metais do Reino, com sede em Lisboa.

Além de reconhecimento geológico, o trabalho incluía estudos sobre o aproveitamento econômico: lavra e metalurgia, do chumbo de Chacim, Ventozello e Villar del Rey, esta Região situa-se a uns 500km de Lisboa.

Os trabalhos de exploração da jazida foram bem sucedidos, enquanto operaram nos afloramentos e a pouca profundidade tendo extraído 4 toneladas de material enriquecido (minério), entretanto com o aprofundamento da jazida, nos trabalhos subterrâneos com a execução de Shafts, poços verticais profundos, deram na

água e foram paralisados, por não possuírem bombas para a drenagem necessária.

De regresso ao Brasil, José Bonifácio dedicou-se à política e à geologia econômica.

Juntamente com o seu irmão, mais novo, formado também por Coimbra em Ciências Naturais e Matemática, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, publicou um trabalho reformulado e anteriormente escrito intitulado: "Viagem Mineralógica pela Província de S. Paulo", isto em 1820, e ainda uma outra monografia com o seu citado irmão sobre os Diamantes Brasileiros e publicada nas Atas de História Natural de Paris.

Dentre as idéias e planos de José Bonifácio para o Brasil destacam-se aproveitamento de nossas riquezas minerais e implantação da Siderurgia Nacional.

A imperatriz do Brasil, esposa de D. Pedro I, quando solteira e de nome Carolina Josefa Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, foi dileta discípula de Alexandre de Humboldt, e como por ironia, na sua viagem pela América do Sul, 1799-1804, que durou 5 anos, foi proibido de pisar em solo brasileiro pelo Governo de Portugal, sendo considerado pessoa não grata.

D. Leopoldina era cultora de Ciências Naturais, principalmen-

te Mineralogia e Botânica; com a chegada de José Bonifácio ao Brasil, a sua sólida cultura científica, sensibilizou e fascinou a augusta senhora, despertando entre ambos uma admiração e gosto, pela afinidade, que tinham com as Ciências Naturais.

E o estadista mesmo quando desterrado, a imperatriz manteve correspondência com ele, sobre Ciências Naturais, e este veio se manter até o falecimento de D. Leopoldina, em 1826.

A amizade da imperatriz sensibilizou também o Imperador, Pedro I, que mais tarde perdoou José Bonifácio em 1831, tendo-o convocado.

Hoje como um tributo de admiração, respeito e reconhecimento, a Mineralogia rende-lhe a sua homenagem, dando-lhe o nome de ANDRADITA, a um mineral do grupo das granadas, que é um Silicato de Ferro e Cálcio — $\text{Ca}^3\text{Fe}_2(\text{SiO}_4)_3$, granada ferro-cálcica.

Também a Sociedade Brasileira de Geologia concede o prêmio José Bonifácio de Andrada e Silva, a medalha de ouro com a sua efígie, a todo profissional liberal ligado às ciências geológicas, que tenha contribuído em cada ano com um trabalho de geologia, que venha colaborar na melhoria

e expansão do conhecimento geológico.

O ambicionado e valoroso galardão é conferido todos os anos por ocasião da realização dos Congressos de Geologia ao conquistador do troféu, escolhido por eleição da Assembléia dos Congressistas de Geologia. E é esta justa e acolhedora homenagem, que a posteridade presta àquele que foi o primeiro Geólogo das Américas e Patriarca da nossa Independência.

Natal, junho de 1972.

BIBLIOGRAFIA

- 1) José Bonifácio de Andrada e Silva e Manoel Ferreira da Camara, ingressando na Escola de Minas de Freiberg, Alemanha. Professor — Vikitor Leinz — Revista: Engenharia, Mineração e Metalurgia — n.º 227 — Ano 1963.
- 2) O significado dos trabalhos de José Bonifácio de Andrada e Silva em Portugal — Eng.º Glycon de Paiva — Revista: Engenharia, Mineração e Metalurgia — n.º 227 — Ano 1963.
- 3) Contribuição Austro-Húngara — Boemia às Pesquisas Geológicas do Brasil — L. A. Moutinho e O. H. Leonardos — Revista: Engenharia, Mineração e Metalurgia — n.º 250 — Ano 1965.
- 4) Contribuição alemã ao conhecimento da Geologia e dos Recursos Minerais do Brasil do século XVI a meados do século XIX — Eng.º Othom Henry Leonardos — Revista: Engenharia, Mineração e Metalurgia — n.º 244 — Ano 1965.
- 5) Geologia do Brasil — Tomo 9 — Biblioteca Universitária — Josué Camargo Mendes — Ano 1971.
- 6) Geology — Von Engler and Caster — Ano 1952.

Tiradentes na Conjuração Mineira

MARIA ZÉLIA MEDEIROS PINHEIRO

mo chão se levantará um padrão, pelo qual se conserve a memória desse abominável réu. . .”

(sentenças de condenação de 19 de abril de 1792)

A sentença assinada pela excelsa Rainha de Portugal, D. Maria I, 6a. soberana da Dinastia de Bragança, transformou um herói em mártir, conduzindo o Alferes Joaquim José da Silva Xavier da mais alta força já erguida no Brasil para a imortalidade.

* * *

É bastante discutida a atuação de Joaquim José no movimento mineiro de 1789. Para alguns historiadores, o Alferes foi a própria alma da conjuração, enquanto que para outros foi apenas uma figura útil, um elemento de ligação encarregado da propaganda em suas inúmeras viagens ao sertão da capitania. Nunca foi levado a sério pelos próprios conspiradores que, pertencendo a um status social mais elevado e vivendo numa época de preconceitos, viam um simples alferes arrancador de dentes, através dos preconceitos da época.

Dentre os historiadores que assim julgam o nosso patrono cívico, temos Joaquim Noberto de Souza que de ardoroso defensor, passou a retratá-lo. Pereira da Sil-

“... Portanto condenam ao réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o “Tiradentes”, alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas, a que com braço e pregação seja conduzido pelas ruas publicas ao lugar da fôrca e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde em lugar mais público dela será pregada em um poste alto até que o tempo a consuma; e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregado em postes, pelo caminho de Minas, no Sítio da Varginha e das Cebolas, onde o réu teve as suas infames práticas, e os mais nos sítios de maiores povoações até que o tempo também os consuma, declaram o réu infame os seus filhos e netos, tendo-os e os seus bens aplicam para o Fisco e Câmara Real. E a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e, não sendo própria, será avaliada e paga ao seu dono pelos bens confiscados, e no mes-

va em "Verões Ilustres" e Xavier da Veiga em "Efemérides Mineiras" procuram aferir o justo valor ao conjurado, inclusive da sua origem, onde afirmam que o Tiradentes "descendia de família honesta e abastada. . ."

A coragem de Joaquim José, a maneira aberta como pregava a nossa separação política, é um capítulo a parte na sua participação na inconfidência, chegando mais das vezes às raias da inconveniência, o que muito preocupava os demais conjurados, pois o Alferes Xavier não escolhendo lugar para os seus desabafos patrióticos, podia comprometer o movimento. Citemos dois depoimentos, que são talvez os que mais atestam este aspecto. Ao chefiar a escolta de proteção da Viscondessa de Barbacena, esposa do Governador, que se dirigia a Minas, Tiradentes aproveita a longa caminhada para falar no movimento. Prega a nossa emancipação política sem levar em conta as circunstâncias da viagem. Dentre os que o ouviam, estava Pedro José de Araújo Saldanha que veio a ser juiz na "devassa". Outro depoimento, que também evidencia a indiscrição de Tiradentes, é a sua visita a um caixeiro português, Capitão Vicente Vieira da Mota, onde estava presente o Tenente-Coronel Basílio de Brito Malheiro. Joa-

quim José, sem cautela, falou que uma vez que, a terra fosse libertada com a abertura de fábricas, não precisaríamos mais importai. Basílio ouviu silenciosamente, mas silenciou por pouco tempo, uma vez que se tornou depois um dos delatores da rebelião.

Entretanto a inconveniência, talvez fruto do ideal e do entusiasmo, não empanou a sua coragem que tem como prova mais eloquente o encontro de Tiradentes com seu Comandante Francisco de Paula Freire de Andrade. Alegando atraso de pagamento, o Alferes vai falar ao Comandante e, em meio da conversa, conta que se planejava um levante para fazer a separação política e Francisco de Paula poderia ser o chefe das tropas sublevadas. Tiradentes não teria encontrado dificuldade em obter a adesão do Coronel, pois, certamente, José Alvares Maciel (cunhado de Freire de Andrade) já comentara o assunto. Porém, uma vez descoberta a revolta, o citado Tenente-Coronel teria fugido para a sua fazenda, de onde voltou depois para denunciar alguns companheiros. Mesmo assim foi preso. Faltava-lhe certamente a coragem que transbordava em Tiradentes.

O destemor do Alferes Xavier acompanhava-o até o derradeiro instante. Nunca se maldizendo,

nunca reclamando os depoimentos dos companheiros que o apontavam como o cabeça do movimento. Apenas, às vésperas da sua morte, o seu confessor, Padre Raimundo de Penaforte recolheu estas palavras que traduzem a sua revolta:

“A corda arrebenta pelo lado mais fraco! . . .” — Talvez neste momento ele pensasse que afinal ele não era padre, não era poeta, não era português, era apenas um Alferes da cavalaria paga da Capitania das Minas.

O entusiasmo de Tiradentes levava-o a acreditar na vitória da rebelião. Achava que tudo fora planejado corretamente e não havia possibilidade de fracasso. Ingentuamente, supunha que as potências do Velho Mundo estavam prontas para auxiliar o Brasil. Julgava que os grandes homens entrariam ao seu lado, quando afirmava — “Tenho a América na mão! . . .” Se advertido que poderia ser pelas suas idéias retrucava com incerto ar de mistério — “Alguém me soltará!”.

Imprudência, Coragem e Esperança são os marcos da participação de Tiradentes na chamada Conjuração Mineira. Se o movimento não teve grandes proporções, se não passou de uma con-fabulação de intelectuais não se chegando sequer a um acordo dos

planos para a República que nasceria, teve o mérito e a glória de revelar ao mundo um herói — Joaquim José da Silva Xavier.

Ninguém melhor que o Padre Raimundo de Penaforte que o assistiu nos derradeiros instantes, para definir a figura humana que foi o Alferes, quando escreveu que ele — “. . . foi um daqueles indivíduos que põem em espanto a própria natureza. Entusiasta, empreendedor com o fogo de um Dom Quixote, habilidoso com um desinterêsse filosófico, afoito e destemido, sem prudência as vêzes e outras temeroso ao cair de uma folha, mas o seu coração era bem formado. Um espirito inquieto, um homem legal, esse Alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes, herói sem medo de todo um povo. . .”

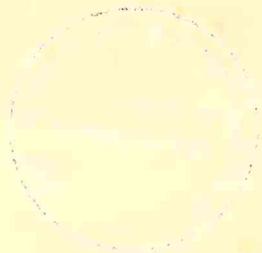
Tiradentes, como herói e como mártir, é uma lembrança viva nas comemorações do Sesquicentenário. O gesto dramático do Príncipe D. Pedro, às margens do Ipiranga, outorgando cores nacionais à terra descoberta por Cabral, tornou realidade, 30 anos depois, o sonho que levava Tiradentes à força. É, talvez, na Capitania das Minas Gerais, que o Alferes tanto amou, desejando que houvesse “liberdade ainda que tardia”, que essa presença é

mais viva. É a poetisa Cecília Meirelles, autora do "Cancioneiro da Inconfidência", que fala dessa presença nos caminhos de Minas quando diz:

"O passado não abre a sua porta/ E não pode entender a nossa pena/ Mas nos campos sem fim que o sonho corta,/ Vejo uma forma no ar subir serena:/ É a mão do Alferes que de longe acena."

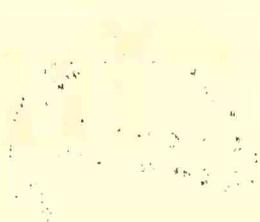
BIBLIOGRAFIA

- 1—CORREIA, Viriato — *Histórias da Nossa História*. Rio de Janeiro, Editora Getúlio Costa, 1920.
- 2—CORREIA, Viriato. *Baú Velho*. São Paulo, Editora Nacional, 1927.
- 3—PINTO, Hercules — *A Vida de Tiradentes*. Rio de Janeiro, Editora Alba limitada, 1962.
- 4—POMBO, Rocha — *História do Brasil*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1966. Vol. III.
- 5—QUADROS, Jânio e Arinos, Afonso — *História do Povo Brasileiro*. São Paulo, Editores Culturais S. A., 1968, Vol. III.
- 6—*Autos da devassa da Inconfidência Mineira*. Rio de Janeiro, M. E. C., 1936, Vol. II.



Trabalhos gráficos executados pela Imprensa Universitária do Rio Grande do Norte, sendo Reitor da Universidade o Professor Genário Alves Fonseca e Diretor da Imprensa o Professor Geraldo Batista de Araújo. Terminou-se de imprimir em outubro de 1972.





Estude

Trabalhe

Consolide

Nossa

Independência!



Reg: 1878

nº3 / v.1